

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
LAPREV – LABORATÓRIO DE ANÁLISE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA

MAIANA PEREIRA DOS SANTOS

**CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DA REDE SOCIOASSISTENCIAL PARA
ATENDIMENTO DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA: ESTUDO DE
VIABILIDADE**

SÃO CARLOS
2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
LAPREV – LABORATÓRIO DE ANÁLISE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA

MAIANA PEREIRA DOS SANTOS

**CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DA REDE SOCIOASSISTENCIAL PARA
ATENDIMENTO DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA: ESTUDO DE
VIABILIDADE**

Texto de dissertação de mestrado apresentado
ao Programa de Pós-Graduação em
Psicologia da Universidade Federal de São
Carlos.

Área de Concentração:
Comportamento social e processos cognitivos

Orientadora:
Prof^ª.Dr^ª Sabrina Mazo D’Affonseca

SÃO CARLOS
2022

RESUMO

A violência contra mulheres é um fenômeno universal que atinge grupos de mulheres de diferentes origens, escolaridades, raças e outros marcadores sociais que interagem e se interseccionam. O fenômeno se apresenta de diferentes maneiras e pela lei brasileira pode ser classificada em cinco tipos de violência: física, moral, psicológica, patrimonial e sexual. Ademais, a violência contra mulheres é também uma violência de gênero, uma vez que evidencia desigualdades no tratamento entre homens e mulheres. Estas desigualdades muitas vezes são naturalizadas e geram mais sofrimento às mulheres vítimas quando elas são submetidas a estes contextos invalidantes. Este é um tema de grande importância para o cuidado e promoção de saúde, dado que estas violências afetam grande parte da população e geram prejuízos individuais e coletivos. Dentre os mecanismos de enfrentamento e prevenção a este tipo de violência podemos citar a capacitação de profissionais. O objetivo deste trabalho foi desenvolver, aplicar e avaliar a viabilidade de um curso de capacitação psicossocial para profissionais e estudantes de cidades de pequeno e médio-porte do interior de São Paulo. Trata-se de um estudo de delineamento misto com grupo único de intervenção e avaliações pré e pós-teste. A seleção de participantes foi realizada através de divulgação em serviços parceiros e redes sociais. A capacitação foi aplicada em seis encontros com intervalos *online* quinzenais utilizando-se discussões focais sobre temas pré-determinados com base em estudo de revisão de literatura. Foram utilizados cinco instrumentos: (1) Questionário Sociodemográfico; (2) Escala de Crenças da Vida Conjugal (ECVC, 2008); (3) VIRGINIA – Vinhetas sobre a violência de gênero; (4) Fichas de Avaliação dos Encontros e (5) Atividades de Revisão dos Encontros. Dados sobre a percepção dos participantes sobre a violência de gênero foram coletados através dos instrumentos 2 e 3. A análise da viabilidade foi feita considerando critérios extraídos de Durgante e Dell’Aglío (2018) que foram utilizados como referência para construção dos instrumentos 4 e 5. Os dados qualitativos foram analisados segundo a análise temática proposta por Bardin (1970). O grupo de intervenção foi constituído por 12 participantes, nomeados aqui de P1-P12. A retenção de participantes foi de 76,5%. A amostra foi considerada homogênea, majoritariamente branca, feminina e com ensino superior, o que dificultou análises comparativas. Com relação ao efeito da intervenção sobre a percepção da violência de gênero, os dados não mostraram diferenças significativas

entre o pré e o pós-teste. Todavia, observou-se maior variabilidade de respostas relativas às atitudes tomadas e encaminhamentos de caso após a intervenção, além de menor índice de dúvidas rastreadas pelo instrumento VIRGINIA. O curso apresentou pontuações altas nas avaliações feitas pelos participantes para todas as categorias rastreadas pelos instrumentos de avaliação da capacitação. A utilização de estudos de caso e o conteúdo do curso foram considerados destaques positivos da capacitação. Considerou-se que pelos critérios adotados a capacitação pode ser considerada viável. Pensa-se que com as devidas alterações o curso poderá ser aplicado novamente e submetido a avaliação de eficácia.

Palavras-chave: violência contra a mulher; capacitação de rede socioassistencial; prevenção de violência a mulheres; violência de gênero.

ABSTRACT

Violence against women is a universal phenomenon that affects groups of women of different origins, education, races and other social markers that interact and intersect. The phenomenon presents itself in different ways and according to Brazilian law it can be classified into five types of violence: physical, moral, psychological, property and sexual. Furthermore, violence against women is also gender-based violence, as it highlights inequalities in the treatment between men and women. These inequalities are often naturalized and create more suffering for women victims when they are subjected to these invalidating contexts. This is a topic of great importance for health care and promotion, given that this violence affects a large part of the population and generates individual and collective losses. Among the mechanisms for coping and preventing this type of violence, we can mention the training of professionals. The objective of this work was to develop, apply and evaluate the feasibility of a psychosocial training course for professionals and students from small and medium-sized cities in the interior of São Paulo. This is a mixed design study with a single intervention group and pre- and post-test assessments. The selection of participants was carried out through publicity on partner services and social networks. The training was applied in six meetings with fortnightly online intervals using focal discussions on pre-determined topics based on a literature review study. Five instruments were used: (1) Sociodemographic Questionnaire; (2) Married Life Beliefs Scale (ECVC, 2008); (3) VIRGINIA –

Vignettes on gender violence; (4) Meeting Evaluation Sheets and (5) Meeting Review Activities. Data on participants' perception of gender-based violence were collected through instruments 2 and 3. Feasibility analysis was carried out considering criteria extracted from Durgante and Dell'Aglio (2018) which were used as a reference for the construction of instruments 4 and 5. The qualitative data were analyzed according to the thematic analysis proposed by Bardin (1970). The intervention group consisted of 12 participants, named here P1-P12. Participant retention was 76.5%. The sample was considered homogeneous, mostly white, female and with higher education, which made comparative analyzes difficult. Regarding the effect of the intervention on the perception of gender-based violence, the data showed no significant differences between the pre- and post-test. However, there was greater variability in responses regarding actions taken and case referrals after the intervention, in addition to a lower rate of doubts tracked by the VIRGINIA instrument. The course presented high scores in evaluations made by participants for all categories tracked by the training evaluation instruments. The use of case studies and the course content were considered positive highlights of the training. It was considered that based on the criteria adopted, the training could be considered viable. It is thought that with the appropriate changes the course could be applied again and subjected to effectiveness evaluation.

Keywords: violence against women; social assistance network training; prevention of violence against women; gender violence.

AGRADECIMENTOS

Certa vez me disseram que a parte dos agradecimentos deve ser feita com cuidado para que futuramente não se arrependa dos nomes citados. Imagina se, logo eu, que dei nome para cada pedaço do meu trabalho iria ser capaz de não citar, grifar, identificar em letras garrafais todo carinho e agradecimento que tenho por cada pessoa que fez e faz parte da história que eu construí ao longo destes anos de mestrado. O futuro fica no futuro e aqui escrevo um lembrete para ser lido nele: na pesquisa e na vida é importante que fiquem registrados tantos os erros quanto os acertos. É assim que crescemos em ambos.

É provável que o maior aprendizado que tive ao longo deste percurso é que pesquisa pode e sempre que possível deve ser feita a muitas mãos. Aprendi isso com a melhor orientadora não-planejada do mundo: Sabrina. À você, todo meu carinho e gratidão. Agradeço imensamente por toda ajuda, conselhos, paciência e por não desistir de mim e nem deixar que eu fizesse isso.

Agradeço à Marinete (*in memoriam*), minha “mainha” e minha “baixinha”, por ter me apoiado mesmo discordando das minhas escolhas. Sigo tentando cumprir a promessa que te fiz de ficar bem.

À José Carlos, meu “painho”, por acreditar mais em mim que eu mesma no momento que eu precisava. Agradeço pelo amor possível que me é dado.

À Ana, a irmã mais companheira e amorosa que eu poderia ter. Obrigada, sua danada.

À Luís Felipi, por todo amor, carinho e companheirismo dispensados. Agradeço a você por sempre torcer por mim.

Agradeço a Márcia, que chegou para cuidar da minha irmã e virou uma das melhores conselheiras da família.

Meu muito obrigada ao querido grupo de supervisão do LAPREV: Diego, Giselle, Jéssica, Lílian e Mabi. Agradeço as muitas horas de trocas significativas. Quinta-feira que vem cairá mais um ministro.

À Sophia, pelo maravilhoso instrumento VIRGINIA e pela assistência ao longo dos encontros do CASSIA.

Aos “*beloveds*”, meus amores e amigos mais antigos. Especialmente a Cau, Cata, Thai, Lola e Lari que me aguentaram falar das preocupações em mensagens respondidas duas semanas depois ou em chamadas de vídeo.

Agradeço aos amigos da graduação. Às minhas irmãs de alma Gabriela e Morgana, obrigada “Xuxus”. Agradeço também a Pablo, o primeiro a saber que me inscrevi no processo de seleção.

Ao querido grupo “Pitu”, por tornar esse caminho mais leve. Seja o caminho para UFSCar, para o bar do Alex ou para Fortaleza. Não vou me esquecer de vocês.

Agradeço aos queridos ex-alunos da UFBA, os “*meus meninos*”. Por terem sido contexto de muito aprendizado, trocas e de uma das melhores experiências da minha vida.

Obrigada aos meus ex-pacientes, por todas as horas preenchidas com vínculos amorosos, profundos e corajosos. Às mulheres que fizeram parte da minha jornada como psicóloga, foram vocês que me tocaram para querer falar sobre essa temática.

Meu muito obrigada à psicóloga querida, Yasmin. Eu sou fã da nossa relação terapêutica.

Finalmente, e não menos importante, agradeço à coordenação e a equipe do CRAS e do CREAS de São Carlos, por receber de braços abertos esta proposta, e por abrirem portas para as parcerias em Votuporanga e Dourados. Agradeço também aos participantes, especialmente meus P1-P12, sem vocês nada disso seria possível.

Que sorte a minha fazer parte de tantas redes significativas!

SUMÁRIO

RESUMO.....	3
ABSTRACT	4
LISTA DE TABELAS.....	9
LISTA DE FIGURAS.....	10
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	11
APRESENTAÇÃO	12
Capítulo 1 – Construção de uma Capacitação para atendimento de Mulheres Vítimas de Violência de Gênero	14
<i>Formação de profissionais da rede socioassistencial para enfrentamento e prevenção</i>	19
Capítulo 2 – Efeitos da Violência de Gênero.....	24
OBJETIVO	27
MÉTODO.....	27
Local.....	28
Participantes	28
Repertório inicial dos profissionais na área de violência contra mulheres.....	30
Medidas Avaliativas	31
Procedimentos.....	36
RESULTADOS	44
VIRGINIA.....	44
Avaliação dos encontros.....	60
DISCUSSÃO	77
REFERÊNCIAS	100
APÊNDICE	105
ANEXOS	116

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Efeitos da pandemia de covid-19 para os profissionais da rede socioassistencial.....	29
Tabela 2. Informações biossociodemográficas dos participantes.....	31
Tabela 3. Descrição dos encontros realizados no CASSIA	40
Tabela 4. Escores do ECVC antes e após a capacitação	44
Tabela 5. Identificação de violência nas vinhetas no pré-teste	46
Tabela 6. Justificativas para a responsabilização pela violência no pré-teste	48
Tabela 7. Atuação do participante diante do caso apresentado na Vinheta no pré-teste	50
Tabela 8. Encaminhamento do profissional diante dos casos apresentados nas vinhetas no pré-teste.....	52
Tabela 9. Identificação de violências no pós-teste	53
Tabela 10. Justificativas para responsabilização da violência no pós-teste	55
Tabela 11. Atuação do participante diante do caso apresentado na vinheta no pós-teste	57
Tabela 12. Encaminhamento do profissional diante dos casos apresentados nas vinhetas no pós-teste.....	59
Tabela 13. Avaliação das expectativas dos participantes em relação ao encontro	61
Tabela 14. Avaliação da motivação dos participantes	62
Tabela 15. Avaliação da qualidade geral dos encontros	63
Tabela 16. Avaliação da participação nos encontros.....	63
Tabela 17. Avaliação do conteúdo dos encontros	64
Tabela 18. Avaliação da condução dos encontros.....	65
Tabela 19. Resumo dos comentários adicionais em “Maria”.....	67
Tabela 20. Resumo dos comentários adicionais em “Ana”.....	68
Tabela 21. Resumo dos comentários adicionais em “Francisca”.....	71
Tabela 22. Resumo dos comentários adicionais em “Antônia”.....	72
Tabela 23. Resumo dos comentários adicionais em “Adriana”.	73
Tabela 24. Resumo dos comentários adicionais em “Juliana”.....	74

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Resumo de atividade realizada com uso de recursos interativos durante o encontro síncrono “Ana”.....	69
Figura 2. Respostas dos participantes à pergunta realizada durante o encontro síncrono “Adriana”.....	74
Figura 3. Desempenho dos participantes nas atividades de revisão	76
Figura 4. Média de notas das revisões de estudo por encontro	77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CASSIA - Curso de Capacitação para Atendimento Psicossocial de Mulheres.

CRAS - Centro de Referência da Assistência Social.

CRAM - Centro de Referência de Atendimento à Mulher.

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

DEAM - Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher.

LAPREV - Laboratório de Análise e Prevenção da Violência.

OMS - Organização Mundial da Saúde.

OPAS - Organização Pan-Americana de Saúde.

SPM – Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres.

APRESENTAÇÃO

Esta é uma pesquisa sobre violência e sobre mulheres. Mas, de qual mulheres falamos quando estamos fazendo este recorte? Qual o local, quais marcadores, quais as vivências que elas possuem e como estes elementos demarcam intervenções? Quando falamos de violência, quais características estão presentes para este público? Como pensar em diferentes intervenções, para diferentes tipos de mulheres que sofrem da mesma questão, a violência de gênero? Foi por este raciocínio e para estimular estes questionamentos que foi pensada a CASSIA – Capacitação para Atendimento de Mulheres Vítimas de Violência.

É preciso compreender que ainda que a violência contra mulheres seja um fenômeno universal, ela incide contextualmente sobre mulheres. No cerne desta violência da qual essa população é alvo está a forma desigual com que o gênero afeta diferencialmente as relações entre homens e mulheres. Em geral, as violências de gênero contra mulheres são perpetradas por pessoas com quem a vítima possui algum tipo de vínculo. No entanto, relações nunca são iguais e mulheres com diferentes históricos de vida acessam e sofrem com nuances diferentes da violência de gênero. Podemos também observar como marcadores sociais modulam e afetam as relações interpessoais, vulnerabilizando mais ou menos certos grupos de mulheres.

Neste trabalho descrevemos especificamente a violência incidida sobre mulheres perpetradas por homens em relacionamentos heterossexuais. O objetivo aqui não é resumir as violências de gênero tendo unicamente homens como agressores, mas tão somente analisar um recorte da violência contra mulheres. Entende-se que os dados recolhidos por institutos de pesquisa e organizações de proteção à mulher sobre a frequência e consequências da violência praticadas por homens sobre suas parcerias são evidência da importância da discussão do tema.

Salienta-se que violências são sempre multifatoriais e a violência de gênero conta a mulher não é uma exceção. Isso implica que o fenômeno pode se apresentar de formas variadas, algumas por mecanismos mais visíveis e outros não tão facilmente identificáveis. Em outras palavras: a violência de gênero contra mulheres tem como função agredir o alvo física ou simbolicamente.

Em março de 2020 um evento inédito trouxe ainda mais preocupação e complexidade para análise deste fenômeno. A emergência sanitária ocasionada pelo covid-19, trouxe além de incertezas sobre a saúde e bem-estar, preocupações com a criação de medidas que reduzissem imediatamente sua propagação dado ao seu grau de ameaça à continuidade da vida. Dentre as recomendações feitas pelas agências de saúde, as que mais podem ser vistas como agravantes da violência de gênero contra a mulher foram a adoção do distanciamento e o isolamento social. Medidas como estas ignoram as condições salariais, de salubridade e de segurança, uma vez que tratam a casa dos indivíduos como algo universal e ignoram as condições de cada residência (Vasconcelos, 2020).

A combinação entre o primeiro fenômeno, antigo e latente, e o segundo evento, inédito e preocupante, gerou o que Vasconcelos (2020) chamou de “*pandemias cruzadas*”. Construir qualquer tipo de pesquisa durante este período implicaria em adaptações e considerações sobre o efeito que poderiam ter sobre as variáveis envolvidas. Ademais, em um cenário de aumento do risco de violência sobre mulheres, tornou-se ainda mais relevante construir e adaptar projetos dirigidos a temática. Foi neste cenário que foi criado, adaptado e aplicado o CASSIA (Curso de Capacitação para Atendimento Psicossocial de Mulheres).

Esta capacitação foi aplicada a estudantes e profissionais da rede socioassistencial ao longo de seis encontros, focados em apresentações e discussões sobre temáticas relevantes selecionadas na literatura, com o auxílio do uso de estudos de caso. Através das histórias de Maria, Ana, Francisca, Antônia, Adriana e Juliana, discutiu-se sobre conceitos, tipologias, riscos para saúde, e, principalmente, sobre a rede de atendimento e enfrentamento da violência contra a mulher. O uso de estudos de caso construídos especialmente para discussão dos temas foi um dos diferenciais desta capacitação.

Destacamos neste trabalho cinco tipos de violência descritas na Lei Maria da Penha Lei (11340/06): física, psicológica, moral, patrimonial e sexual. A identificação destas violências e de suas sobreposições e sutilezas, foram incentivadas nos encontros do curso e a percepção dos participantes sobre estas violências e a capacidade de identificá-las e diferenciá-las foram medidas através de instrumentos pensados para este propósito.

Tendo em vista que esta pesquisa envolveu a aplicação de uma intervenção, tornou-se imprescindível acrescentar uma avaliação da qualidade deste tipo de procedimento. Esta avaliação foi feita através de uma análise de viabilidade descrita em Durgante e Dell’Aglío (2018). As autoras elencaram uma série de achados da literatura com sugestões de como conduzir a avaliação de projetos de intervenção. Não existindo uma forma única de se tratar a análise da viabilidade, optou-se por escolher o máximo possível de critérios dentre aqueles apresentados na revisão trazida pelas autoras. As categorias escolhidas foram: aceitabilidade/satisfação e análise do processo, recursos, embasamento científico, gerenciamento e testes limitados de eficácia.

Esta dissertação é organizada no formato de estudo único, com dois capítulos, apresentação dos objetivos, método, apresentação de resultados e discussão.

O método inclui a descrição das medidas avaliativas utilizadas: caracterização dos participantes, percepção da violência de gênero, avaliação do curso e avaliação do desempenho dos participantes. Foram utilizados cinco instrumentos para captar estes dados: (1) *Questionário sociodemográfico*. (2) *Escala de Crenças da Vida Conjugal* (ECVC-2008), (3) *VIRGINIA – Vinhetas sobre violência de gênero*, (4) *Fichas de Avaliação dos Encontros* e (5) *Atividades de Revisão dos Encontros*. A descrição dos resultados apresentou os dados qualitativos e quantitativos colhidos antes e após a aplicação da capacitação.

A discussão foi organizada em três partes. A primeira avalia a percepção dos participantes sobre a violência de gênero contra a mulher, a segunda a percepção dos participantes sobre a capacitação e na última parte são discutidas considerações sobre variáveis intervenientes e limitações da pesquisa. Finalmente, após este capítulo, são apresentadas as considerações finais.

Capítulo 1 – Construção de uma Capacitação para atendimento de Mulheres Vítimas de Violência de Gênero

Publicações sobre violência incididas contra as mulheres (Heise, 1994; Blay, 2003; Casique & Furegato, 2006; Dahlberg & Krug, 2006; Carvalho-Barreto, et. al. 2009; Hanada, D’Oliveira & Schraiber, 2010; Berger, 2011; Garcia, 2013; Oliveira, 2020) e com endosso da própria Organização Mundial da Saúde (OMS), revelam que a

violência perpetrada contra mulher é abordada como problema de saúde pública global, grave e antigo, com proporções epidêmicas e cuja magnitude é alta, apesar de muitas vezes invisibilizada (Garcia, 2013). Em outras palavras, é um fenômeno que apesar de não ser novo possui grande alcance e produz consequências negativas para boa parte da população, atingindo mulheres de diferentes origens, classes sociais, escolaridades ou raças (Heise, 1994; Blay, 2003; Casique & Furegato, 2006; Dahlberg & Krug, 2006; Carvalho-Barreto, et. al. 2009; Hanada, D'Oliveira & Schraiber, 2010; Berger, 2011; Garcia, 2013; Oliveira, 2020).

É imperativo em nossa abordagem sobre o tema da violência exercida contra mulher que falemos sobre seu caráter “histórico, complexo e multidimensional” (Grossi, Coutinho & Bitencourt, 2017). Apesar deste fenômeno ser antigo, universal e difundido, o tratamento dado a sua análise sofreu imensas mudanças ao longo da história. Na literatura encontramos diferentes descrições de tipos de violências que afetam a integridade da mulher. Existem também diferentes termos utilizados para descrever a violência ocorrida entre mulheres dentro de relacionamentos íntimos. Tal fato está relacionado às diferentes abordagens teóricas que investigam o campo, construindo perspectivas e pensamentos que norteiam suas práticas (Rolim & Falcke, 2017). Exemplos são as violências “interpessoal”, “intrafamiliar”, “doméstica”, “violência por parceiro íntimo” ou “violência de gênero”. As linhas teóricas que as investigam podem ser de corte biológico, social, cultural, psicológica e ecológica (Alencar-Rodrigues & Cantera, 2012). Esses conceitos têm como objetivo definir aspectos de diferentes manifestações de agressões sociais, psicológicas ou físicas incididas sobre mulheres, além de delimitar os espaços em que essas violências acontecem.

Os estudos sobre a violência de gênero contra a mulher foram construídos face a reivindicações dos movimentos feministas internacionais e nacionais. As produções feministas destacavam que diferenciações entre homens e mulheres não deveriam ser resumidas às diferenças biológicas ou de órgãos sexuais, o que abriu um novo campo teórico-metodológico que ganhou força no Brasil especialmente durante a década de 1980 (Bandeira, 2014). Tais influências significam que a violência de gênero é um conceito que leva em conta o caráter social dos traços femininos e masculinos, considerando-os como produtos culturais que determinam certas performances (Casique e Furegato, 2006). Sob uma perspectiva feminista, gênero é um termo construído por meio de modelagem social e sua construção histórica (Rolim & Falcke, 2017). Além

disso, colocar o gênero como destaque no estudo da violência contra mulheres é também sinalizar como as performances de gêneros ocasionam diferentes tratamentos na sociedade. Observou-se uma diferença no equilíbrio de poder nas relações entre homens e mulheres, como destacado por Bandeira (2014), e que constituem “*situações de medo, isolamento, dependência e intimidação para mulher*”.

Sob esta perspectiva a violência de gênero teria origem na desigualdade da construção histórica dos padrões de gênero, sofrendo influência direta das relações patriarcais selecionadas e fortalecidas social e culturalmente (Rolim & Falcke, 2017).

A partir da segunda metade do século XX (Casique & Furegato, 2006) discussões sobre violência e tratamentos desiguais com base em gênero começaram a ganhar destaque. Antes disso, questões relativas à violência ocorrida em locais domésticos eram relegadas a uma posição de interesse privado e não eram manifestadas abertamente; esta inibição contava com apoio social e era fortalecida pelo contexto da época. No Brasil, um caso que demonstra esta mudança de abordagem foi o assassinato da *socialite* Ângela Diniz por seu ex-companheiro Doca Street em 1976: em um primeiro julgamento o réu foi condenado a dois anos de prisão por considerar-se que ações da vítima (tal como seu jeito “libertino”) justificariam o crime. Depois de uma revolta popular, organizada especificamente por movimentos feministas, o autor do crime foi novamente a julgamento e condenado a quinze anos de prisão (Rinaldi, 2007).

Com efeito, estas mobilizações populares no Brasil e no mundo modificaram o contexto e permitiram que conferências¹ realizadas no século XX tivessem impacto sobre a detecção e intervenção sobre violência de gênero (Casique & Furegato, 2006). A partir destas conferências inicia-se uma transposição da investigação desta violência do âmbito privado para o de interesse de saúde pública; é também por influência delas que importantes marcos legais e mudanças nos paradigmas de justiça e políticas públicas começam a ser pensados.

A legislação brasileira específica sobre violência de gênero começa a ser fortalecida após a fundação da Secretaria de Políticas Públicas em 2003 (Brasil, 2011b).

¹ [1] Casique e Furegato (2006) listam as seguintes conferências internacionais: “Carta das Nações Unidas (1945); Convenção contra o genocídio (1948); Pacto internacional dos direitos civis e políticos (1966); Pacto internacional dos direitos econômicos, sociais e culturais (1966); Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial (1965); Convenção para a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (1979); Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanas ou degradantes (1984); Convenção sobre os direitos da criança (1989); e, Convenção de Belém do Pará (1994)”.

Até aquele momento as ações se davam de forma isolada. No Brasil, outro marco significativo e contributivo para maior relevância das discussões acerca do tema foi a Lei Maria da Penha (Lei 11340/06) cuja implementação fomentou discussões sobre a criação de outros mecanismos de defesa das vítimas desta violência.

A lei Maria da Penha define o fenômeno como “*qualquer ação ou omissão que possa causar morte, lesão, sofrimento (físico, sexual e psicológico) ou dano moral e patrimonial a mulher*”. Esta descrição corrobora o conceito utilizado pela OMS, que estende a definição de violência à mulher àquela proveniente de qualquer ato de violência que seja apoiado no gênero e que possa resultar em danos ou sofrimentos físicos, sexuais ou mentais a estas mulheres, seja pelo uso de ameaças, coerção ou restrição de liberdade de vida nos âmbitos público e privado (Casique & Furegato, 2006). Ambas as definições contêm em suas previsões a possibilidade de abarcar as diversas formas com que a violência de gênero se apresenta: física, sexual, psicológica, moral e patrimonial.

A violência física pode ser entendida como aquela provocada pelo uso de força ou por qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde de uma mulher, tais como: espancamento, ferimentos causados por objetos perfurantes ou armas de fogo, uso de tortura etc. (Lei Maria da Penha, 2006). Este tipo de violência é com frequência reconhecida com facilidade pela possibilidade de deixar marcas visíveis. Além disso, é também um tipo de violência mais identificável por ser mais presente em notificações de atendimento em hospitais, delegacias e outros ligados a justiça e segurança pública. Capaldi et. al. (2012) relata que é possível observar um número maior de notificações de violência física perpetradas pelo parceiro considerando a amostra de mulheres que se relacionam com homens.

A violência sexual, tal como entendida pela Lei Maria da Penha, refere-se a qualquer prática ou conduta que envolva o constrangimento da mulher em “*presenciar, manter ou participar de relação sexual não desejada mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força*” (p. 16). Esta definição implica não somente o estupro, como também limitações sobre os direitos reprodutivos da mulher (como forçar a mulher a abortar ou impedir o uso de contraceptivos de encontro a sua vontade), atos ou posições sexuais que causem repulsa ou desconforto, prostituição por meio de coação, dentre outros.

Grande parte da violência incidida sobre mulheres ocorre em locais privados e íntimos, efetuadas por pessoas do convívio próximo, e, nem sempre deixam marcas

visíveis (Instituto Maria da Penha, s/d). O fato de não deixarem lesões físicas não significa, entretanto, que tais ações não resultem em danos às mulheres. Estas situações são consideradas “*a parte invisível da violência*”: sua causa não é física, mas os prejuízos decorrentes delas são psicológicos, sociais e culturais, agravados por ocorrer de forma crônica e por receberem subnotificações (Berger, 2011; Garcia, 2013).

O entendimento da Lei Maria da Penha sobre violência psicológica expressa que sua caracterização como qualquer conduta que cause “*dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões*” (p.16). Em outras palavras, esta violência se refere ao uso de qualquer tipo de coerção (seja ameaça, manipulação, constrangimento ou humilhação) emitido com intuito de minimizar sentimentos e crenças das mulheres ou distorcer e omitir fatos que as façam duvidar da própria sanidade (comportamento conhecido pelo anglicismo *gaslighting*).

A violência moral também se refere a práticas de difícil medida física, nos termos da referida Lei é caracterizada como “*qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria*”(p.17). Assim como a violência psicológica, este tipo de violência pode incidir sobre ações da mulher. No entanto, podemos diferenciar a violência moral por usualmente constranger a mulher em relação a sua imagem pública. Essas condutas podem envolver: acusações de traição, exposição da vida íntima sem consentimento da mulher, fazer juízos morais sobre a conduta, espalhar críticas mentirosas ou tentar desvalorizar a vítima através de xingamentos referentes a índole dela.

A sexta e última categoria de violência de gênero definida pela Lei Maria da Penha é a violência patrimonial (ou econômica). Esta violência é caracterizada por condutas que representam ameaça econômica, ou seja, práticas que envolvam: controlar o dinheiro ou impedir o acesso a bens, recursos ou valores econômicos; quebrar de forma intencional ou impedir o acesso a propriedades pessoais; danificar ou destruir materiais pessoais tais como documentos; estelionato; inclui também a subtração ou recusa de acesso a recursos econômicos do qual a mulher depende para realizar suas necessidades (como o pagamento de pensão alimentícia).

Para além de definir e imputar a penalização do agressor, outra prerrogativa da Lei Maria da Penha foi buscar tratar a violência de forma integral, utilizando diretrizes gerais para criação de políticas públicas abrangentes no seu enfrentamento (Senado Federal, 2016). Dentre as ações pensadas para este propósito temos a previsão de um conjunto de instrumentos para a assistência social à vítima de agressão e de proteção e

acolhimento emergencial da vítima que será importante para o trabalho que aqui se desenha.

Outro acontecimento, cuja citação é relevante, foi o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra Mulheres, lançado em 2007, ainda no contexto das repercussões da Lei Maria da Penha, criado em acordo federativo envolvendo instâncias do governo federal, governo dos estados e municípios. Esse comprometimento teve como objetivo centralizar os esforços para prevenir a violência contra mulher e proteger, acolher e garantir os direitos das mulheres vítimas. Além disso, determinou que os encaminhamentos das mulheres em situação de violência, e de seus dependentes, fossem feitos a programas de proteção e serviços da Assistência Social (Brasil, 2011a).

Formação de profissionais da rede socioassistencial para enfrentamento e prevenção

Diante da complexidade do problema da violência, a ONU (Organização das Nações Unidas) recomenda a adoção de conjuntos de serviços essenciais prestados por diferentes setores de saúde, segurança pública, justiça e serviços sociais. É seguindo esta diretriz que foram construídas as políticas de enfrentamento à violência brasileiras.

Enfrentamento, pela definição da Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres (2005), é conceituado como um esforço para implementação de políticas amplas e articuladas que requer ação conjunta de diversos setores. Isso significa que enfrentamento não se resume a combater violência, pois envolve igualmente dimensões de prevenção, assistência e garantia dos direitos das mulheres (Brasil, 2005). No âmbito da prevenção faz-se necessário buscar implementar ações que desconstruam estereótipos de gênero e que se modifiquem padrões estabelecidos que perpetuam desigualdades entre homens e mulheres (Brasil, 2005). Estas ações requerem atenção a diversos níveis de realidade: social, cultural, institucional, familiar e individual (Hanada, D'Oliveira & Schraiber, 2010). Ações preventivas podem incluir desde ações educativas àquelas que valorizam a diversidade de gênero, tais como a produção de campanhas que divulguem os fatores de risco ou de proteção à violência, além de serem pensadas para promover mudanças de valores a longo prazo.

A rede de enfrentamento é composta por serviços especializados e não especializados e dividida em quatro áreas principais: saúde, segurança pública,

assistência social e justiça (Brasil, 2011b). Pode ser dividida também em serviços de atendimento e serviços de enfrentamento (Grossi et.al, 2015).

Os serviços especializados são aqueles que atendem exclusivamente mulheres vítimas de violência, a saber: Centros de Referência de Atendimento à Mulher, Casas Abrigo, Casas de Acolhimento Provisório, Núcleos de Atendimento à Mulher em situação de violência, Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher (DEAM), defensorias especializadas, juizados especiais, Ouvidoria da Mulher, Ligue 180 (serviço via telefone) e demais serviços especializados.

Os serviços não especializados são aqueles que funcionam como porta de entrada da mulher na rede de proteção com função de acolhimento e proteção básica. Nesse nível encontramos os hospitais e serviços de saúde gerais, delegacias comuns, Ministério Público e os Centros de Referência à Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializado à Assistência Social (CREAS). A especialização aqui não se refere ao nível de complexidade dos casos adotados pelo serviço, mas por sua *expertise* no tratamento da violência contra a mulher. Desta forma, ainda que o CREAS seja um serviço que atenda demandas complexas de violência, tendo até mesmo a palavra “especializado” em sua sigla, com relação à rede de atendimento da violência à mulher este é um serviço não-especializado, na medida em que não é um serviço construído para tratar necessidades específicas de mulheres.

Seja em serviços especializados ou não especializados, a mulher em situação de violência deve ser protegida pelo Estado e o mecanismo mais eficiente para tal é através de políticas públicas articuladas com a vida social (Grossi, Coutinho e Bitencourt, 2017). Cada um dos quatro eixos citados (saúde, segurança pública, assistência social e justiça) deve atuar em conjunto com as demais com efeito de garantir a prevenção, assistência, proteção e garantia de direitos das mulheres usuárias de seus serviços.

A violência perpetrada contra a mulher fere um dos principais direitos humanos por atentar contra sua vida, dignidade, saúde e integridade física (Brasil, 2011). É dever, portanto, do Estado de proteger as mulheres que se encontram nesta situação. Esta proteção é feita através da formulação de políticas públicas que devem estar articuladas em diversos campos da vida social (Grossi, Coutinho e Bitencourt, 2015). Essa articulação deverá ser feita pela Assistência Social, em conjunto com outras esferas de políticas de saúde, segurança pública, justiça compreendendo sempre dimensões de prevenção, assistência e garantia dos direitos das mulheres em situação de violência.

Na presente pesquisa, optou-se por trabalhar com serviços não especializados, em especial os CRAS e CREAS. Uma descrição geral do CREAS é por sua atuação no atendimento a pessoas que tiveram seus direitos violados, definição em que a mulher seja ela vítima de agressões físicas ou psicológicas se encaixam (de Sá & Cleone, 2019). O CRAS, por sua vez é mecanismo imprescindível nessa proteção à mulher vítima de violência pelo seu objetivo: “*Prevenir as situações de risco em seu território de abrangência fortalecendo vínculos familiares e comunitários e garantindo direitos*” (Alagoas, n/d).

Uma década após ao Pacto Nacional de Proteção à Mulher (2007), a criação da Lei Maria da Penha (2006) e a diversas outras políticas de proteção, prevenção e promoção, cabe um questionamento sobre quais avanços ainda precisam ser feitos. É preciso um espaço para que essas discussões sejam articuladas. Dentre as estratégias possíveis, e sugeridas pelos programas citados, está a capacitação de equipe.

Em 2011, a Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres (SPM) resumiu em uma cartilha chamada “Rede de enfrentamento da violência contra mulher”, algumas recomendações sobre a formação de capacitações para atendimento de mulheres vítimas de violência discutidas durante a formação do Pacto Nacional. O currículo mínimo sugerido é composto por sete módulos: (1) conceito de gênero; (2) conceito de violência contra as mulheres e tipologias; (3) rede de enfrentamento; (4) apoio psicossocial; (5) Lei Maria da Penha; (6) Direitos sexuais e reprodutivos; e (7) tráfico de mulheres. Os tópicos são sugeridos de maneira geral, sem especificar diferenciações na formação quanto à área de atuação dos profissionais.

Em estudo sobre o atendimento realizado com mulheres nas redes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), Grossi et. al (2005) elencam algumas das demandas das mulheres que frequentam estes serviços e as dificuldades relatadas pelos gestores em relação à execução de seus serviços. Podemos resumir os achados dos autores nos seguintes aspectos: (1) faz-se necessário que a atuação nestes serviços se dê de forma articulada e integrada, com fluxo compatível com as realidades locais a fim de contemplar a diversidade das demandas das mulheres; (2): o vínculo e a relação de confiança com a equipe são fundamentais para que a mulher se sinta à vontade; (3) as desigualdades de gênero também podem estar sendo reproduzidas no espaço em que estão sendo realizados os atendimentos de políticas públicas; o que leva os autores a concluir que (4) a capacitação profissional torna-se necessária na medida que pode auxiliar a construir uma rede mais efetiva de atendimento a mulheres.

A reprodução de desigualdades de gênero em espaço de atendimento também é citada por Hanada, D'Oliveira e Schraiber (2010). Em um estudo que envolve o preparo de capacitação de profissionais de saúde para atendimento de violência, os autores citados relatam que um fator necessário para esta formação é que os profissionais sejam capazes de identificar com clareza as próprias crenças e de que forma elas interferem em seus trabalhos.

A importância da capacitação de profissionais da rede socioassistencial reside não apenas na importância de melhora constante dos serviços ofertados, mas também na própria complexidade da violência incidida sobre essas mulheres. Esta violência é produto de uma questão social e espera-se que os profissionais que atuam na rede sejam capazes de refletir sobre as ações tomadas uma vez que as consequências de suas intervenções afetarão vítima, agressor e o amplo núcleo familiar do qual a vítima (e por vezes até mesmo o agressor) é parte (de Sá & Cleone, 2019).

Para além de aplicar uma capacitação é preciso que se tenham elementos para avaliar a efetividade desta intervenção. Em Durgante e Dell'Aglio (2018) são apresentados alguns critérios para avaliação de programas de intervenção. Segundo as autoras, é preciso que se estabeleçam pré-requisitos mínimos para avaliar se foram adotadas medidas adequadas e com rigor científico para atestar que uma intervenção apresenta eficácia ou efetividade para aquilo que objetiva atingir.

Durgante e Dell'Aglio (2018) apresentam também o conceito de viabilidade, cujo escopo refere-se a um recorte de uma pesquisa maior conduzidos antes de um estudo principal com objetivo de verificar o potencial de sucesso de uma intervenção. Desta forma, o principal objetivo deste tipo de estudo é servir como parâmetro para elaboração de estudos maiores e para avaliar se existem evidências de benefícios para a condução de uma intervenção. Os dados gerados por este tipo de pesquisa descrevem não somente medidas necessárias para implementar a intervenção, como também abrem espaço para pensar em possíveis refinamentos, adaptações, correções e se é viável aplicar a intervenção futuramente.

De modo geral as autoras supracitadas recomendam quatro etapas da avaliação de viabilidade: processo, recursos, gerenciamento e embasamento teórico da intervenção. Os processos são avaliados considerando a retenção de participantes, adesão/engajamento aos procedimentos, critérios de inclusão (se foram rígidos ou flexíveis), qualidade da coleta de dados, se os participantes compreenderam os protocolos e procedimentos de intervenção e o tempo que levou a coleta e a análise de

dados. A etapa de recursos avalia os custos financeiros, de recursos utilizados (como audiovisuais) e problemas que podem ocorrer ao longo do estudo, tal como sobrecarga de atividades, problemas na execução da atividade não previstos que podem interferir na implementação coleta ou na análise de dados. A etapa de gerenciamento (ou gestão) refere-se aos recursos humanos da pesquisa, com objetivo de avaliar o treinamento e a capacidade técnica para implementação, coleta e análise dos dados. O embasamento científico ocorre ao longo do planejamento da intervenção e serve como padrão de segurança para operacionalizar a condução, desde a escolha do conteúdo a avaliação das respostas dos participantes e para estimar os efeitos da intervenção a curto e longo prazo.

De que mulheres estamos cuidando? A necessidade de um olhar interseccional

Não seria possível programar uma intervenção sem definir e descrever qual a necessidade do público-alvo. Tratando-se da violência de gênero contra a mulher, é importante abordar aspectos a respeito da construção do papel da mulher, as expectativas sociais em que elas estão imersas e o impacto que suas ações geram em suas comunidades. Ademais, as diferentes histórias e origens, cujas demarcações são importantes para compreender o impacto da violência em diferentes grupos de mulheres, uma vez que embora a violência afete mulheres de diferentes origens, isso não se dá de forma igual. O conceito de interseccionalidade, derivado do movimento de feminismo negro, vem como ferramenta para explicar como fatores como raça-etnia, classe social, sexualidade, origem territorial e outros se entrecruzam e modulam a maneira como a violência se apresenta.

Os estudos sobre a interseccionalidade ganharam repercussão entre as décadas de 1970 e 1980 a partir das falas da feminista Kimberlé Crenshaw acerca da necessidade de valorizar as mulheres negras nos movimentos civis estadunidenses a fim de destacar que as vivências dessas mulheres não se circunscrevem à raça, como também são compostas por vivências de gênero (Barbosa et. al, 2021). O conceito de interseccionalidade trazido por Crenshaw aborda as consequências da interação entre dois ou mais “eixos de subordinação” (Silveira & Nardi, 2014), ou seja, delimita que pessoas podem estar sujeitas a multiplicidade de opressões. Outrossim, apesar da

origem do termo interseccionalidade, podemos utilizá-lo para falar de outras categorias sociais se entrelaçam além do gênero e raça. Recentemente o conceito tem sido incorporado também nos estudos sobre deficiência. Pesquisas voltadas para intersecção entre gênero e deficiência indicam que a deficiência é um fator que modula as expectativas que a sociedade tem de mulheres que vivem essa experiência e as narrativas dessas expectativas sociais descrevem inúmeras violações de direitos e capacitismos contra as mulheres com deficiência (Gesser, Block & Melo, 2020).

Com o início da pandemia de covid-19 cresceu o relato de preocupações acerca da segurança de mulheres. Dados iniciais indicavam riscos econômicos e sociais para mulheres o que resultou até mesmo em uma nota da ONU expressando o perigo de que fossem revertidos progressos na igualdade de gênero e direitos das mulheres (Barbosa et. al, 2021). O isolamento social e a recomendação de que as mulheres ficassem em casa ocorreram em concomitância ao conhecimento de que nem sempre este é o local mais seguro para mulheres. Por outro lado, novamente é preciso delimitar quem são essas mulheres de quem falamos. Barbosa et. al (2021) destacam que para compreender o que se deu neste contexto é preciso que se olhe para possíveis diferenças e desigualdades decorrentes de experiências sociais, individuais e coletivas diferentes. Para estes autores, sem olhar e questionar estas relações corre-se o risco de *“estigmatizar determinados grupos, invisibilizar singularidades e privatizar uma demanda que na verdade está imersa em um contexto muito maior e complexo, além de eximir a responsabilidade do Estado”*.

Capítulo 2 – Efeitos da Violência de Gênero

Analisar o tema de violência sob o recorte de gênero torna-se necessário em virtude da apresentação diferenciada com que a violência incide sobre grupos de homens e mulheres. No Mapa da Violência de 2010, intitulado: “Anatomia dos homicídios no Brasil” (Waiselfisz, 2010; Brasil, 2011b), encontramos dados que sugerem que a maior parte dos crimes incididos sobre homens foram efetuados em vias públicas. Por outro lado, a maior parte dos registros sobre mulheres indicam que existe predomínio de violência perpetrada a elas em espaços privados, cotidianamente em seus próprios lares, cometidos em geral por seus parceiros ou ex-parceiros íntimos, ou algum familiar próximo. No Atlas da Violência de 2020 (Cerqueira et.al., 2020) os dados apontam que 4.519 mulheres morreram em decorrência pela violência em 2018, o que

equivale a uma morte de mulher a cada 2 horas no Brasil. Dentre essas mulheres vítimas 68% eram mulheres negras.

Capaldi et. al. (2012) descrevem que o gênero exerce efeito na maneira singular com que a violência é expressa por homens e mulheres: ainda que seja possível que homens sejam vítimas de violência dentro de relacionamentos íntimos, eles não buscam auxílio ou não são encaminhados a serviços de saúde, assistência ou justiça com a mesma frequência ou com a mesma gravidade que as mulheres atingidas por este tipo de violência. Em relação a ameaça a vida temos um número maior de mulheres em relação ao número de homens. Um adendo importante: falamos neste trabalho especificamente sobre relacionamentos de homens que se relacionam com mulheres por compreender que outros tipos de relação necessitariam de aprofundamento em questões e outras análises específicas. Considera-se este recorte relevante na medida em que os números apresentados no Mapa da violência (2010) e do Panorama da Violência contra Mulheres no Brasil (2018) sugerem que este tipo de relação tende a ser o mais presente em encaminhamentos as profissionais das áreas de justiça, saúde, segurança pública e assistência social.

Damásio (2015) descreve que a violência de gênero incidida sobre a mulher reflete questões culturais e sociais que incentivam a dominação de homens sobre mulheres. Nessa perspectiva, violências de gênero seriam legitimadas pela sociedade em certa medida por considerar que mulheres seriam inferiores aos homens, valores estes que a autora chama de patriarcais e primitivos. Isto implica que a mulher poderia ser agredida exclusivamente por ser mulher, cuja expressão máxima de agressão seria o óbito (Garcia et.al, 2013) que chamamos de feminicídio.

Em relatório para o IPEA, Garcia et al.(2013) apontam que a maior parte dos assassinatos de mulheres são realizados por seus parceiros íntimos. Estima-se que entre 2001 e 2011 tenham ocorrido aproximadamente 50.000 assassinatos de mulheres por seus parceiros no Brasil, uma média de 5000 assassinatos/ano. Um terço destes assassinatos tiveram o domicílio como local de ocorrência, o que fortalece evidências que decorrem de violência doméstica. Observando-se números mundiais, 40% das mortes de mulheres são atribuídas aos parceiros íntimos, dado significativamente maior que a porcentagem de homens (6%). Segundo matéria publicada pelo Ministério do Desenvolvimento Humano (MDH, 2019), o Ligue 180 registrou 66.137 casos relativos à violência doméstica no ano de 2018, destes só entre janeiro e julho considerou-se que 27 foram feminicídios e 547 foram tentativas de feminicídios. Números que chamam

atenção e fortalecem a necessidade de investimento em serviços de proteção à mulher, especialmente em termos de prevenção.

Múltiplos fatores predizem e mantêm a estrutura que torna possível a existência deste tipo de violência, tendo como exemplo os fatores culturais cuja influência pode afetar desde o nível de violência até a forma como as mulheres reagem à exposição a este contexto. Em uma revisão bibliográfica, Capaldi et. al. (2012) resume os achados nas pesquisas de violência de gênero em três níveis de preditores: a) características contextuais do parceiro (tais como variáveis demográficas, comunidade e vizinhança); b) características do comportamento e do desenvolvimento do parceiro (dentro da família, incluindo história de violência de gênero na família de origem, colegas, padrões psicológicos e comportamentais); e c) influência de relacionamento e padrões de interação (discordâncias, satisfação etc.).

O modelo bioecológico de violência tem sua origem na teoria desenvolvimento bioecológico de Bronfenbrenner (2004), teoria que explica os comportamentos humanos como construídos pela interação de fatores biológicos e cognitivos ao longo dos ciclos de vida. Nesta perspectiva, a violência é entendida como um fenômeno multifatorial produzido pela interação de diversos fatores. Heise (1994) discorre sobre o que chama de uma certa resistência inicial dos movimentos feministas em reconhecer que características de vida pessoais pudessem exercer influência sobre ações de agressores e vítimas em casos de violência. Reconhecer estas influências, no entanto, não têm objetivo de reduzir a compreensão deste tipo de conduta (Alencar-Rodrigues & Cantera, 2012), mas de destacar os sistemas que em interação podem ocasionar violência de gênero.

Heise (1994) discute ainda sobre três amplos níveis que podem nos ajudar a analisar a etiologia da violência de gênero: (1) nível pessoal, referente a características pessoais como filogenia, emoções e cognições que por serem dinâmicas são tanto construídas como modificadas ao longo de cada etapa do ciclo vital; (2) nível processual: descritor das relações bidirecionais entre pessoas e pessoas ou pessoas e objetos quando imersas em um mesmo ambiente. Carvalho-Barreto et.al. (2008) destacam a importância deste nível por estabelecer o tipo de relações que os parceiros têm com outros sistemas, ou seja, problemas e estressores que podem causar desequilíbrio nas relações (como por exemplo, ciúmes excessivo e diferenças nos salários) podem afetar as relações existentes em outros sistemas; (3) nível contextual,

este dividido em quatro subníveis: microssistema, mesossistema, exossistema e macrosistema.

O microssistema refere-se ao entorno mais imediato da vida de uma pessoa: em geral, a sua família. É na família que se dão os primeiros contatos e socializações entre pessoas e é neste nível de interação que o incentivo a práticas de comportamentos mais saudáveis, como o incentivo dos pais para reduzir desigualdades de gênero naturalizadas podem prevenir fatores de risco (Heise, 1994; Carvalho-Barreto et.al.2008; Alencar-Rodrigues & Cantera, 2012). Em extensão a família, outros sistemas próximos exercerão influências também sobre as pessoas: amigos, família estendida, vizinhos e outras pessoas com quem há trocas constantes e frequentes; estas demarcam o que se chama de mesossistema (Carvalho-Barreto et.al. ,2008).

O exossistema é formado por contextos amplamente utilizados pelas pessoas, neste nível encontram-se as redes de apoio sociais em que as pessoas poderão encontrar proteção, ajuda ou apoio emocional para enfrentar situações estressoras (Carvalho-Barreto et.al., 2008). Por fim, o macrosistema se refere a contextos de organização mais ampla da sociedade, como por exemplo a segurança pública, justiça e os governos Federal, estaduais e municipais (Carvalho-Barreto et.al.2008; Alencar-Rodrigues & Cantera, 2012). Estas instituições têm grande importância pois atuam como influência em todos os demais níveis e por que a forma como constroem suas políticas públicas afetam significativamente a sociedade (Carvalho-Barreto et.al., 2008). Assim, podemos considerar a construção de políticas públicas como aspecto de análise significativo ao se falar em enfrentamento da violência de gênero. Isto, por se tratar de um macrosistema que reflete um contexto que pode enfraquecer os padrões sociais em vigor que mantém as interações de desigualdade de gênero, ou que se mal utilizadas, ajudarão a fortalecer e mantê-las.

OBJETIVO

Desenvolver, aplicar e avaliar a viabilidade de um curso de capacitação *online* sobre violência de gênero para profissionais da rede socioassistencial.

MÉTODO

Esta pesquisa apresenta caráter exploratório e propôs-se a investigar a viabilidade do uso de um curso de capacitação como ferramenta para ampliar os conhecimentos de profissionais que atendem mulheres vítimas de violência. Para tanto, utilizou-se a combinação de instrumentos qualitativos e quantitativos. Os procedimentos descritos abordam a construção da intervenção e a efetividade do programa adotado.

Local

A realização do curso ocorreu em ambiente virtual, através da plataforma de conferência de vídeo *Google Meet*. As atividades, os textos e as gravações eram disponibilizadas no *Google Classroom*. Recomendou-se aos participantes que escolhessem um local que tenha condições mínimas de ventilação, iluminação, conforto, privacidade e acesso à *internet* para a participação nos encontros síncronos.

Participantes

O público-alvo foi formado por profissionais da rede socioassistencial e estudantes universitários. Durante a fase de levantamento, um formulário encaminhado via *Google forms* obteve dez respostas coletadas entre os dias 25/06/2020 e 03/07/2020. Dentre os respondentes, nove pertenciam ao CREAS e uma ao CRAS. A maior parte (n=9) dos respondentes eram do sexo feminino. Todos alegaram ter acesso a uma internet com qualidade suficiente para ver vídeos assíncronos, enquanto um respondente disse que teria dificuldade de participar de uma conferência síncrona de vídeo por ter “internet lenta”.

Dentre as respostas coletadas, nove pessoas residiam na cidade de São Carlos (SP) e um residia em Ribeirão Preto (SP). Quanto à ocupação dos respondentes, tivemos: um sociólogo, quatro psicólogos, dois assistentes sociais e duas pessoas em cargo de chefia. Foi sugerido pelos participantes desse levantamento que a capacitação fosse feita em um dia útil durante o horário de trabalho, de tal modo, teriam sempre acesso à internet para participar de modo síncrono. Essa sugestão posteriormente foi incorporada na condução da capacitação.

Em relação ao atendimento de mulheres vítimas de violência em seus trabalhos todos os dez respondentes afirmaram ter experiência prévia com esse público; três deles consideravam a própria formação suficiente para atender essas mulheres, seis pessoas consideravam a própria formação insuficiente e uma pessoa afirmou que em alguns

aspectos sua formação era boa, mas que necessitava se aprofundar mais no tema. Questionados sobre o efeito da pandemia na rotina e na condução das atividades, nove pessoas alegaram sentir que a pandemia teve um efeito sobre os atendimentos realizados. As diferenças sentidas por essas pessoas foram classificadas em três categorias elencadas na Tabela 1.

Tabela 1. Efeitos da pandemia de covid-19 para os profissionais da rede socioassistencial

Categoria	Subcategoria
Alterações de rotina do serviço	Mudança na forma e processos de trabalho, restrição dos horários.
Acesso da usuária ao serviço	Encontros presenciais mais escassos; Pausa entre intervenções.
Vinculação à usuária	Limitação do contato; Vincular-se as usuárias mesmo sem entender o que mantém mulheres em situações de violência e as motivações delas.

Após o levantamento de interesse dos profissionais, foi executada a fase de inscrições e captação de participantes da pesquisa. No total, 51 pessoas indicaram interesse em participar da pesquisa, sendo que dessas, 30 participaram de ao menos um encontro. Dentre os 30 participantes que participaram de ao menos um encontro, 12 cumpriram todos os critérios de inclusão: responderam as atividades de pré e pós-teste e tiveram pelo menos 75% de presença em todos os encontros, tendo assim aprovação na capacitação. Calcula-se, portanto, uma taxa de retenção de 76,5% de participantes, considerando o número de desistentes em relação àqueles que completaram a intervenção. Estes doze participantes caracterizam o grupo de intervenção descrito e analisado nesta pesquisa.

Todos os participantes eram residentes de cidades de pequeno e médio porte do interior de São Paulo. Nove participantes eram moradores de São Carlos, dois de Votuporanga e um residia em Dourados. Três dos participantes do grupo de intervenção estiveram na turma da manhã (VER “*ETAPA 4 – Curso de Capacitação*”) e os nove restantes na turma da tarde. Todo o grupo foi submetido ao mesmo cronograma e materiais descritos na Tabela 3, diferindo apenas quanto ao turno.

A amostra foi composta por onze mulheres (91,6%) e um homem, com idade média de 31,3 anos (DP = 7,92), tendo o participante mais novo 20 anos e o mais velho 40 anos. Em relação à identificação étnica, 91,6% declararam-se “brancos” e um dos participantes identificou-se como etnia “parda”.

As medidas de tempo na área de atuação e no cargo atual foram estimadas em meses. A média de tempo na área de formação foi de 85,25 meses (DP = 55,70). Quanto ao tempo de experiência no cargo atual, a média foi de 63 meses (DP = 60,8). Em ambas as medidas o mínimo foi de 1 mês e o máximo de 156 meses. Com base na declaração dos participantes foram identificadas três áreas de atuação: oito pessoas (66,6%) da assistência social, duas pessoas (16,6%) se identificaram como da área de saúde e duas (16,6%) se classificaram como “sem estágio”. Os dois participantes que se identificaram como da área da saúde também assinalaram “estudante” como cargo atual. Na divisão por cargo atual quatro participantes (33,3%) se declararam estudantes, dois (16,6%) como psicólogos, dois participantes (16,6%) eram assistentes sociais, dois participantes exerciam cargos de coordenação, uma participante (8,3%) era educadora social e um participante (8,3%) era supervisor de unidade.

A escolaridade mínima apresentada por todo o grupo foi “ensino superior incompleto”, esta faixa correspondendo a 33,3% da amostra. Em seguida encontra-se o grupo “ensino superior completo”, caracterizando 50% do grupo de intervenção. Por fim, 16,6% dos participantes integram o grupo “pós-graduação”.

Repertório inicial dos profissionais na área de violência contra mulheres

Quanto à experiência com a temática, 83,3% dos participantes declararam conhecer quais serviços integram a rede de proteção à mulher. Perguntados sobre ter experiência prévia no atendimento deste público, 33,3% dos participantes disseram que “sim” e 66,6% declararam que “não”. Dentre aqueles que tinham experiência no atendimento de mulheres vítimas de violência, dois participantes disseram que no município em que atuam “*existe um protocolo no serviço que atuo e um fluxo de encaminhamento na rede de proteção do município*”. Um participante declarou que “*Existe um protocolo no serviço que atuo, mas não um fluxo de encaminhamento na rede de proteção do município*”. Um dos participantes não falou sobre protocolos específicos e declarou que “*Há procuras espontâneas de mulheres agredidas, mas o*

fluxo maior são os encaminhamentos de Boletim de Ocorrência da DDM (Delegacia da Mulher), que a partir disto, vamos em busca das mulheres”.

Tabela 2. Informações biossociodemográficas dos participantes

	Turma	Idade	Gênero	Etnia	Escolaridade	Cargo	Tempo de atuação
P1	Manhã	24	Feminino	Branca	Ensino Superior Completo	Educadora social	6 anos
P2	Manhã	37	Feminino	Branca	Ensino Superior Completo	Psicóloga	1 mês
P3	Manhã	20	Feminino	Branca	Ensino Superior Incompleto	Estudante	Não se aplica
P4	Tarde	40	Feminino	Branca	Pós-graduação	Estudante	18 anos como jornalista e 1 ano como estudante.
P5	Tarde	24	Feminino	Branca	Ensino Superior Incompleto/Em andamento	Estudante	Não se aplica
P6	Tarde	21	Feminino	Branca	Ensino Superior Incompleto/Em andamento	Estudante	Não se aplica
P7	Tarde	35	Feminino	Branca	Pós-graduação	Supervisor de unidade	8 anos
P8	Tarde	24	Feminino	Branca	Ensino Superior Completo	Coordenadora e assistente social do CRAS	9 meses
P9	Tarde	36	Feminino	Branca	Ensino Superior Incompleto/Em andamento	Assistente Social	13 anos
P10	Tarde	37	Feminino	Parda	Ensino Superior Completo	Coordenação do acolhimento infantil. Em aviso prévio.	10 anos
P11	Tarde	38	Masculino	Branco	Ensino Superior Completo	Psicólogo	11 anos
P12	Tarde	40	Feminino	Branca	Ensino Superior Completo	Assistente Social	8 anos

Medidas Avaliativas

Caracterização dos participantes

Medidas sociodemográficas foram coletadas para caracterização da amostra com finalidade de fornecer informações que possam complementar as análises obtidas. A coleta dessas informações foi efetuada no momento da inscrição como parte do instrumento VIRGINIA (Vinheta sobre Violência de Gênero) elaborado por Carvalho e

D’Affonseca (submetido) (Ver Anexo 1). A saber, os temas do questionário referem-se: (a) idade do respondente; (b) gênero; (c) estado civil; (d) escolaridade, área de formação e cargo atual; (e) formações complementares; (f) uso de mídias sociais e de obtenção de informações; e (g) descrição breve da opinião do respondente sobre aspectos necessários para se atuar nesta área.

Percepção dos participantes sobre a Violência de Gênero

Para avaliar a percepção dos participantes sobre situações e comportamentos que legitimam a violência entre parceiros íntimos e para investigar alterações nesta percepção ao longo do processo foram utilizados dois instrumentos: (1) a Escala de Crenças da Violência Conjugal (ECVC - Machado, Matos e Gonçalves, 2008) e (2) VIRGINIA -Vinheta sobre Violência de Gênero.

A ECVC é uma escala do tipo *Likert* que avalia crenças em relação às violências físicas e psicológicas em relacionamentos do tipo conjugal (Cabral & Rodríguez-Díaz, 2010). É composta por 25 itens, cada um contendo uma assertiva sobre situações hipotéticas de violência em relacionamento. Abaixo de cada um dos itens encontra-se uma escala de resposta de cinco pontos organizada em quadros, em que 1 representa “discordo totalmente” e 5 representa “concordo totalmente”. Os participantes devem selecionar um dos quadros considerando a concordância com o item apresentado.

Ao final, soma-se a pontuação dos participantes da escala resultando no escore total da ECVC. Este valor total pode ser também dividido por 25 para que o escore varie de 1 a 5. Os valores mais elevados indicam maior legitimação das crenças e atitudes favoráveis à violência conjugal. Os itens da escala podem ser agrupados em quatro fatores, a saber: (1) *legitimação e banalização da violência leve* itens relacionados com crenças que normalizam violência leve (por exemplo, insultos e bofetadas); (2) *legitimação da violência pela conduta da mulher* (por exemplo, “má esposa”, “esposa infiel”...); (3) *legitimação da violência motivada por causas externas*, justifica a violência conjugal através de fatores externos (e.g. “desemprego”, “álcool”); (4) *legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar*, desculpa a violência pela proteção da intimidade familiar (e.g. “a violência conjugal é assunto privado da família”...).

As primeiras evidências de validade da ECVC foram pensadas para população portuguesa e esta foi considerada um importante instrumento de medida para amostras

gerais da população para o qual foi construída. Os estudos de validação para população brasileira foram executados por uma parceria entre pesquisadores duas universidades do Rio Grande do Sul e uma universidade Portuguesa (Moura, Habigzang, Matos & Gonçalves, 2022). O processo de adaptação da versão brasileira sugeriu a alteração em quatro palavras do instrumento em relação à construção de frases da escala original. Em decorrência da publicação da validação ter sido posterior à aplicação desta intervenção (que ocorreu em 2020), a escala que os participantes receberam foi a original portuguesa.

No entanto, a análise de resultados trazida neste trabalho seguirá as recomendações da escala traduzida que recomenda uma avaliação unidimensional e não mais em quatro fatores como a escala original. Apesar dos itens de verificação do modelo terem sido satisfatórios, considerou-se que a divisão em quatro fatores não era adequada e poderia dificultar a interpretação do modelo uma vez que 18 dos 25 itens apresentaram *cross-loadings* (Moura, Habigzang, Matos & Gonçalves, 2022).

Considerando que os 25 itens permitem pontuações de 1 a 5, em que o primeiro número indica uma discordância total do item e 5 concordância total, a soma da pontuação dos participantes poderia variar entre 25 (pontuação mínima) e 125 (pontuação máxima). Estes números indicam respectivamente menor e maior presença de crenças que legitimam a violência conjugal.

A segunda medida para avaliar a percepção dos participantes sobre a violência de gênero foi VIRGINIA -Vinheta sobre Violência de Gênero (Carvalho & D'Affonseca, submetido). O instrumento consiste em aplicar seis vinhetas aos participantes com situações hipotéticas de mulheres que chegam aos serviços assistenciais. Vinhetas são histórias curtas, com descrições de situações ou pessoas em condições hipotéticas, cujas referências são consideradas mais relevantes para que o processo de tomadas de decisão ou de julgamento seja mais preciso (Alexander & Becker, 1978). Este tipo de instrumento contém uma breve descrição de eventos ou decisões que requer uma reação do participante. As informações contidas podem tratar de temas fictícios ou reais, desde que evoquem percepções, opiniões, informações ou crenças dos respondentes sobre o fenômeno a ser estudado.

As seis vinhetas são: (1) violência física; (2) violência psicológica, (3) violência sexual, (4) violência patrimonial (5), violência moral e (6) controle (situação sem violência). Ao final de cada vinheta apresentada, é pedido aos respondentes que identifiquem no espaço indicado se a descrição apresenta algum tipo de violência, e

caso esta existisse, qual tipo de violência está presente na situação, a qual dos envolvidos o respondente atribui mais responsabilidade sobre a violência, qual seria a atitude tomada frente à situação e por fim, quais encaminhamentos dentro da rede de atendimento à mulher os respondentes consideram necessários.

Os dados qualitativos coletados por este instrumento foram analisados a partir da análise temática de conteúdo proposta por Bardin (1970). Inicialmente leu-se as respostas dos participantes e selecionou-se trechos significativos (códigos ou categorias temáticas). Posteriormente, os códigos foram analisados em termos de frequência de resposta.

Avaliação dos encontros

A avaliação dos encontros foi feita com a análise dos dados obtidos através de fichas de avaliação ofertadas aos participantes após cada um dos encontros (APÊNDICE 3). As fichas foram encaminhadas ao final de cada uma das aulas por meio de formulário *online* nas páginas das turmas do *Google Classroom*, grupo do *WhatsApp* e no *chat* do encontro síncrono. Dados qualitativos e quantitativos foram extraídos através de perguntas que mesclaram o uso da escala Likert e espaço para comentários livres.

Todos os participantes eram informados antes da entrega do formulário de cada avaliação que as respostas do formulário seriam contabilizadas mantendo o anonimato do respondente, visando propiciar um meio seguro para que eles pudessem expressar com honestidade suas impressões. As respostas a estes formulários serviram como critério de presença para cada encontro. Outrossim, o formulário aceitava respostas até o dia do encontro seguinte, ou seja, a avaliação ficava disponível por, em média, quinze dias.

A construção deste instrumento foi pensada de modo a medir alguns critérios de viabilidade observados em Durgante e Dell’Aglío (2018). Deste modo, o formulário de avaliação foi dividido em seis blocos: (1) avaliação do quanto as próprias expectativas foram satisfeitas pelo encontro; (2) avaliação da própria motivação frente ao encontro; (3) avaliação da participação; (4) avaliação da qualidade geral do encontro; (5) avaliação do conteúdo; (6) avaliação da condução do encontro.

Os itens dos blocos “Expectativas”, “Qualidade Geral do Encontro” e “Motivação” consistiram em uma escala que variava de um a dez. A categoria “Participação” foi composta por seis itens avaliados em escala Likert de cinco pontos.

Os itens foram construídos almejando identificar a maneira como os indivíduos avaliavam a própria participação e a de seus colegas ao longo da capacitação. Os itens da escala pontuavam da seguinte forma: um ponto correspondia a “discordo totalmente”, dois pontos eram contabilizados para “discordo parcialmente”, três pontos “indiferente”, quatro pontos “concordo parcialmente” e cinco pontos eram somados para “concordo totalmente”. De tal forma, a nota mínima possível dentro desta categoria era de seis pontos e a máxima possível trinta pontos.

“Conteúdo” foi o bloco com maior quantidade de itens do formulário. A categoria avaliava aspectos relativos ao conteúdo apresentado na capacitação. Foram nove itens que deveriam ser pontuados de um a cinco, conforme descrição apresentada anteriormente em “participação”. Tendo em vista este procedimento de medida, a nota mínima possível (contando que o participante respondesse um para todas as questões) seria nove e a nota máxima possível (considerando o participante que respondesse cinco a todos os itens) seria quarenta e cinco.

O último bloco “Condução”, cuja avaliação também foi feita em escala de cinco pontos, continha quatro itens. Estes tinham como objetivo avaliar aspectos da postura da pesquisadora ao mediar a condução. Sendo assim, de acordo com os critérios já apresentados sobre a escala de cinco pontos, a nota mínima possível era de quatro pontos e a máxima possível era de vinte pontos. De forma suplementar, foram incluídas na avaliação dos participantes comentários feitos nas páginas do *Classroom* das turmas incluídas na capacitação.

Avaliação de desempenho dos participantes

Atividades de revisão foram disponibilizadas junto às fichas de avaliação dos encontros no final de cada um dos encontros. Ao todo foram disponibilizadas seis revisões, as quais os participantes poderiam responder quantas vezes desejassem durante o período de quinze dias. Inicialmente pensou-se em utilizar estes dados como critério de desempenho mínimo que deveria ser atingido para que os participantes seguissem para o próximo encontro, tal ideia foi descartada posteriormente. Tendo em vista se tratar de um estudo de viabilidade, optou-se por não excluir os participantes que não atingissem o critério mínimo de 75% de respostas corretas nesta atividade. A utilidade deste instrumento residiu na possibilidade de medir a adesão dos participantes

às atividades propostas e, em menor medida, a apreensão de conhecimentos dos encontros avaliados.

Em adição às atividades de revisão, os participantes deveriam produzir um trabalho ao final da disciplina. Neste trabalho, cada um dos participantes deveria criar e apresentar uma descrição breve e fictícia de uma mulher que vivenciou pelo menos um dos cinco tipos de violência abordados ao longo dos seis encontros (física, sexual, psicológica, moral ou patrimonial) e que é encaminhada a um serviço de assistência social. A apresentação do caso poderia ser em forma de vídeo, música, poema ou conto; a escolha do formato seria a critério do participante.

Procedimentos

Etapa 1 – Condução dos Procedimentos éticos

O projeto de pesquisa foi encaminhado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSCar (CAEE 30283120.3.0000.5504). Os participantes só puderam iniciar a intervenção após darem anuência ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE 1), no qual estavam explicitados os objetivos da pesquisa, os tipos de dados que seriam coletados e a forma de participação. Além disso, assegurou-se o sigilo das informações obtidas, a forma de divulgação dos dados e a possibilidade de desistência do participante a qualquer momento da coleta, sem qualquer tipo de prejuízo.

Etapa 2 – Parceria com instituições na comunidade

Após a condução dos procedimentos éticos e aprovação do CEP, deu-se início ao estabelecimento de parcerias com os serviços da comunidade para recrutamento dos participantes, explicitando os objetivos da pesquisa e as condições para realizar a capacitação com os profissionais das unidades a respeito da violência contra a mulher. Os serviços cujas parcerias se firmadas foram o Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) e o Centro Especializado de Assistência Social (CREAS). Inicialmente acordou-se com as coordenações encontros presenciais, todavia, devido as recomendações de isolamento social ocasionadas pela pandemia de covid-19, escolheu-se dar continuidade em formato *online*. A modalidade *online* possibilitou que as parcerias fossem estendidas a profissionais que não residissem em São Carlos-SP.

Como benefício desta parceria, os profissionais puderam participar dos encontros em horário de trabalho, sendo liberados durante um turno para dedicarem-se as atividades.

Fase de Levantamento

Antes do início da intervenção encaminhou-se a profissionais dos serviços públicos da assistência social um questionário de levantamento com objetivo de investigar o interesse no tema da capacitação, a disponibilidade da participação por modalidade *online*, nível de experiência prévio com a temática, o que esperariam de um curso com esta temática e, considerando o momento inicial do afastamento social decorrente da pandemia de covid-19, se observaram algum efeito deste contexto em seus trabalhos.

Etapa 3 – Recrutamento das participantes

O recrutamento das participantes ocorreu nas instituições que haviam firmado parceria com a pesquisadora e no canal de comunicação institucional da universidade (CCS). Cumpre destacar que além da divulgação em todos os campi da universidade, o CCS mantém relação com a imprensa local, regional e nacional. Na divulgação da pesquisa havia uma breve descrição do curso, carga horária e atividades previstas. Além disso, foi disponibilizado um link de inscrição *online* em um formulário do Google. Os interessados em participar clicavam no link e tinham acesso ao TCLE. Para prosseguir, os interessados deveriam ler o termo e selecionar a opção “*Li e concordo em participar*”, o que os direcionava às questões de caracterização dos participantes e uma pergunta de indicação de preferência de horário (manhã/tarde) para realizar os encontros. Posteriormente, aos interessados, foi enviado por e-mail um novo formulário com o questionário sobre violência contra a mulher; Escala de Crenças da Vida Conjugal (ECVC - Machado, Matos & Gonçalves, 2008) e VIRGÍNIA: Vinhetas sobre violência contra mulher (Carvalho & D’Affonseca, submetido).

Etapa 4 - Realização do curso de capacitação

Uma vez recrutados, os participantes foram divididos em dois grupos de acordo com a disponibilidade dos participantes (manhã e tarde). Tal estratégia foi adotada para maximizar a participação.

A intervenção consistiu em seis encontros quinzenais *online* com duração de 1h30 e discussões focais sobre assuntos pré-determinados selecionados com base em um estudo de revisão de literatura. Os encontros foram conduzidos pela pesquisadora responsável por esta intervenção e foram gravados com autorização dos participantes. O terceiro encontro, diferente dos demais em que apenas a pesquisadora responsável foi responsável pelo encontro, contou com o auxílio de uma psicóloga convidada com vasta experiência no atendimento de mulheres vítimas de violência em rede socioassistencial.

Cada encontro foi desenvolvido em torno da história fictícia de uma mulher cuja função é sintetizar e evocar discussões acerca do tópico da semana (APÊNDICE 2). Os nomes das mulheres descritas em cada encontro correspondem aos seis nomes femininos mais frequentes em todas as décadas no Brasil (Censo, 2010). Na Tabela 3 a seguir estão descritas as atividades, objetivos e habilidades que foram desenvolvidas em cada encontro. As histórias foram construídas pensando em aumentar gradualmente a complexidade de análises que os participantes pudessem ter feito no encontro anterior. De tal forma, a cada encontro foram acrescentados mais detalhes sobre a vida das mulheres fictícias, das relações que elas possuem com familiares, amigos e com suas comunidades e detalhes sobre características físicas que poderiam possibilitar análises interseccionais de violência. Pensou-se neste aumento de detalhes não para implicar que a mulher descrita no primeiro encontro sofreu menos violência do que aquela cuja história foi descrita no último encontro, mas tão somente que o participante que entrasse em contato com as histórias pudesse receber uma história com mais nuances a cada encontro. Esperava-se que quanto mais os participantes aprendessem sobre a temática mais eles poderiam se aprofundar em análises e para tanto necessitariam de mais detalhes sobre a vida das mulheres fictícias.

As atividades foram estruturadas em discussões focais conduzidas pela pesquisadora com auxílio de uma estudante de graduação. Dentre as práticas previstas estiveram: a) leitura de textos previamente selecionados; b) discussões direcionadas e estudos de caso (*online* e síncronas); c) exposição a cenas de filmes, séries ou outros programas televisivos que possam exemplificar o tema trabalhado; d) análise de músicas; e) atividades de estudo escritas *online* (assíncronas).

Ao final de cada encontro os participantes deveriam responder a uma ficha de avaliação, descrita na sessão “instrumentos”. Entre os encontros eram solicitadas atividades para avaliar o desempenho dos participantes ao longo do processo. Além disso, a participação no curso envolveu também dedicação de horas de estudo para

leitura de textos e vídeos previamente selecionados. Ao final, os participantes deveriam elaborar um projeto de trabalho final. Após o encerramento do curso, os grupos foram submetidos ao pós-teste, momento em que devem responder novamente os instrumentos apresentados no pré-teste.

Tabela 3. Descrição dos encontros realizados no CASSIA

	TEMA	OBJETIVO	HABILIDADES	MATERIAIS UTILIZADOS
Maria 26/08/2020	Panorama histórico, relações sociais e violência de gênero	a) abordar os movimentos históricos que foram importantes para o surgimento do campo de investigação da violência de gênero; b) discutir mudanças nas relações sociais e como elas se relacionam com a violência de gênero; c) descrever os diferentes tipos de violência de gênero.	a) capacidade de elencar elementos históricos importantes sobre violência de gênero; b) observar relações sociais como um contexto; c) identificar e diferenciar violências de gênero	a) Texto de referência encaminhado via <i>Google Classroom</i> ; b) Cronograma “CASSIA”; c) História “Maria” (APÊNDICE 2); d) Apresentação de slides; e) recurso “nuvem de palavras”; f) apresentação de dados sobre a violência contra mulher no Brasil.
Ana 09/09/2020	Ciclo de vida e violência de gênero: como contextos diferentes podem funcionar como fatores de risco	a) apresentar contribuições do modelo bioecológico para o estudo da violência de gênero; b) discutir fatores de risco associados à violência de gênero; c) discutir a relação entre contextos e os tipos de violência apresentados no encontro anterior.	a) identificar fatores de risco associados a contextos sociais; b) observar relações entre contexto e apresentações de diferentes tipos de violência de gênero.	a) Texto de referência encaminhado via <i>Google Classroom</i> ; b) História “Ana” (APÊNDICE 2); c) Apresentação de slides.

Francisca
23/09/2020

Rede de proteção a mulher:
legislação.

a) Descrever o funcionamento das redes de atendimento e enfrentamento a violência de gênero com foco na legislação; b) diferenciar redes especializadas e não especializadas; c) apresentar especificidades das redes de Assistência Social (CRAS e CREAS); d) apresentar normas de encaminhamento e de intervenção.

a) conhecer normas e procedimentos da rede de proteção a mulher; b) identificar o papel da Assistência social nesta rede de proteção.

a) Leitura da cartilha “Rede de atendimento à violência contra mulher” ; b) História “Francisca” (APÊNDICE 2); c) Apresentação oral da palestrante convidada.

Antônia
07/10/2020

Rede de proteção a mulher:
funcionamento.

a) Continuar a discussão iniciada no encontro anterior, dessa vez com foco no funcionamento desta rede no município em que os participantes do grupo atendem; b) discutir com os participantes sobre estratégias adotadas por eles para executar o trabalho no município em que atendem; c) identificar dificuldades e impasses existentes na rede; d) identificar dificuldades individuais; e) discutir e articular junto aos participantes possibilidades para solucionar ou minimizar estas dificuldades.

a) relacionar os conhecimentos adquiridos no encontro anterior com a atual ocupação que exercem; b) observar, identificar e sintetizar elementos que afetam o funcionamento e a execução do trabalho em rede; c) identificar dificuldades pessoais; d) construir novas propostas de intervenção.

a) Cartilha “Rede de atendimento à violência contra mulher”; b) História “Antônia” (APÊNDICE 2); c) Apresentação de slides.

Adriana
11/11/2020

Vinculação e bem-estar:
promovendo o autocuidado da
mulher e dos profissionais que a
atendem.

a) discutir a importância da
vinculação entre profissionais e
usuárias da rede; b) abordar
autocuidado sob perspectivas micro e
macrossistêmica; c) discutir como
utilizar a relação para incentivar
mulheres a desenvolverem práticas de
autocuidado; d) questionar
participantes sobre as estratégias de
autocuidado que utilizam e que
resultados eles vêm obtendo; e)
abordar estratégias de autocuidado
para profissionais que atuam em rede
e discutir porque eles devem ser
incentivados;

a) fortalecer o vínculo com usuárias
do serviço; b) utilizar o vínculo
como meio de intervenção; d)
utilizar e incentivar práticas de
autocuidado.

a) Texto de referência
encaminhado via *Google*
Classroom; b) História “Adriana”
(APÊNDICE 2);c) Apresentação
de slides; d) Videoaula assíncrona
“Autocuidado, disponibilizada no
Google Classroom.”

Juliana
02/12/2020

O que há de mais atual no tema da violência de gênero: pesquisas mais recentes e que perspectivas elas trazem para o atendimento psicossocial.

a) apresentar e discutir resultados de pesquisas recentes sobre atendimento e capacitações sobre violência de gênero; b) discutir interseccionalidade entre gênero e raça e abordar a importância de se discutir diversidade; c) treinar com os participantes a avaliação das próprias crenças relativas à violência de gênero; d) sintetizar os conteúdos discutidos ao longo dos encontros em termos de: identificação de demanda, acolhimento de usuárias, vinculação, escolha de intervenção (ou encaminhamento) e avaliação do impacto da intervenção; e) orientar os participantes para utilização de práticas contínuas de estudo e aperfeiçoamento.

a) relacionar conteúdos aprendidos;
b) atentar para diversidade no planejamento de intervenções; c) observar o impacto da história de vida sobre sua prática; b) desenvolver práticas de atualização contínua.

a) Texto de referência encaminhado via Google Classroom; b) História “Juliana” (APÊNDICE 2);c) Apresentação de slides;

RESULTADOS

Percepção dos participantes sobre a Violência de Gênero

Escala de Crenças da Violência Conjugal – ECVC (2008)

A pontuação média do grupo de intervenção apresentou apenas uma ligeira variação entre as avaliações do pré-teste e do pós-teste. Este resultado não diferiu do esperado dado que pela própria definição de crenças não se espera que estas mudem drasticamente em um curto período.

A média da amostra no pré-teste foi de 30,67 pontos (DP=6,07) com mediana 27,50. No pós-teste este número caiu para 29,08 pontos (DP=3,96) com mediana 28. Em ambas as fases de avaliação os valores totais da avaliação sobre crenças legitimadoras da violência estiveram significativamente abaixo do valor máximo possível alcançado pelo instrumento.

Tabela 4. Escores do ECVC antes e após a capacitação

	Pré	Pós
P1	27	32
P2	37	32
P3	34	27
P4	27	29
P5	25	26
P6	26	25
P7	26	25
P8	44	39
P9	36	28
P10	28	27
P11	25	31
P12	33	28

VIRGINIA: Pré-teste

Esta fase correspondeu à primeira aplicação dos instrumentos descritos na seção de medidas avaliativas. A atividade foi disponibilizada dois dias antes do início do curso de capacitação (24/08/2020) e finalizada no dia do primeiro encontro. Foram aceitas apenas respostas entregues antes do início da intervenção, o que para o turno da manhã significou que o formulário recusou respostas entregues depois das 9h da manhã do dia 26/08/2020, e, para o turno da tarde não foram aceitas respostas depois das 14h deste dia.

Identificação da violência

A primeira habilidade rastreada pelo VIRGINIA discriminava a identificação da presença de situações que envolvessem violência direcionada a mulheres em relacionamentos íntimos. Quatro vinhetas experimentais (física, sexual, psicológica e patrimonial) foram corretamente interpretadas como situações com violência de gênero por todos os doze participantes. A presença de violação de direitos na vinheta de violência moral foi aferida corretamente pela quase totalidade dos participantes (91,6%). A única discordância (8,3%) foi assinalada por P2. Na situação de controle apenas dois participantes (16,6%) observaram a presença de violência de gênero incorretamente.

Ainda no rol de habilidades de identificação de como lidar com situações de violência, os participantes foram questionados sobre a necessidade de encaminhamento de cada um dos casos apresentados nas vinhetas. A maior parte dos respondentes recomendou o acionamento de outros serviços. Contudo, foi possível observar que parte dos participantes relatavam “não saber responder” ou achavam dispensável o encaminhamento mesmo em situações que assinalaram anteriormente como situações com presença de violência.

P5 alegou não saber se posicionar quando questionado se deveria encaminhar o caso descrito na vinheta de violência física. Na vinheta de violência psicológica, P2 não achou necessário direcionar o caso para serviços da rede de atendimento à violência contra mulheres. Na situação de violência patrimonial, P3 declarou não saber responder se encaminharia o caso apresentado para serviços da rede. A maior dissonância entre as respostas desta categoria de análise esteve ligada à vinheta de violência moral. Além de

P2 que discordava quanto a presença de violência na situação “moral”, P3 e P5 relataram não saber se deveriam acionar a rede de atendimento ou para quais serviços encaminhariam.

Quanto à identificação do tipo de violência presente nas vinhetas, por não existir limitação na quantidade de respostas, a maior parte dos participantes selecionou mais de um tipo de violência por vinheta.

A maior parte das classificações de violências de gênero atribuídas pelos participantes contemplaram as categorias analisadas pelo instrumento, conforme dados disponibilizados na Tabela 5. Exceções foram vistas nas situações de violência patrimonial (P8 não selecionou a violência predominante de forma correta) e violência moral (P2 não observou violência na situação).

Em termos de frequência, as violências física e sexual foram aquelas associadas ao maior número de outras violências, tendo sido correlacionadas a quatro dos cinco tipos de violência de gênero. A associação mais frequente observada em conjunto à violência física foi a violência psicológica (notada por 83,3% dos respondentes). Na vinheta de violência sexual também foi expressivo o número de correlações com a violência psicológica (50% da amostra). A vinheta de violência patrimonial recebeu respostas que apontaram a presença de violência psicológica (66,6%) e moral (41,66%), ambas com frequências aproximadas. Na situação de violência moral as respostas se concentram em duas categorias: a própria violência moral (91,6%) e violência psicológica (50%). Por fim, na situação controle os dois participantes que visualizaram violência de gênero dividiram suas respostas nas categorias moral (8,3%) e psicológica (8,3%). Em resumo, a violência mais frequentemente associada a outras no momento pré-intervenção foi a violência psicológica. Ademais, esta violência não só foi a mais correlacionada a outras, como foi também a única que apareceu nas respostas de todas as seis vinhetas.

Tabela 5. Identificação de violência nas vinhetas no pré-teste

VINHETA	FÍSICA		SEXUAL		PSICOLÓGICA		PATRIMONIAL		MORAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Vera e Carlos (Violência física)	12	100	-	-	10	83,33	3	25	1	8,33

Letícia e Luiz (Violência sexual)	3	25	12	100	6	50	-	-	2	16,66
Patrícia e Matheus (Violência psicológica)	-	-	-	-	12	100	1	8,33	3	25
Fabiana e Roberto (Violência patrimonial)	-	-	-	-	8	66,66	11	91,66	5	41,66
Luiza e Rafael (Violência moral)	-	-	-	-	6	50	-	-	11	91,66
Juliana e Gabriel (Vinheta controle)	-	-	-	-	1	8,33	-	-	1	8,33

Responsabilização da violência

Neste instrumento os participantes foram convidados a preencher uma escala Likert de responsabilização da violência. Pediu-se que avaliassem o principal responsável pela ocorrência da situação de violência em uma escala de 1 a 7, em que a maior pontuação estaria próxima da responsabilidade total da mulher e a pontuação menor indicaria a responsabilidade completa do homem apresentado na vinheta. Para fins avaliativos, considerou-se aqui que os números 1-2 indicariam maior responsabilização do homem e 5-7 menor responsabilização do homem. Quanto aos números 3 e 4, considerou-se que o primeiro indica parcela maior de responsabilidade para o homem e o segundo maior responsabilização da mulher, embora sejam números intermediários.

Partindo desta categorização, todas as respostas das vinhetas experimentais indicaram maior responsabilização do homem, com quase todas as respostas “1”. A única resposta que diferiu foi a de P5 que marcou “2” na situação de violência patrimonial. Outrossim, a nota conferida por P5 ainda esteve na primeira faixa de responsabilização.

A vinheta controle também identificou tendência a maior responsabilização do homem. P3 pontou “1” e P4 pontuou “2”.

Outro ponto de análise da responsabilização envolveu uma resposta aberta explicando a nota atribuída. Foram definidas dezesseis categorias temáticas (Tabela 6) para agrupar as descrições trazidas pelos participantes para justificar suas respostas referentes a responsabilização do comportamento violento. Tendo em vista se tratar de

respostas descritivas sem limitação de caracteres ou justificativas, permitiu-se que a resposta de um mesmo participante fosse pontuada em mais de uma categoria.

A categoria mais frequente, e a única resposta válida que apareceu em todas as vinhetas, foi “*violência não tem justificativa, culpa sempre do agressor*”. P6 foi o participante com mais respostas dentro desta categoria.

A categoria temática “*justificativa vaga, em branco ou inválida*” elenca as respostas invalidadas por não conter elementos suficientes para compreensão das justificativas que interferiram na escolha do participante (e.g. “ele”; “ele foi o responsável”). Apenas P11 emitiu respostas dentro desta categoria.

Apesar de aparecer apenas correlacionada a vinheta de violência sexual, “*estupro conjugal/ausência de consentimento*” foi a categoria de maior concordância entre os participantes. 75% das respostas dos participantes foram agrupadas neste tópico.

“*Traços de relacionamento abusivo*” teve frequência considerável nas vinhetas de violência psicológica (58,3%) e violência moral (33,3%).

“*Descontrole emocional do agressor*” apareceu como relevante apenas associada à violência física, todavia foi considerada uma categoria relevante tendo sido pontuada por exatamente metade da amostra do pré-teste.

Tabela 6. Justificativas para a responsabilização pela violência no pré-teste

CATEGORIAS TEMÁTICAS	FÍSICA		SEXUAL		PSICOLÓGICA		PATRIMONIAL		MORAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Traços de relacionamento abusivo	-	-	-	-	7	58,33	-	-	4	33,33
Violência não tem justificativa, culpa sempre do agressor	6	50	1	8,33	1	8,33	1	8,33	2	16,66
Descontrole emocional do agressor	6	50	-	-	-	-	-	-	-	-
Iniciou o conflito	1	8,33	-	-	2	16,66	1	8,33	1	8,33
Isolamento social da vítima/falta de rede de apoio social	1	8,33	-	-	-	-	-	-	-	-
Interferência do uso de substâncias	2	16,66	-	-	-	-	-	-	-	-

Gravidez indesejada	-	-	2	16,66	-	-	-	-	-	-
Justificativa vaga, em branco ou inválida	1	8,33	1	8,33	1	8,33	1	8,33	1	8,33
Invalidação da vontade do outro	-	-	4	33,33	4	33,33	-	-	1	8,33
Estupro conjugal/ausência de consentimento	-	-	9	75	-	-	-	-	-	-
Danos ou prejuízos financeiros	-	-	-	-	-	-	5	41,66	-	-
Alienação parental e/ou prejuízo aos filhos	-	-	-	-	-	-	2	16,66	4	33,33
Questões relacionadas a pensão ou guarda dos filhos	-	-	-	-	-	-	2	16,66	1	8,33
Não houve violência	-	-	-	-	-	-	-	-	1	8,33

Atuação profissional

A Tabela 7 apresenta os dados relativos às atitudes que os participantes apresentariam diante dos casos de violência descritos nas vinhetas. As respostas foram distribuídas em treze categorias temáticas. A primeira vinheta (“Vera e Carlos”) que avaliava a identificação da violência física indicou nove diferentes abordagens profissionais. A categoria mais presente foi “*encaminhamento geral*” (50%), seguida de “*acolhimento à vítima*” (41,6%). A terceira categoria mais frequente para esta vinheta foi “*denúncia/BO/Judicial*” (33,3%). Esta foi a única vinheta que se encaixou em “*Atendimento telefônico*”. A escolha foi apresentada por P1 que justificou: “*Iria entrar em contato com a Vera, via telefone, visto o momento de pandemia em que estamos passando. Me apresentaria e falaria as propostas que o CRAM tem para as mulheres atendidas, as quais são: acompanhá-las, emponderá-las, fortalecê-las, através de atendimentos, visitas domiciliares, grupos terapêuticos*” (sic).

A vinheta de violência sexual (“Letícia e Luiz”) rastreou sete tipos de atitudes. A mais frequente foi “*acolhimento à vítima*” (50%), seguida pelo encaminhamento para “*atendimento médico*” (33,3%) e “*encaminhamento geral*” (33,3%) dentro da rede de proteção à mulher. Já a vinheta “Patrícia e Matheus” de violência psicológica recebeu respostas de quatro diferentes categorias. A atuação mais frequente nas respostas dos participantes foi “*Denúncia/BO/Judicial*” (58,3%). Um número considerável de participantes considerou também respostas de “*Acolhimento à vítima*” (41,6%). A terceira atitude mais frequente envolveu “*Encaminhamento geral*” (25%).

A quarta vinheta (violência patrimonial) com a história “Fabiana e Roberto” trouxe seis categorias de atuação. A mais frequente foi o encaminhamento para “Denúncia/BO/Judicial” (83,3%). “Acolhimento à vítima” (41,6%) aparece mais uma vez como destaque nesta situação experimental. Em seguida, a categoria com maior incidência foi “Psicoeducação e/ou Orientação sobre direitos” (33,3%). Por fim, a vinheta de violência moral (“Luiza e Rafael”) computou cinco categorias de atuação diferentes. As duas mais escolhidas foram “Acolhimento à vítima” (50%) e “Denúncia/BO/Judicial” (50%).

Em termos de frequência geral, a ação mais escolhida pelos participantes foi “Acolhimento à vítima”, tendo sido recomendada pelos respondentes para todas as cinco vinhetas experimentais. Destaca-se também a categoria “Psicoeducação/Orientação de direitos”, cuja presença foi notada em todas as condições investigadas.

Encaminhamentos gerais para rede foram bastante frequentes nas respostas, assim como encaminhamentos para o sistema judiciário. Observa-se então que boa parte dos participantes se preocupou com o tipo de seguimento que dariam ao caso dentro da rede de atendimento psicossocial em vez de descrever apenas a atitude que tomariam diante da situação apresentada.

Tabela 7. Atuação do participante diante do caso apresentado na Vinheta no pré-teste

CATEGORIAS TEMÁTICAS	FÍSICA		SEXUAL		PSICOLÓGICA		PATRIMONIAL		MORAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Acolhimento à vítima	5	41,66	6	50	5	41,66	5	41,66	6	50
Encaminhamento geral	6	50	4	33,33	3	25	1	8,33	1	8,33
Denúncia/BO/Judicial	4	33,33	2	16,66	7	58,33	10	83,33	6	50
Rede de apoio social	2	16,66	-	-	-	-	-	-	-	-
Acompanhamento do caso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento médico	-	-	4	33,33	-	-	-	-	-	-
Acompanhamento Psicológico	-	-	1	8,33	-	-	2	16,66	1	8,33
Atendimento telefônico	1	8,33	-	-	-	-	-	-	-	-

Questão da autonomia financeira	2	16,66	-	-	-	-	-	-	-	-
Abrigo provisório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estratégia para resolução do conflito	1	8,33	-	-	-	-	-	-	2	16,66
Não houve violência	-	-	-	-	-	-	-	-	1	8,33
Não sabe como agir	-	-	1	8,33	-	-	1	8,33	2	16,66
Intervenção dirigida a agressor	1	8,33	-	-	-	-	-	-	-	-
Filhos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conselho Tutelar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Psicoeducação e/ou Orientação sobre direitos	3	25	3	25	3	25	4	33,33	3	25

Encaminhamento da usuária

Para além de identificar as ações dos participantes frente ao atendimento de mulheres vítimas de violência, o instrumento VIRGINIA traz uma seção dedicada à compilação de interações profissionais do participante com a rede de atendimento especializada no atendimento à violência de gênero contra a mulher. De tal forma, os participantes foram questionados sobre os encaminhamentos que acreditavam ser necessários para cada uma das situações apresentadas nas vinhetas.

Cinco categorias temáticas foram criadas para elencar as possíveis fontes do encaminhamento dentro da rede. Além destas, uma sexta categoria foi criada para ilustrar as respostas dos participantes que não sabem quais mecanismos da rede de proteção à mulher poderiam acionar diante das situações descritas nas vinhetas.

De modo geral, “*Assistência Social*” e “*Órgãos de segurança pública/judiciário*” constituíram os seguimentos mais escolhidos em todas as situações. A exceção está na vinheta de violência sexual cuja maior recomendação foi para encaminhamentos de Saúde. A maior tendência na escolha de mecanismos judiciais é vista nos dados da vinheta de violência patrimonial (91,6%), a qual foi escolha quase unânime entre os respondentes.

Tabela 8. Encaminhamento do profissional diante dos casos apresentados nas vinhetas no pré-teste

CATEGORIAS TEMÁTICAS	FÍSICA		SEXUAL		PSICOLÓGICA		PATRIMONIAL		MORAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Órgãos de Segurança pública/judiciário	5	41,66	4	33,33	8	66,66	11	91,66	7	58,33
Assistência Social	8	66,66	5	41,66	4	33,33	2	16,66	4	33,33
CRAM	3	25	2	16,66	2	16,66	1	8,33	3	25
Saúde	6	50	8	66,66	-	-	-	-	-	-
Atendimento Psicológico	2	16,66	-	-	1	8,33	-	-	2	16,66
Não sabe dizer	-	-	1	8,33	-	-	-	-	2	16,66

VIRGINIA: Pós-Teste

Nesta fase foram reaplicados os instrumentos descritos na seção de medidas avaliativas após os seis encontros da capacitação. O formulário foi aberto no dia 02/12/2020, data do último dia da intervenção. Em vista dos dados de caracterização já terem sido coletados no momento do pré-teste e entendendo que não seriam esperadas alterações nestas informações, esta parte do questionário VIRGINIA não foi reaplicada.

Identificação da violência

Em consonância com os resultados obtidos no momento antes da intervenção, manteve-se alta a identificação da presença de violência nas vinhetas experimentais. Isto

demonstra mais uma vez a tendência ao efeito teto, ocasionado possivelmente pelas experiência prévia da amostra com a temática. Das cinco vinhetas, quatro (física, sexual, patrimonial e moral) foram corretamente descritas como situações de violência de gênero. Esse resultado traz uma diferença do momento pré-intervenção: anteriormente a violência que causou confusão para um dos participantes foi aquela cuja função era detectar violência moral. Na reaplicação, P12 sinalizou que não entendia que havia violência na condição “violência psicológica” (ainda que tenha sinalizado corretamente na aplicação do pré-teste). Já P2 cuja resposta foi a única a diferir no pré-teste, pontuou corretamente todas as situações com violência no momento pós-intervenção.

Na situação controle encontrou-se variação em comparação ao pré-teste: o número de respostas que sinalizaram violência na situação subiu de duas (16,6%) para quatro (33,3%).

Foi perceptível também mudança na avaliação da necessidade de encaminhamento dos casos em que foram identificadas violências. Diferente do que ocorreu antes da intervenção, em apenas uma das situações em que se apontou violência não foi indicado o seguimento para outros serviços da rede de proteção. Diante da condição “violência patrimonial”, P3 alegou não saber o que deveria fazer em relação ao encaminhamento. Na situação controle, todos os participantes que assinalaram “sim” para presença de violência indicaram atendimento psicológico como única sugestão de encaminhamento.

Apesar da recomendação do instrumento de selecionar a violência predominante, o comportamento de apontar variadas violências para uma mesma situação manteve-se após a capacitação. A tabela 9 sugere que a violência mais frequentemente associada a outras continuou sendo a violência psicológica, a qual esteve presente em mais da metade das respostas dos participantes dentro de todas as condições. Em seguida, a violência moral vem como segunda mais frequente tendo sido sugerida também em todas as condições apresentadas em VIRGINIA. As situações de violências moral e psicológica foram aquelas que menos variaram no número de classificações, ambas vinhetas receberam apenas respostas “Moral” ou “Psicológica”.

Tabela 9. Identificação de violências no pós-teste

VINHETA	FÍSICA	SEXUAL	PSICOLÓGICA	PATRIMONIAL	MORAL
---------	--------	--------	-------------	-------------	-------

	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Vera e Carlos (Violência física)	12	100	-	-	10	83,33	1	8,33	3	25
Letícia e Luiz (Violência sexual)	1	8,33	12	100	8	66,66	-	-	1	8,33
Patrícia e Matheus (Violência psicológica)	-	-	-	-	11	91,66	-	-	5	41,66
Fabiana e Roberto (Violência patrimonial)	-	-	-	-	10	83,33	11	91,66	5	41,66
Luiza e Rafael (Violência moral)	-	-	-	-	6	50	-	-	12	100
Juliana e Gabriel (Vinheta controle)	-	-	-	-	2	16,66	-	-	2	16,66

Responsabilização da violência

Todos os participantes atribuíram maior responsabilidade ao homem descrito nas histórias das vinhetas, com quase totalidade de respostas “1”. Assim como na fase pré-intervenção, P5 foi o único participante a aferir “2” para responsabilidade, desta vez para violência moral. Como descrito anteriormente, dentro da escala de 1-7 este valor ainda corresponde a maior responsabilização masculina.

Dados curiosos foram observados na situação controle. Por erro na formatação do questionário nesta fase, todos os participantes deveriam apontar um responsável, mesmo que não visualizassem violência na situação. Como resultado, os participantes começaram a justificar a situação com base em suas crenças pessoais e a questão teve a maior variação de respostas dentro da escala. Seis participantes (P2, P4, P5, P8, P9 e P12) selecionaram “1”. Cinco participantes (P1, P3, P6, P7 e P11) pontuaram “4” (maior responsabilidade da mulher) e um participante “7”.

Em suma, as categorias “*interferência do uso de substâncias*” e “*gravidez indesejada*” que apareceram no pré-teste não foram encontradas no pós-teste. Acrescentaram-se as categorias anteriores questões sobre “*Sentimentos negativos e/ou sofrimento da vítima*” e “*disparidade nas relações de poder*”.

“Violência não tem justificativa, culpa sempre do agressor” seguiu como categoria mais frequente para todas as vinhetas, seguida por “traços de relacionamento abusivo”. Resultado similar ao encontrado no pré-teste.

Quanto à avaliação por tipo de vinheta, as condições que apresentaram o maior número de diferentes justificativas foram a física (10), a sexual (8) e a moral (8). A violência patrimonial foi aquela com maior concordância dentre as justificativas: “Danos/prejuízos financeiros”, com 75% de respostas dentro da categoria. Para as violências psicológicas e moral, as frequências foram mais baixas com concordâncias de pouco menos de 50% em cada categoria.

Tabela 10. Justificativas para responsabilização da violência no pós-teste

CATEGORIAS TEMÁTICAS	FÍSICA		SEXUAL		PSICOLÓGICA		PATRIMONIAL		MORAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Traços de relacionamento abusivo	2	16,66	1	8,33	7	58,33	-	-	4	33,33
Violência não tem justificativa, culpa sempre do agressor	5	41,66	2	16,66	1	8,33	-	-	2	16,66
Descontrole emocional do agressor	3	25	-	-	1	8,33	-	-	2	16,66
Ação agressiva direcionada a vítima	2	16,66	-	-	-	-	-	-	1	8,33
Iniciou o conflito	1	8,33	1	8,33	1	8,33	-	-	3	25
Dependência financeira	1	8,33	-	-	-	-	-	-	-	-
Isolamento social da vítima/falta de rede de apoio social	2	16,66	-	-	-	-	-	-	-	-
Interferência do uso de substâncias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gravidez indesejada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sentimentos negativos e/ou sofrimento da vítima	1	8,33	-	-	3	25	-	-	2	16,66
Justificativa vaga, em branco ou inválida	2	16,66	1	8,33	1	8,33	1	8,33	1	8,33
Invalidação da vontade do outro	-	-	2	16,66	5	41,66	4	33,33	-	-

Estupro conjugal/ausência de consentimento	-	-	6	50	-	-	-	-	-	-
Danos ou prejuízos financeiros	-	-	-	-	-	-	9	75	-	-
Alienação parental e/ou prejuízo aos filhos	-	-	-	-	-	-	3	25	4	33,33
Questões relacionadas a pensão ou guarda dos filhos	-	-	-	-	-	-	1	8,33	-	-
Disparidade nas relações de poder	1	8,33	1	8,33	-	-	-	-	-	-
Não houve violência	-	-	-	-	1	8,33	-	-	-	-

Atuação profissional

As atitudes dos participantes das situações de violência de gênero são resumidas na Tabela 11. As respostas foram agrupadas em dezesseis categorias temáticas, três a mais que o pré-teste (o que indica aumento de 25% na variedade de respostas). Ainda que um participante tenha incorretamente assumido que não existiu violência de gênero na condição “psicológica”, considerou-se como ganho em relação ao momento pré-intervenção que nenhum participante tenha relatado não saber como agir após a aplicação da capacitação. Foi uma redução pequena de indecisos: no pré-teste a categoria incluiu uma (8,3%) das respostas em “*violência sexual*”, uma resposta (8,3%) para “*violência patrimonial*” e duas (16,6%) em “*violência moral*”.

“*Acolhimento à vítima*” continuou sendo uma atitude frequente e apresentou aumento significativo em frequência em relação ao pré-teste. Enquanto no momento pré-intervenção o máximo de respostas nesta categoria esteve na faixa dos 50%, após a capacitação a média de respostas nesta categoria foi de 68,3%. Nas vinhetas de violência sexual e moral essa foi a escolha de 75% dos participantes.

A mobilização da “*Rede de apoio social*” tornou-se mais frequente também no momento pós-intervenção em relação aos dados anteriores e apareceu como recomendação para todos os tipos de violência. De forma semelhante, “*Psicoeducação/orientação de direitos*” tornou-se uma escolha mais frequente para todas as cinco condições.

Os encaminhamentos seguiram como atitudes bastante frequentes tanto de “Encaminhamento geral” quanto “Denúncia/BO/Judicial”. Mais uma vez os participantes relatam atitudes que envolvem o acesso a rede além das ações que envolvem somente o próprio cargo. Isto pode sugerir que os participantes compreendem o atendimento das vítimas de violência como algo que deve ser realizado por diferentes especialidades e reunir diferentes setores sociais.

A categoria “Acompanhamento do caso” aparece na reaplicação do VIRGINIA como categoria relevante nas cinco vinhetas, embora com frequência baixa de respostas. Este grupo de respostas indica o entendimento de participantes que atuam na rede de assistência social do seguimento dos casos apresentados dentro dos serviços em que atuam.

A “Questão da autonomia financeira” foi atitude de escolha para violência física (assim como no pré-teste), para violência psicológica e para violência moral. Em relação aos resultados anteriores, houve aumento de 16,6% para 41,6% nas respostas relativas a ações na condição “física”. Esta ligeira variação indica que a atitude foi encarada como relevante para mais condições e com maior frequência após a capacitação do que no momento anterior a ela.

Na contramão, a categoria “atendimento telefônico” foi esquecida no pós-teste e não pontuou nenhuma resposta nessa fase.

Tabela 11. Atuação do participante diante do caso apresentado na vinheta no pós-teste

CATEGORIAS TEMÁTICAS	FÍSICA		SEXUAL		PSICOLÓGICA		PATRIMONIAL		MORAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Acolhimento à vítima	8	66,66	9	75	7	58,33	8	66,66	9	75
Encaminhamento geral	6	50	3	25	3	25	3	25	3	25
Denúncia/BO/Judicial	5	41,66	1	8,33	6	50	7	58,33	3	25
Rede de apoio social	2	16,66	1	8,33	2	16,66	2	16,66	1	8,33
Acompanhamento do caso	1	8,33	1	8,33	1	8,33	1	8,33	-	-
Atendimento médico	-	-	3	25	-	-	-	-	-	-
Acompanhamento Psicológico	1	8,33	2	16,66	2	16,66	2	16,66	1	8,33

Atendimento telefônico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Questão da autonomia financeira	5	41,66	-	-	1	8,33	1	8,33	-	-
Abrigo provisório	1	8,33	-	-	-	-	-	-	-	-
Estratégia para resolução do conflito	-	-	1	8,33	-	-	-	-	2	16,66
Não houve violência	-	-	-	-	-	-	-	-	1	8,33
Não sabe como agir	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Intervenção dirigida a agressor	2	16,66	-	-	-	-	-	-	-	-
Filhos	-	-	-	-	-	-	2	16,66	-	-
Psicoeducação e/ou Orientação sobre direitos	1	8,33	5	41,66	3	25	4	33,33	4	33,33

Encaminhamento da usuária

Além das seis categorias descritas no pré-teste, quatro novas categorias temáticas foram criadas para agrupar novas variedades de respostas dos participantes com possíveis sugestões de encaminhamento dentro da rede de atendimento a violência contra a mulher. Entende-se aqui esta mudança como positiva, dado que maior variedade de tipos de encaminhamento sugere maior familiaridade dos participantes com os elementos que constituem a rede do que no momento anterior.

Diferente do ocorrido antes da intervenção, o VIRGINIA não apresentou respostas que indicassem dúvida quanto aos serviços para os quais os casos apresentados nas vinhetas poderiam ser encaminhados, o que poderia indicar ligeira melhora ocasionada pela capacitação. Por outro lado, em duas situações (violência moral e psicológica), respondentes negaram a necessidade de encaixe na rede para casos com presença de violência.

Os encaminhamentos para o sistema judiciário, assistência social e CRAM seguiram como as categorias com maior frequência em todas as condições. Destaca-se a forte presença da indicação de “Órgãos de Segurança pública/judiciário” para as violências patrimonial e psicológica que apresentaram índices próximos a 100%. Este

resultado mantém a tendência demonstrada nos resultados pré-intervenção, desta vez com porcentagens mais altas.

Por fim, observou-se aumento na relevância das categorias “Saúde” e “Casa Abrigo” em comparação à primeira avaliação. “Saúde” revelou aumento na frequência total e na variedade de vinhetas para os quais foi atribuída. Ademais, o abrigo provisório foi mais amplamente recomendado em vista dos resultados obtidos antes da capacitação.

Tabela 12. Encaminhamento do profissional diante dos casos apresentados nas vinhetas no pós-teste

CATEGORIAS TEMÁTICAS	FÍSICA		SEXUAL		PSICOLÓGICA		PATRIMONIAL		MORAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Órgãos de Segurança pública/judiciário	7	58,33	2	16,66	11	91,66	11	91,66	5	41,66
Assistência Social	6	50	5	41,66	3	25	5	41,66	4	33,33
CRAM	2	16,66	1	8,33	2	16,66	2	16,66	3	25
Saúde	5	41,66	8	66,66	1	8,33	1	8,33	-	-
Casa abrigo	1	8,33	2	16,66	1	8,33	1	8,33	-	-
Ligue 180	-	-	-	-	-	-	1	8,33	-	-
Coletivos, Associações etc.	3	25	1	8,33	1	8,33	-	-	-	-
Atendimento Psicológico	-	-	-	-	3	25	3	25	2	16,66
Não sabe dizer	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não necessita	-	-	-	-	1	8,33	-	-	2	16,66

Avaliação dos encontros

Os dados relatados abaixo foram coletados ao longo dos seis encontros realizados entre 26/08/2020 e 02/12/2020 como parte do curso de capacitação nomeado CASSIA. Os itens das fichas de avaliação dos encontros foram compilados em categorias de questões que compartilhavam a mesma função. Inicialmente serão apresentados os dados referentes as categorias de itens trazidas nas fichas de avaliação (APÊNDICE 2): expectativa, motivação, qualidade geral do encontro, participação, conteúdo e condução. Posteriormente, serão apresentados os comentários livres coletados na área de sugestões das avaliações para cada um dos encontros, além de comentários publicados na página do *Classroom*.

Expectativa

O componente expectativas teve como referência um item do questionário sobre os encontros cuja avaliação deveria ser feita com uma nota que variava de um a dez. Era pedido aos participantes que indicassem o quão satisfeitos ficaram após o encontro de acordo com o que esperavam que fosse abordado após a divulgação do cronograma.

Todas as médias estiveram acima de nove e foram consideradas altas, o que indica um bom nível de satisfação com os encontros da capacitação. Considera-se então que na concepção dos participantes não houve diferença significativa entre a forma como gostariam que o curso fosse conduzido e o que encontraram em cada um dos encontros.

Os encontros com as maiores médias foram o segundo (“Ana”) e o quarto (“Antônia”). As avaliações menos favoráveis ocorreram no primeiro (“Maria”) e terceiro (“Francisca”) encontros. As menores notas, na média geral, estiveram no primeiro e quinto encontros, ambas sete, o que confere um índice mínimo de 70% de satisfação. Os baixos índices de desvio padrão sugerem que não há muita variância na maneira como os respondentes avaliaram este item e que eles concordam bastante entre si. Isto pode também indicar que o item foi construído de forma suficientemente clara. Os menores desvios são vistos em “Antônia” (o encontro com a maior média total) e

“Juliana”. As maiores discordâncias ocorreram em “Maria” e “Adriana” (o único encontro cujo desvio-padrão foi superior a 1).

Tabela 13. Avaliação das expectativas dos participantes em relação ao encontro

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Maria	12	7,00	10,00	9,25	0,97
Ana	12	8,00	10,00	9,50	0,80
Francisca	7	8,00	10,00	9,29	0,76
Antônia	10	8,00	10,00	9,60	0,70
Adriana	11	7,00	10,00	9,36	1,03
Juliana	9	8,00	10,00	9,33	0,71

Motivação

Tal como na categoria anterior, este componente consistiu em único item contendo uma escala de um a dez. Os participantes foram solicitados a fazer uma autoavaliação sobre o próprio estado e indicar o quão motivados se sentiam no momento em que participaram dos encontros da capacitação. As médias estiveram todas acima de nove, todavia, ao observarmos as notas mínimas é possível identificar que alguns participantes estiveram até quatro pontos abaixo da nota máxima. Esta variação explica também os maiores índices de desvio-padrão nos dados dos encontros com menor valor.

Com base nesta autoavaliação dos participantes, considerou-se que os participantes se sentiam bastante motivados no momento da capacitação, o que poderia os deixar mais receptivos às dinâmicas utilizadas nos encontros. Entende-se, portanto, que este era um ambiente favorável para a condução de atividades que envolvessem engajamento por parte dos participantes.

Tabela 14. Avaliação da motivação dos participantes

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Maria	12	7,00	10,00	9,3333	0,88763
Ana	12	6,00	10,00	9,1667	1,26730
Francisca	7	8,00	10,00	9,2857	0,95119
Antônia	10	7,00	10,00	9,3000	1,05935
Adriana	11	7,00	10,00	9,3636	1,02691
Juliana	9	7,00	10,00	9,2222	0,97183

Qualidade geral do encontro

Esta categoria aborda o terceiro e último item que avalia o encontro em uma escala de um a dez. Foi pedido aos participantes que avaliassem com uma nota única como eles qualificavam os encontros com base em todos os aspectos apresentados. Por erro no formulário, P2 conseguiu entregar suas respostas sem avaliar este aspecto no encontro “Maria”. Isto explica a diferença no número de respondentes do encontro em relação às tabelas das demais categorias.

Todos os encontros receberam notas médias acima de nove, índice bastante alto. “Ana”, “Antônia” e “Juliana” foram considerados os melhores encontros em termos de qualidade. A menor nota (sete) esteve no primeiro encontro. Todos os encontros seguintes receberam notas mínimas acima de oito. As menores discordâncias entre respostas ocorreram nos encontros com menor número de participantes que entregaram os formulários. Outrossim, de modo geral as médias de desvio-padrão estiveram bem próximas.

Como todos os resultados em formato de escala de um a dez foram altos, ocorreu um efeito de teto baixo, de forma que não foi possível medir diferenças entre os efeitos da motivação e expectativas sobre a avaliação da qualidade geral dos encontros.

Tabela 15. Avaliação da qualidade geral dos encontros

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Maria	11	7,00	10,00	9,3636	1,02691
Ana	12	8,00	10,00	9,5833	0,66856
Francisca	7	9,00	10,00	9,5714	0,53452
Antônia	10	8,00	10,00	9,5000	0,70711
Adriana	11	8,00	10,00	9,4545	0,82020
Juliana	9	9,00	10,00	9,6667	0,50000

Participação

Todos os encontros obtiveram médias bem próximas da máxima possível. A menor nota encontrada para todos os encontros foi “indiferente” (três pontos).

Os itens aos quais os participantes mais reagiram de forma indiferente foram “*o grupo me deixou confortável para participar das discussões*” e “*os outros participantes pareciam se sentir confortáveis em participar das discussões*”.

Os participantes avaliaram que os encontros em que mais se manifestaram foram “Maria” e “Juliana”, respectivamente o primeiro e último encontros. Estes foram também os encontros com menor discordância entre as respostas. Especula-se que estes momentos tenham apresentado estas médias ligeiramente superiores por se tratar de situações de início e fechamento de ciclos. Em “Maria” os participantes puderam falar sobre o tema pela primeira vez juntos e tirar dúvidas sobre como funcionariam os próximos encontros da capacitação. Adicionalmente, o efeito novidade pode ter relação com essa variação no primeiro encontro. O último encontro foi também um momento de recapitulação e fechamento das temáticas discutidas ao longo da capacitação. Pensa-se que isto pode ter aumentado o engajamento nas atividades.

Não foram observadas relações diretas entre expectativas, motivação e participação nos encontros.

Tabela 16. Avaliação da participação nos encontros

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
--	----------	---------------	---------------	--------------	----------------------

Maria	12	26,00	30,00	28,8333	1,52753
Ana	12	25,00	30,00	28,3333	2,14617
Francisca	7	24,00	30,00	28,2857	2,21467
Antônia	10	22,00	30,00	28,4000	2,67499
Adriana	11	24,00	30,00	28,7273	2,19504
Juliana	9	26,00	30,00	28,8889	1,69148

Conteúdo

Todos os encontros tiveram médias acima de 44 pontos. O conteúdo melhor avaliado foi o do encontro “Antônia” cuja média esteve apenas um décimo abaixo da nota máxima possível. Os itens apresentaram também os menores números de desvio-padrão do formulário. Isto sugere que esta categoria foi a que apresentou avaliações mais similares entre os participantes. Nessa perspectiva, considerou-se que o conteúdo de CASSIA foi não apenas a categoria com melhor avaliação neste instrumento como também foi aquela em que as respostas dos participantes demonstraram maior consenso.

Tabela 17. Avaliação do conteúdo dos encontros

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Maria	12	43,0	45,0	44,6	0,7
Ana	12	44,0	45,0	44,8	0,4
Francisca	7	43,0	45,0	44,4	0,8
Antônia	10	44,0	45,0	44,9	0,3
Adriana	11	42,0	45,0	44,5	1,0
Juliana	9	44,0	45,0	44,8	0,4

Condução

O encontro com maior pontuação foi “Ana”, com notas máximas em todos os itens. Todas as médias dos outros encontros estiveram acima de 19 pontos. Os itens também apresentaram baixa divergência na pontuação dada pelos participantes. Isto coloca este componente como segundo ponto mais forte da capacitação de acordo com a avaliação dos participantes, bem próximo ao conteúdo.

Considerando que os itens avaliam habilidades e características ligadas a própria pesquisadora, é significativo que a terceira nota mais alta e com menor desvio-padrão tenha sido dada ao único encontro que foi conduzido em sua maior parte por uma profissional convidada. Pensa-se neste aspecto como um indicador de que em uma possível replicação a mudança na condutora do encontro não necessariamente será um aspecto negativo. Esta questão é tida como importante dentro dessa pesquisa uma vez que se deseja fortalecer aspectos de currículo de um curso que possa ser replicado e difundido por pessoas diferentes e que não se pese somente na experiência de uma pessoa. Todavia, antes de dar esse salto interpretativo, recomenda-se mais testes de eficácia, talvez com desenvolvimento de uma preparação para condutores deste curso de capacitação.

Em síntese, considerou-se o saldo do curso bastante positivo com respeito as principais categorias de avaliação, com dados significativamente favoráveis para uma avaliação de viabilidade.

Tabela 18. Avaliação da condução dos encontros

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Maria	12	15,00	20,00	19,3333	1,43548
Ana	12	20,00	20,00	20,00	0
Francisca	7	19,00	20,00	19,8571	0,37796
Antônia	10	18,00	20,00	19,8000	0,63246
Adriana	11	14,00	20,00	19,2727	1,79393
Juliana	9	19,00	20,00	19,7778	0,44096

Comentários e sugestões

Os dados qualitativos a seguir serão descritos na íntegra uma vez que, sendo questões não-obrigatórias, tiveram baixa repercussão entre os participantes. Observou-se que por ser o único espaço em que os participantes poderiam falar abertamente diretamente com a pesquisadora, muitos dos comentários diziam respeito não apenas ao que achavam que poderia ser melhorado, como também virou um espaço de agradecimentos e justificativas de faltas. Ademais, foi perceptível uma redução na quantidade de comentários por ficha de avaliação ao longo da capacitação. Acredita-se que com o andamento da formação, as participantes podem ter se sentido mais cansadas para avaliar os encontros.

Encontro 1: Maria

O primeiro encontro foi aquele que recebeu o maior número de comentários ou sugestões. Quatro (57,1%) destes comentavam sobre as expectativas em relação ao curso ou agradeciam o convite para participar da capacitação. Um comentário (14,2%) pedia pela disponibilização e troca de materiais sobre a temática. Este aspecto havia sido discutido no encontro e o combinado é que seria feita uma lista de textos sugeridos além das referências principais. Ao todo foram disponibilizados, entre referências principais e complementares, trinta e seis textos com acesso livre nas páginas do *Google Classroom* das turmas matutina e vespertina. Além disso, foram indicados vídeos e documentários sobre a temática e outros projetos sobre o atendimento da violência de gênero em relacionamentos íntimos.

O maior comentário chamou atenção para dois aspectos deste encontro: o participante comentou sobre dificuldades com a conexão da *internet* e avaliou o uso de recursos interativos na apresentação como algo positivo.

Tendo em vista a boa repercussão das dinâmicas que envolvessem a participação ativa no encontro, seguiu-se com uso de ferramentas interativas nos demais dias da capacitação. O instrumento mais utilizado nestas apresentações foi o *Mentimeter*, *website* especializado na criação de dinâmicas digitais.

A queixa sobre interferência da velocidade da *internet* (tanto da pesquisadora como do próprio participante) apareceu também como questão relevante ao longo de toda capacitação. Esperava-se minimizar esse efeito com a disponibilização da gravação dos encontros, todavia, ainda que os pudessem ver a gravação, seguia o prejuízo na participação síncrona quando havia instabilidade de conexão.

Por fim, um comentário (14,2%) destacou como relevante o uso do tempo do encontro. O participante ficou com a impressão de que o tempo tinha sido insuficiente para quantidade de assuntos que poderia ser abordado. Como será visto a seguir, esta foi uma questão que se repetiu em outras avaliações.

Tabela 19. Resumo dos comentários adicionais em “Maria”.

PARTICIPANTE	COMENTÁRIO
P1	“Curso totalmente gratificante, só tem a agregar.”
P4	“Gostaria de sugerir partilha/ indicação de materiais (livros, reportagens, vídeos e outros) para maior imersão no tema.”
P5	“Adorei, obrigada pela oportunidade”
P9	“Primeiramente agradecer por esta oportunidade, acredito que o conteúdo do curso irá agregar muito profissional e pessoal.”
P10	“Houve problemas de conexão da internet da mediadora, mas sem que trouxesse grandes prejuízos a dinâmica da aula, e, também eu também tive problemas nos minutos finais da aula, caiu a minha conexão, mas por alguma razão de programação do aplicativo não consegui retornar a aula, mesmo assim considero que foi proveitoso e me mantenho animada para seguir a capacitação. Achei especialmente interessante aquelas interações com aplicativo que monta a opinião de todos”.
P11	“Parabéns pelo trabalho! !!”
P12	“Lamentei por não ter dado tempo de falarmos mais. A apresentação ainda parecia ter conteúdos que talvez aprofundassem o tema. Ainda assim, foi bastante proveitoso”.

Encontro 2: Ana

O encontro “Ana” recebeu cinco comentários na área de sugestões do formulário de avaliação. Quatro deles (80%) continham elogios dirigidos a aspectos avaliados como positivos na capacitação. Outrossim, o modelo bioecológico de desenvolvimento humano como modelo explicativo da violência foi destacado como um dos pontos fortes do encontro.

Um comentário (20%) trouxe novamente questões relativas à instabilidade em conexão. Chama a atenção que a participante justifica a própria nota no teste de revisão. Isto demonstra o engajamento de P8 com a programação do curso e sugere que ser aprovada em uma atividade de capacitação é algo importante para ela.

Finalmente, o comentário de P12 pode ser interpretado tanto dentro da categoria de elogios (apontando elementos do conteúdo apresentado que mais foram considerados úteis), como também remete a uma categoria de comentário presente em “Maria” acerca do uso do tempo. O assunto é visto pela participante como denso em relação à duração do encontro. Em vista de parte do comentário de P12 acerca do uso de recursos “ilustrativos”, é notada mais uma vez a aceitabilidade de dinâmicas interativas no grupo. A ferramenta *Mentimeter* foi usada neste encontro e os dados coletados e exibidos durante o encontro síncrono são resumidos na Figura 1.

Tabela 20. Resumo dos comentários adicionais em “Ana”.

PARTICIPANTE	COMENTÁRIO
P4	“Excelente encontro”.
P5	“Parabéns pela apresentação”
P8	“Estive presente na aula mas não consegui ver e quando fui assistir o vídeo novamente não funcionou. Por isso, minhas respostas tanto da revisão de conceito quanto esta não estão completamente satisfatória”.
P11	“Foi muito bom”.
P12	“Excelente a aula. Ilustrativa, bem fundamentada, organizada e a explanação da mediadora é sempre muito clara e assertiva. Infelizmente, o tempo parece ser curto para a densidade do conteúdo. Fez muito sentido pra mim o modelo explicativo (TBDH) e sinto que será muito útil para intervenção e compreensão mais qualificada das situações que chegam ao CREAS, onde trabalho!”

Que consequências da violência são mais presentes na história de Ana?

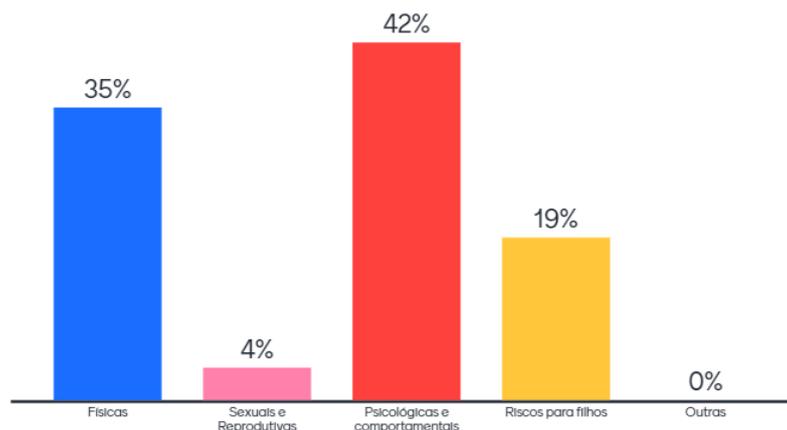


Figura 1. Resumo de atividade realizada com uso de recursos interativos durante o encontro síncrono “Ana”.

Encontro 3: Francisca

O encontro “Francisca” foi o único conduzido em sua maior parte por uma convidada. A escolha da profissional foi ocasionada por dois motivos: o vasto currículo e experiência no atendimento de mulheres vítimas de violência da convidada e a demanda da própria pesquisadora responsável pelo curso de capacitação. Desejou-se que fossem abordados aspectos mais empíricos do funcionamento da rede de proteção à mulher conduzidos por uma pessoa com mais experiência prática.

A profissional convidada era mestre em educação com experiência como gestora de políticas para as mulheres em uma prefeitura do interior de São Paulo. Além disso, a profissional esteve envolvida na implantação e coordenação do Centro de Referência da Mulher da cidade em que reside. Outras experiências eram de coordenação em fórum de políticas para mulheres e participação em um coletivo de promotoras legais.

Este foi o encontro com menor número de presenças de CASSIA. Dois aspectos serão levados em conta aqui para avaliar este encontro: os comentários livres trazidos nas fichas de avaliação e comentários feitos no grupo de participantes da capacitação.

No que tange às sugestões da ficha de avaliação, cada um dos três comentários trouxe uma consideração diferente. O primeiro comentário aborda a menor exploração do estudo de caso apresentado no início do encontro. Tal fato pode ter sido ocasionado pela própria mudança de dinâmica. Sugere-se que em aplicações posteriores, seja mais discutido com possíveis convidados sobre o uso das histórias como ferramenta de

condução do curso, para que elas sejam tratadas com a mesma importância independente de quem conduza a atividade. Os dois comentários seguintes se encaixam em categorias já abordadas: elogios e questões acerca da qualidade da conexão de internet.

Os participantes não foram avisados com antecedência sobre o nome da convidada que conduziria o terceiro encontro. A turma da manhã foi a primeira a ter contato com a profissional e em seguida alguns comentários foram feitos no grupo de *WhatsApp* com todos os participantes.

Sobre as situações foram apresentados os seguintes comentários:

“Lamentável, pq esse atravessamento político é a tônica de toda discussão que ela faz... Sinto muito, nós cansamos de ser atacados por ela. Se não for pra ser discussão técnica, a equipe se recusa a participar. (...) a equipe da manhã já está manifestando seu incomodo. Tínhamos uma outra dimensão da discussão que a Maiana pudesse promover. Honestamente, as coisas já são tão difíceis pra gente que eu quero me poupar desse desgaste. (...) Toda a oportunidade de ataque que a _____ tem, e sim, de desprestigiar e fazer uso político disso, inclusive como palanque eleitoral, ela o faz. E eu me recuso a compactuar com isso. Nossa demanda é técnica, esses dados que ela apresenta já foram incansavelmente debatidos...enfim. espero que entenda. Respeito muito o trabalho de vcs e tenho gostado do posicionamento da Maiana, mas hoje não vou participar” (sic)

Optou-se por não identificar o participante. Pequenas partes foram omitidas para impedir a exposição da identidade da pessoa que escreveu.

Ao escolher uma profissional da cidade em que residiam alguns dos participantes, conferimos alguns vieses ao próprio curso. Além disso, ignorou-se na escolha que se tratava de um ano eleitoral no município e não se pensou previamente no impacto que a presença de alguém conhecido dentro da rede poderia causar entre os participantes. O contato prévio fez com que boa parte dos participantes interpretasse

alguns comentários mais como um ataque direto à própria atuação e menos como comentários sobre a rede. Aqui se apresenta um *mea culpa* cujo objetivo é antes de tudo uma avaliação sobre cuidados que devem ser tomados e não uma tentativa de conferir julgamentos sobre quem está com a razão neste conflito. No que nos concerne, as reações tidas foram aquelas que eram possíveis diante da situação.

O canal de comunicação aberto entre pesquisadora e participantes foi considerado um ponto positivo face a este contexto. Apesar do desconforto de alguns dos participantes, o episódio não foi impeditivo para continuidade deles na capacitação e nem para avaliações positivas ao curso como um todo.

Tabela 21. Resumo dos comentários adicionais em “Francisca”.

PARTICIPANTE	COMENTÁRIO
P2	“Penso que poderíamos ter explorado melhor as possíveis atuações da rede aplicadas ao caso de Francisca”.
P5	“Adorei a participação da [nome da convidada omitido] no encontro”.
P10	“Eu tenho gostado muito do conteúdo e forma como ele tem sido apresentado. No entanto, tenho tido dificuldades com o aplicativo, as vezes cai minha conexão e não é possível retornar a aula. Além disso, tenho tido dificuldade em acessar os conteúdos do classroom pelo celular, recurso principal que tenho utilizado para acompanhar as aulas. No mais quero agradecer a oportunidade”.

Encontro 4: Antônia

Foram contabilizados três comentários adicionais no encontro “Antônia”. Todos eles em alguma medida traziam um elogio ao curso. Um deles trouxe mais uma vez dificuldades para assistir às aulas síncronas *online*.

O comentário de P12 demonstrou o quanto a discussão da temática a mobilizou. Além de discutir usando o termo “rotas críticas”, apresentado neste quarto encontro, a participante trouxe questões relativas às frustrações com o acompanhamento de usuários do serviço em que atua.

Tabela 22. Resumo dos comentários adicionais em “Antônia”.

PARTICIPANTE	COMENTÁRIO
P5	“Foi sensacional, parabéns”
P10	“Eu tenho entrado pelo aplicativo do celular e por vezes tenho caído e não consigo retornar à aula, mas mesmo com essa dificuldade tenho gostado muito do curso”.
P12	“Mais uma ótima aula, diante de um tema tão complexo. Acho que existe sempre uma grande angústia dos profissionais em relação a ele e a como a gente consegue ativar todos os recursos da rede para o atendimento e enfrentamento da situação de violência. Cada caso de mulher em situação de violência que chega ao CREAS mobiliza diferentes recursos técnicos e afetivos e percebo muita frustração na equipe quando a denúncia ou o rompimento não é desejado em um primeiro momento. Ou quando a mulher desiste da permanência na casa abrigo. Racionalmente eu percebo que o movimento é compreensível, mas sinto que isso é interpretado como falha do serviço ou investimento insuficiente da ação profissional. Gostaria de pensarmos como diferentes intervenções psicossociais podem ser planejadas e construídas com mulheres em diferentes pontos dessa "rota crítica"”.

Encontro 5: Adriana

O quinto encontro apresentou uma ligeira mudança no foco de discussão da temática. Além de discutir sobre a violência de gênero, optou-se por discutir sobre a saúde mental tanto das mulheres quanto dos profissionais que as acompanham. O conteúdo é tido aqui como uma inovação na maneira com que se define o conteúdo mínimo de uma capacitação de acordo com as resoluções derivadas do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra Mulher.

Como resultado, obtivemos três comentários adicionais nas fichas de avaliação dos encontros. Todos os três comentários foram positivos em relação à escolha do tema, corroborando com os dados positivos da avaliação dos itens objetivos da ficha de

avaliação do encontro. A relevância de discutir o cuidado com a saúde do profissional foi consenso entre os participantes. Exemplo disso são os dados resumidos na figura 2 acerca de uma das dinâmicas utilizadas em “Adriana”.

Destaca-se dentre estas avaliações o comentário de P11. O participante chama atenção para a necessidade de ter-se mais tempo para abordar a temática com calma. Considera-se bastante pertinente o incômodo abordado pelo participante. Uma tentativa de minimizar este efeito foi disponibilizar entre os participantes um vídeo gravado com algumas estratégias de desenvolvimento de ações de autocuidado e cuidado com a saúde mental.

Tabela 23. Resumo dos comentários adicionais em “Adriana”.

PARTICIPANTE	COMENTÁRIO
P4	“Excelente encontro; muito pertinente o tema”.
P11	“Primeiramente obrigada por trazer este tema para a discussão, acho necessário e urgente seja incorporado como prática do escopo do trabalho as ações de atenção a saúde do trabalhador, mas achei uma pena que o conteúdo tenha sido exposto de forma "acelerada", sei da própria limitação do nosso tempo de curso, mas falar de tempo de cuidado, sem tempo, me pareceu reafirmar este lugar secundário que damos as ações de autocuidado e saúde do trabalhador. Esta observação não diminui toda a satisfação que tive com a aula. obrigada.”
P12	“Parabéns”

Você já sentiu que trabalhar/lidar com pessoas vítimas de violência afetou em alguma medida a sua saúde?

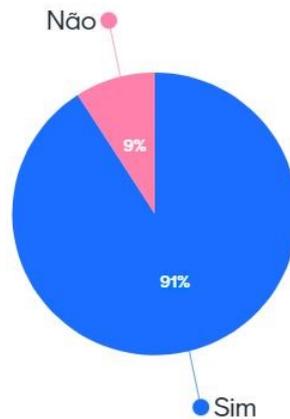


Figura 2. Respostas dos participantes à pergunta realizada durante o encontro síncrono “Adriana”.

Encontro 6: Juliana

O último encontro recebeu três comentários no formulário de avaliação. Todos os três destacavam aspectos positivos do encontro. P10 elogiou a “riqueza” do material utilizado. P11 sinalizou apresentar interesse em novos cursos. Este participante apesar de não ter respondido nenhuma revisão de conteúdo e ter pontuado apenas questões inválidas nas categorias temáticas do instrumento VIRGINIA, enviou comentários para quase todas as avaliações dos encontros. Isso demonstra que apesar de o participante não ter se engajado nas atividades extras e com maior custo de resposta, ele esteve presente e atento durante a aplicação do curso de capacitação. Por sua vez, P12 agradeceu e ressaltou a escolha dos temas e a forma de condução como pontos positivos do curso, além de ter afirmado que acredita que a capacitação será proveitosa para sua atuação.

Tabela 24. Resumo dos comentários adicionais em “Juliana”.

PARTICIPANTE	COMENTÁRIO
--------------	------------

P10	“Gostei muito de ter participado deste curso, parabéns pela proposta e iniciativa de oferecer este material tão rico, ainda que de maneira à distância”.
P11	“Parabéns. Aguardo um novo Curso”.
P12	“Obrigada pela oportunidade, pelo aprendizado possibilitado, pelo compromisso com os participantes, pela escolha dos temas e pela forma como, com clareza e cuidado, pôde transmiti-los. O curso ampliou e qualificou a minha compreensão sobre o tema”.

Avaliação de desempenho dos participantes

Seis atividades de revisão dos conteúdos foram disponibilizadas ao longo deste curso de capacitação. Além de fornecer uma oportunidade aos participantes de exercitar os conteúdos abordados, as fichas provenientes desta revisão fornecem dados sobre a retenção dos conhecimentos adquiridos após a intervenção.

Em média os participantes responderam a quatro avaliações (DP=1,527). Apenas dois participantes responderam todas as atividades (P1 e P9) e um participante (P11) não respondeu nenhuma revisão de conteúdo.

Entendendo que os participantes poderiam responder a atividade mais de uma vez, para fins avaliativos considera-se a maior nota na atividade como a nota final do participante. A menor nota em todas as atividades foi 1, na ficha de revisão do encontro “Antônia”. As maiores notas foram 10, pontuação máxima, em mais de um encontro. Analisando as porcentagens de acerto nas atividades respondidas, notou-se que as médias estiveram entre 54% e 100% de acerto.

Conforme o resumo do desempenhos dos participantes (Figura 3), nota-se que existe uma tendência a crescimento nas notas ao longo das atividades, com exceção de P12 que pontou apenas 1 na última revisão a que respondeu. Observou-se também um platô em parte do gráfico indicando que os respondentes que atingiram o teto máximo de pontuação mantiveram-se assim nos encontros seguintes. P8 divergiu e teve uma queda no desempenho em dois encontros, contudo, ainda atingiu 80% de acerto nas avaliações.

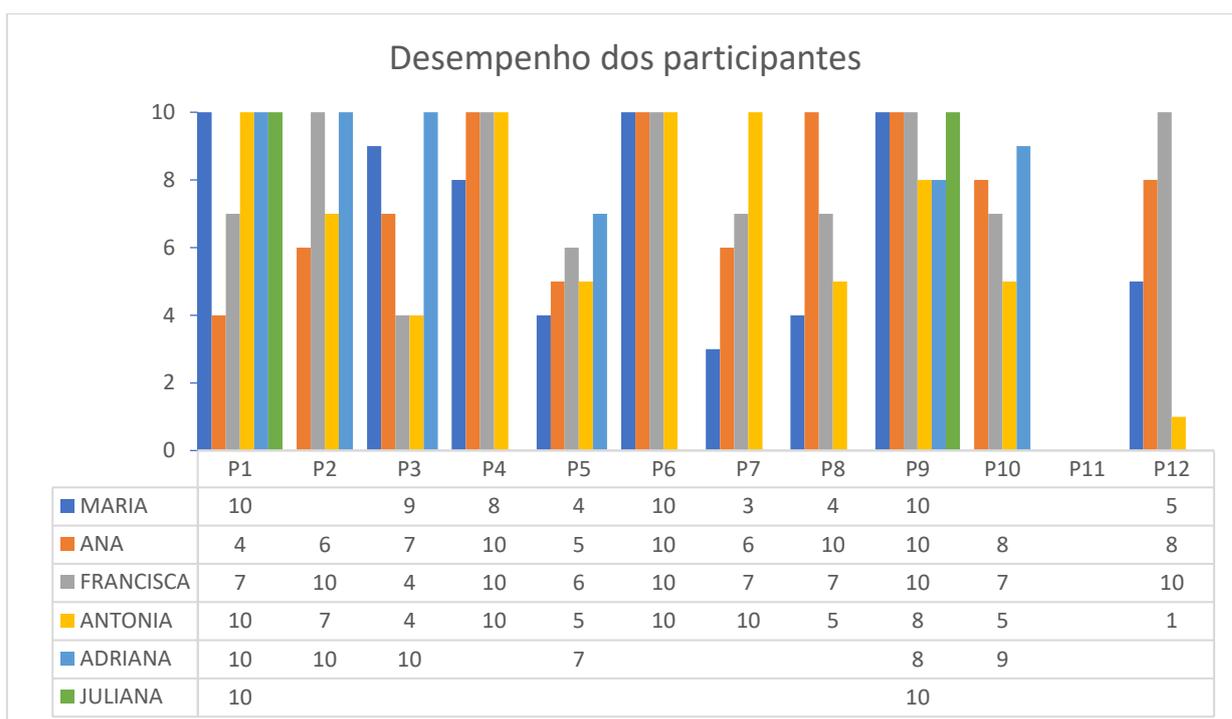


Figura 3. Desempenho dos participantes nas atividades de revisão

Os encontros em que os participantes apresentaram os melhores desempenhos foram “Juliana”, “Adriana” e “Antônia”. No último encontro a média foi de 10 pontos (DP=0), todavia é necessário salientar que esta atividade foi respondida por apenas duas pessoas. Especula-se que a redução drástica nas respostas após a finalização da intervenção possa ser efeito de fatores como o período do ano (o encontro foi realizado no início de dezembro) ou a falta de lembretes nos grupos e *feedback* nos encontros síncronos tornou a atividade menos apetitiva.

A atividade com a menor média geral foi “Antônia” (6,18), a qual foi também a avaliação com maior desvio-padrão (3,06). Chama atenção que a atividade que aparenta ter gerado mais dúvidas tenha sido aquela cujo conteúdo era o funcionamento das redes com *expertise* no atendimento da violência contra a mulher, dado que este é o principal tema abordado na capacitação. Sugere-se que em aplicações posteriores sejam utilizadas medidas de critério de desempenho e avaliação dos conhecimentos antes e após a intervenção para avaliar a eficácia do curso.

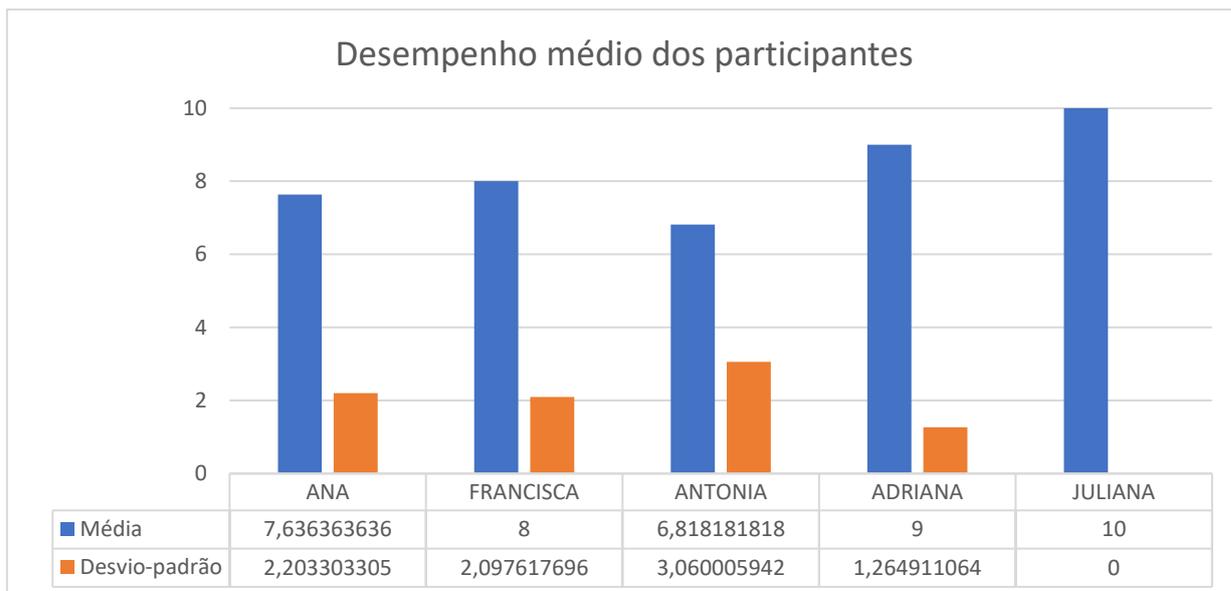


Figura 4. Média de notas das revisões de estudo por encontro

DISCUSSÃO

O presente estudo teve como objetivo desenvolver, aplicar e avaliar a viabilidade de um curso de capacitação *online* sobre violência de gênero para profissionais da rede socioassistencial. A partir de uma avaliação inicial da demanda, realizada a partir de uma pesquisa de levantamento pelas pesquisadoras, considerou-se que a proposta teria demanda por parte dos profissionais. Para o desenvolvimento da capacitação, foram considerados aspectos destacados na literatura e em documentos nacionais como sendo relevantes para a formação de profissionais que atuam no atendimento de mulheres vítimas de violência. Ademais, considerou-se relevante acrescentar discussões a respeito da saúde mental dos/das profissionais, de modo a desenvolver um olhar crítico a respeito das condições de trabalho e da importância do autocuidado para um atendimento mais validante e atento às necessidades das usuárias.

Cumprir destacar que para a aplicação da intervenção foram considerados todos os pontos sugeridos na pesquisa de levantamento. Por ter ocorrido durante o período de pandemia de Covid-19, no momento de restrição de contato social, a única possibilidade de intervenção foi remota. Assim a aplicação se deu em plataformas digitais, com atividades síncronas e assíncronas. As atividades síncronas ocorriam em dia de semana, durante o período de expediente dos profissionais e em duas turmas (manhã e tarde) de modo a favorecer a participação. Destaca-se que ao optar pela modalidade online, tivemos ganhos quanto ao alcance da capacitação, a qual atingiu também profissionais

de outras cidades, apontando para o potencial dessa modalidade de formação. Tal dado vai ao encontro das vantagens de intervenções online, tais como ampliação de acessibilidade (Szupczynski, Sartes & Neufeld, 2022), vantagem econômica, isto é, foi uma intervenção com baixo custo (Szupczynski, Fidelis, Costa & Neufeld, 2022), minimização de barreiras – estudantes de graduação e profissionais de outras localidades puderam participar (Szupczynski, Fidelis, Costa & Neufeld, 2022) e maior adesão – taxa de retenção acima de 70% (Szupczynski, Fidelis, Costa & Neufeld, 2022).

Apesar dos ganhos que essa modalidade apresentou, cumpre destacar que algumas variáveis da modalidade podem ter interferido ao longo da capacitação, como a conexão com a internet, a dificuldade em garantir que as participantes estavam atentas aos conteúdos da intervenção, em especial quando haviam câmeras fechadas, e as possíveis interrupções do local de trabalho. Para minimizar e tentar controlar alguns desses pontos, muitas atividades realizadas buscavam fomentar a participação, mesmo que no chat, o qual era monitorado por uma auxiliar ao longo de toda a formação.

Quanto as evidências de efetividade do curso, foram utilizadas algumas medidas de avaliação antes e após a intervenção. Esperava-se que as participantes apresentassem uma diminuição nas crenças disfuncionais relativas a violência contra mulher medidas pela ECVC. Contudo, não foram verificadas mudanças quanto a essa variável. A ECVC obteve resultados próximos a pontuação máxima tanto no pré quanto no pós-teste. Tal fato pode estar ligado a características da própria amostra cuja familiaridade com a temática da violência e o acompanhamento de casos atendidos por serviços da assistência social levou a um efeito teto nos resultados deste instrumento quantitativo.

Observou-se nestes resultados também uma redução no desvio padrão das pontuações nas diferentes aplicações da ECVC. Essa redução pela metade do desvio padrão pode indicar que embora não tenha havido diferença significativa entre a pontuação na ECVC antes e após a intervenção, é possível notar na análise de cada um dos itens menor variação entre os escores atribuídos pelos participantes. Especula-se que esse efeito mostre uma distribuição mais uniforme de como os participantes se relacionam com as situações apresentadas nos itens do instrumento. É preciso reiterar a cautela tomada ao apenas hipotetizar esta uniformidade como subproduto da intervenção.

O P11 foi o único que apresentou aumento na nota após o pós-teste do ECVC, saindo de 25 para 31 pontos, o que caracterizaria uma nota com presença de mais crenças disfuncionais sobre a violência conjugal. De acordo com a correção do

instrumento, o resultado de P11 após a intervenção ainda seria uma nota considerada baixa, mas a alteração chama atenção, considerando que o efeito esperado seria uma redução da nota após exposição à capacitação. Considera-se os dados quantitativos obtidos pelo ECVC insuficientes para explicar a singularidade do resultado deste participante em relação aos demais.

A falta de alteração mudança significativa entre os resultado pré-teste e do pós-teste do ECVC sugerem que o instrumento não é o mais adequado para medir mudanças de percepção sobre a violência de gênero como produtos da intervenção. Tratando-se de instrumento que avalia crenças sobre a violência, hipotetiza-se que os resultados similares entre pré e pós-teste podem decorrer do tempo curto de duração da capacitação. Pensando em crença como construto psicológico, faz sentido que alterações significativas ocorressem após maior latência. Considera-se que o instrumento é válido para estabelecer uma avaliação do comportamento de entrada dos participantes, mas não é adequado para medir se a intervenção produz mudanças na forma com que os participantes entendem a violência de gênero. Quanto aos dados sociodemográficos coletados (idade, escolaridade e área de atuação), não foram encontradas correlações entre estes dados e as pontuações obtidas no instrumento. As pontuações de todos os participantes estiveram próximas àquelas que o instrumento classifica como menor presença de crenças disfuncionais sobre a violência conjugal. Ainda que em diferentes áreas de atuação ou cargos, todos os participantes têm experiência com atendimentos psicológico ou assistencial, uma característica que como citado demonstra a familiaridade da amostra com a temática da violência e dificulta correlações entre pontuação e atuação. Outra explicação possível para a falta de correlações é o tamanho reduzido da amostra.

O VIRGINIA sinalizou ligeiras mudanças com aumento na variabilidade de respostas (mais atitudes e encaminhamentos diferentes) e menor quantidade de participantes que não sabiam quais ações poderiam tomar ou quais direcionamentos o caso poderia ter. Se por um lado observou-se ausência de grandes mudanças na percepção dos participantes, por outro foi possível rastrear as maiores dificuldades encontradas pelos participantes ao diferenciar os diferentes tipos de violência de gênero que são parte do escopo da Lei Maria da Penha (2006). As violências psicológica e moral obtiveram as menores médias de acerto antes e após a intervenção. Especula-se que as dúvidas acerca destes dois tipos de violência possam ser derivadas do caráter não-visível delas, da conceitualização recente de ambas e da própria relação entre essas

duas expressões de violência. Exemplo disto é que até a criação da Lei Maria da Penha não existia nenhuma tipificação da violência psicológica. A inovação trazida por esta lei está no entendimento de que a violência contra a mulher não está atrelada tão somente a um corpo físico, mas a um corpo psicofísico (Echeverria, 2018). Mais recentemente, após a condução da capacitação proposta na presente pesquisa, a lei 14.188/2021 incluiu no Código Penal o crime de violência psicológica contra a mulher, definindo-a como qualquer conduta que “(...) causar dano emocional à mulher que a prejudique e perturbe seu pleno desenvolvimento ou que vise a degradar ou a controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, chantagem, ridicularização, limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que cause prejuízo à sua saúde psicológica e autodeterminação”. Tal reconhecimento legal desse tipo de violência frequente, pode contribuir para a identificação e reconhecimento da ocorrência dela por parte dos profissionais.

A mudança na perspectiva é também observada em pesquisas que investigam a violência de gênero no Brasil. O levantamento bienal do Data Senado, cujo início foi 2005, aponta o aumento da identificação de violências física e psicológica no relato de mulheres entrevistadas. Em 2011, estimou-se que 41% das respondentes tenham sofrido violência psicológica e 35% tenham relatado violência moral. Dez anos depois, estes índices subiram para 61% (violência psicológica) e 44% (violência moral). Ainda que sejam questionados os critérios de coleta de dados utilizados, o que se observa é no mínimo maior atenção das mulheres entrevistadas para definições mais amplas de violência.

Ainda que os resultados de VIRGINIA fossem aproximados tanto no pré quanto no pós-teste, algumas considerações importantes precisam ser feitas. Esperava-se que após a aplicação da intervenção os participantes pudessem classificar com mais precisão qual tipo de violência descrito em cada vinheta. Após a capacitação e discussão sobre tipos de violência, alguns participantes sinalizaram presença de violência até mesmo na vinheta de controle. Pensa-se que esse efeito pode ter relação com a própria estruturação do instrumento e de CASSIA: ambos utilizam histórias de mulheres como modelo para identificação de violências. Tendo sido submetidos a discussões com casos no CASSIA em que todas as histórias apresentavam violência vale a pena questionar se os participantes ficaram sob controle de que toda história apresentada na capacitação teria algum tipo de violência envolvida, inclusive nos instrumentos de avaliação. É necessário também investigar se este pode ser também efeito de uma delimitação pobre

do conceito de violência em CASSIA que fariam com que os participantes entendessem qualquer tipo de divergência como violência.

Ademais, a parte mais significativa da avaliação em CASSIA esteve não na identificação da violência, mas no aumento da variabilidade das respostas nos quesitos de encaminhamento e acompanhamento dos casos. A sinalização de diferentes tipos de serviços que atenderiam adequadamente às necessidades das mulheres vítimas de violência demonstra um efeito positivo da intervenção e sugere uma mudança no raciocínio profissional dos caminhos possíveis no acompanhamento de um caso. Considera-se positivo também que os participantes aumentassem a sugestão de fortalecimento de toda rede da usuária do serviço e não apenas dos elementos próprios de atendimento da mulher. Isso pode ser visto no aumento da sugestão de mobilização da “Rede de Apoio Social”. Outro ponto positivo observado no pré-teste foi a escolha mais frequente da “Psicoeducação/Orientação de direitos” o que sinaliza mais orientações que colocam as mulheres em uma postura ativa frente à violência e não apenas uma pessoa que será encaminhada de um serviço a outro.

Percepção dos Participantes sobre a Capacitação

A avaliação dos participantes sobre a capacitação ocorreu em conjunto à análise de viabilidade da intervenção. A programação do curso de CASSIA foi estabelecida com base em revisão de literatura e nas indicações de currículo mínimo recomendadas pela Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) derivadas das discussões que foram promovidas no Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres em Estados e Municípios. Tendo em vista o público-alvo do curso de capacitação, e almejando reduzir o já extenso conteúdo, menor destaque foi dado ao componente “tráfico de mulheres”. Em seu lugar, entraram mais discussões sobre autocuidado e saúde mental das mulheres e (aqui entrando como caráter de inovação desta intervenção) do profissional que acompanha casos de violência de gênero entre parceiros íntimos. Ademais, apesar do cronograma ter sido previamente estruturado, modificações foram feitas ao longo do percurso de acordo com a demanda da pesquisadora e dos participantes. Exemplo disso foi a escolha da manutenção de alguns elementos didáticos que receberam avaliações positivas dos alunos.

Além de sanar dúvidas identificadas no instrumento VIRGINIA, a aplicação da intervenção corresponde a indicação da formação permanente de profissionais que

participam das redes de enfrentamento e atendimento à violência contra a mulher. A qualificação dos profissionais é abordada como medida necessária para assegurar o atendimento humanizado às mulheres em situação de violência e para evitar a revitimização delas (Brasil & SPM, 2011).

A composição do grupo de intervenção chamou atenção ao trazer mais participantes do turno da tarde do que do grupo da manhã. Verificou-se que não há diferença nas turmas em relação aos dados de caracterização que possam justificar esta diferença, o que pode indicar uma preferência devido ao fluxo de atendimento no serviço.

Quanto à condução da temática do autocuidado, identificou-se que a escolha pela temática obteve aprovação dos participantes, embora tenha suscitado incômodo quanto a forma que a dinâmica foi conduzida. Na fala de P11 alguns elementos negativos deste encontro são destacados. Em especial, a questão mais indicada para revisão foi “*a forma acelerada*” com que a temática foi abordada. P11 também trouxe importante reflexão sobre como “*falar de tempo de cuidado, sem tempo, me pareceu reafirmar este lugar secundário que damos as ações de autocuidado e saúde do trabalhador*”. Consideram-se pertinentes as falas de P11, na medida em que o assunto descreve as necessidades dos próprios profissionais e como tal suscitam não apenas dúvidas, mas também evocam emoções que precisam ser experienciadas.

Santos, Silva e Espinosa (2020) em pesquisa com psicólogos inseridos na assistência social refletem sobre o distanciamento institucional no cuidado com trabalhadores, estes submetidos às exatas condições descritas pelo participante.

Na pesquisa apresentada por aqueles autores são apontadas relações entre o contato com as histórias de violência e o desenvolvimento de raiva, compaixão e tristeza, além do senso de responsabilidade sobre os acompanhados. Tais considerações são evidenciadas por falas como as de P12 sobre “*frustração*” evocada pela assistência a mulheres vítimas de violência quando os resultados são diferentes daqueles esperados pela equipe. Adicionalmente, a própria participante nota o movimento de responsabilização do profissional por situações que fogem ao próprio controle: “*racionalmente eu percebo que o movimento é compreensível, mas sinto que isso é interpretado como falha do serviço ou investimento insuficiente da ação profissional*”.

Quanto aos critérios de viabilidade, estes foram observados em quatro grandes blocos descritos a seguir.

Aceitabilidade/Satisfação e Análise do Processo

O primeiro critério refere-se a como o público-alvo e a equipe reagem do período que antecede a intervenção até a sua finalização. Diz respeito à aceitabilidade do programa, considerando o interesse dos participantes em continuar no processo (adesão). Para avaliar este alvo, foram observadas as respostas obtidas através do formulário de levantamento e das fichas de avaliação dos encontros.

Antes do início da intervenção, dez pessoas indicaram interesse em participar da pesquisa, todos eles participantes da rede socioassistencial. Destes, nove eram integrantes do CREAS e uma pessoa do CRAS. Isto pode indicar tanto uma maior demanda dos participantes da rede de assistência especializada para obter mais qualificação sobre a temática quanto maior esforço do primeiro serviço em divulgar a abertura do curso. Além disso, a partir da publicação da abertura nos canais de notícias da universidade e em *site* da cidade, houve uma significativa procura pelo curso (51 inscrições, com 30 tentantes). A publicação em *sites* (VER APÊNDICE 4) gerou também uma procura de mais informações o que apontou a existência de demanda em relação à formação dentro da temática. O curso teve um índice alto de retenção (76,5%), o que indica que mais da metade dos participantes que começaram a intervenção seguiram até o fim. Outrossim, com exceção do terceiro encontro (“Francisca”), todos os encontros contaram com a presença de pelo menos 75% dos participantes.

Quanto às autoavaliações de expectativas e de motivação dos participantes, a distribuição de pontos manteve-se constante e com crescimento positivo. Além disso, todas as médias indicaram alto nível de aprovação dos principais elementos do curso. Os comentários adicionais positivos também pesam como bons indicativos de aceitabilidade.

Com relação aos critérios de inclusão, estes foram considerados flexíveis. Tratando-se de um estudo de viabilidade os participantes que não atingiram o critério de 75% nas atividades de revisão não foram excluídos da análise. Verificou-se também que a devolução das atividades de revisão, apesar de não-obrigatória, foi feita em média por 66% dos participantes por encontro.

A duração dos encontros foi uma variável que apareceu diversas vezes como fonte de insatisfação. O tempo foi considerado curto para a quantidade de informações disponibilizadas. Para a pesquisadora, uma desvantagem da duração dos encontros foi a redução do tempo gasto em discussão e maior tempo com apresentação de conteúdo.

Logo, sugere-se modificações na organização do tempo de atividades. Apesar das sugestões de mais encontros apresentadas pelos participantes, é possível que uma alteração na configuração dos encontros seja suficiente para manter os objetivos e priorizar as discussões em grupo. Uma alternativa seria trabalhar com mais leituras entre os encontros e estabelecer o contato com este material como critério mínimo para participação nos encontros. De tal forma, pensa-se que os encontros poderiam ser menos dedicados ao ensino direto do conteúdo e mais ao raciocínio e discussão de casos.

Análise de recursos

Este critério teve como objetivo avaliar os recursos técnicos utilizados ao longo da capacitação. Inclui-se aqui avaliação dos materiais utilizados bem como questões suscitadas pela escolha da modalidade *online* para aplicação da intervenção.

Foram escolhidos os seguintes itens da ficha de avaliação para análise: “*O material utilizado neste encontro é claro e preciso*”; “*O material utilizado pode ser útil para minha atuação profissional*”; “*A conferência de vídeo foi adequada para este encontro*”; “*Os materiais utilizados na apresentação foram adequados. (slides, vídeos ou imagens)*”; “*O material utilizado foi ilustrativo*”.

O segundo encontro (“Ana”) foi avaliado como o encontro com melhor utilização de recursos. Todos os doze participantes atribuíram nota máxima (“Concordo totalmente”) para todos os itens incluídos nesta avaliação. Este foi o encontro com maior número de *slides* apresentado, em vista do caráter teórico do conteúdo programado. Especula-se que a dinâmica utilizada neste encontro, com maior papel da mediadora, tem relação com a alta aceitação da conferência de vídeo como metodologia adequada para o encontro. Neste encontro os recursos foram destaque não só nas notas atribuídas, como também elogios foram ressaltados nos comentários adicionais por P12 que classificou a apresentação como “*Ilustrativa, bem fundamentada, organizada (...). Infelizmente, o tempo parece ser curto para a densidade do conteúdo*”.

Os demais encontros registraram notas altas com relação à utilização dos recursos. A menor pontuação recebida na categoria foi “concordo parcialmente” (equivalente da nota quatro). No primeiro encontro a média de avaliação de recursos foi 4,93 (DP=0,25). No terceiro encontro a média foi de 4,94 com desvio-padrão de 0,23. O segundo encontro mais bem avaliado quanto a utilização de recursos foi o quarto encontro (“Antônia”), com média 4,98 (DP=0,14). O quinto encontro apresentou média 4,92 (DP=0,26). Por fim, o último encontro teve média 4,97 com desvio-padrão de 0,14.

É preciso considerar os desafios trazidos pelo uso de recursos que dependiam da qualidade da conexão e do funcionamento de aplicativos e ferramenta *online*. O acesso à internet estável foi tido como critério necessário para participação na atividade, mas mesmo aqueles que faziam parte deste grupo sofreram com instabilidade em algum momento ao longo da capacitação, pesquisadora inclusa. Exemplo disso é o relato de P12: *“tenho tido dificuldades com o aplicativo, as vezes cai minha conexão e não é possível retornar a aula. Além disso, tenho tido dificuldade em acessar os conteúdos do classroom pelo celular, recurso principal que tenho utilizado para acompanhar as aulas.”*

No todo, os dados foram considerados bastante promissores quanto à indicação da viabilidade dos recursos utilizados. A sinalização da aceitabilidade do uso de recursos *online* é animadora especialmente quando se observa o contexto que tornou necessária a utilização deste modo de intervenção. Se por um lado a pandemia decorrente do vírus covid-19 impossibilitou a condução de uma intervenção presencial, por outro lado a situação atípica incentivou o desenvolvimento de novas tecnologias de ensino e o fortalecimento de tecnologias existentes que ainda não eram a primeira escolha de recursos para intervenção (Andrade et. al. 2021; Schmidt, Palazzi & Piccinini, 2020). No entanto, a escolha de recursos de um modelo presencial para o de ambiente virtual indicou que adaptações ainda precisam ser feitas quanto à divisão dos temas, número de encontros e intervalo entre as atividades do curso.

Em pesquisa de intervenção com utilização de grupos, Andrade et. al. (2021) discutem em seus dados resultados e incômodos dos participantes similares aos descritos nesta pesquisa. A pesquisa destes autores sinalizou a viabilidade da condução de intervenção e recomendou número menor de sessões, com duração menor e menor número de encontros. Respeitando a diferença de objetivos entre as pesquisas, pensa-se que para manter o programa de CASSIA a redução de número de encontros seria contraindicada para nossa intervenção. Porém o curso poderia ter ganhos caso fosse dividido em mais sessões com menor duração de apresentação de conteúdo para que os participantes possam interagir mais uns com os outros.

Com relação aos ganhos na aplicação de intervenções na modalidade *online* para além da situação ocasionada pela emergência médica trazida pela pandemia de covid-19, destacamos os apontamentos trazidos por Schmidt, Palazzi e Piccinini (2020). Os autores elencam ganhos relativos a (1) maior abrangência de pessoas providas de diferentes locais, (2) economia de recursos financeiros e coleta de dados mais rápida,

(3) segurança de participantes e pesquisadores, (4) investigação de “*tópicos sensíveis*” e (5) acesso a grupos comumente marginalizados. Destes elementos, destaca-se três elementos cujas vantagens poderiam ser observadas em CASSIA: abrangência de pessoas, economia de recursos (que não se traduziu em coleta mais rápida) e segurança dos participantes.

A abertura das inscrições para as cidades da região centro-leste do interior de São Paulo trouxe a possibilidade de estabelecer mais parcerias com serviços da comunidade e promover discussões entre participantes com diferentes experiências com a rede de atendimento à mulher. Escolheu-se restringir os participantes a essa região para evitar o aumento de variáveis que interferissem sobre a análise de dados.

O uso de mídias sociais digitais possibilitou também que fossem reduzidos custos com transporte (para os participantes), permitiu que fossem realizadas atividades durante o horário de trabalho sem que se deslocassem e gastassem tempo neste trajeto e, com isso, favorecendo a participação deles, além de ter tornado possível a disponibilização de materiais para leitura dos participantes sem custos financeiros para a pesquisadora. Ademais, a comunicação entre participantes e pesquisadora tornou-se mais rápida o que também contribuiu como economia de tempo gasto com esta atividade. A economia de recursos, no entanto, não se traduziu em uma coleta mais rápida em razão da agenda dos serviços e de mudanças nas datas previamente estabelecidas em virtude de questões extraordinárias.

Outrossim, são evidentes os ganhos em relação à segurança dos envolvidos na capacitação desde àquela que envolve a saúde e minimização do contato social, conforme as recomendações das organizações de saúde, como também a segurança dos dados coletados. Estes, tendo sido recolhidos apenas por ferramentas digitais, tiveram o acesso ainda mais restrito, armazenado em nuvens e somente acessado pela pesquisadora e sua orientadora.

Quanto aos dois aspectos restantes abordados em Schmidt, Palazzi e Piccinini (2020), são feitas ressalvas quanto a aplicabilidade destas na interpretação da análise de recursos. Os autores discutem a “*possibilidade de investigar tópicos sensíveis, pois os participantes não estão face a face com os pesquisadores e nem em locais públicos*”. Entretanto, essa afirmação não é verdadeira em relação à aplicação de CASSIA. É verdade que foram feitas trocas sobre experiências e dificuldades sociais, mas elas foram feitas com pessoas com quem existia certa proximidade, além de terem sido assistidas por alguns participantes em conjunto na sala de descanso do trabalho. Não se

avaliou que os participantes são parte de algum grupo marginalizado, pelo contrário, a maior parte deles possui ensino superior e é majoritariamente branca. Desta forma, o tópico também não se aplica a esta intervenção.

Gerenciamento

O terceiro tópico desta análise da viabilidade disserta sobre a gestão dos recursos humanos na implementação da pesquisa. Para tanto, são alvo de análise os profissionais envolvidos, os desafios impostos para implementação, capacidade técnica, coleta e análise dos dados. As principais ferramentas para análise desta categoria foram as questões relativas à condução no formulário de avaliação dos participantes e os comentários adicionais.

Com relação à avaliação dos aspectos quantitativos do formulário, os itens relativos à condução indicaram este como segundo ponto mais forte entre os critérios de análise. Os dados são corroborados pelos dados qualitativos trazidos nos comentários adicionais, na medida em que este aspecto foi presente nas fichas de avaliação de todos os encontros. Foram destacados pelos participantes a “clareza” e “assertividade” (P12) da pesquisadora, o conteúdo programático e “a forma como tem sido abordado” (P10).

Os itens de gerenciamento foram direcionados durante quase toda a intervenção para a pesquisadora que aplicou o curso, com exceção do terceiro encontro em que a condução foi realizada em conjunto com uma profissional convidada. Esta divisão implicou também em uma divergência entre participantes: enquanto aqueles que responderam às fichas teceram elogios ao encontro, aqueles que se manifestaram contra a presença da convidada demonstraram insatisfação com essa divisão.

Aspectos negativos na gestão do curso também necessitam ser apontados. A escolha de convidados deveria ser precedida por combinações mais diretivas. Questões como administração do tempo e da organização do conteúdo para que não interfira no andamento das atividades e discussões também precisam ser reforçadas. Ainda assim, os resultados são favoráveis em termos de viabilidade, com ressalvas feitas no tópico de considerações e limitações que será discutido adiante.

Embasamento científico

O último tópico desta análise será direcionado para os aspectos de controle da pesquisa, além de avaliar a resposta dos participantes ao aporte teórico utilizado.

A construção do cronograma do curso levou em consideração tanto

recomendações extraídas da cartilha da rede de enfrentamento à violência contra a mulher (Brasil & SPM, 2011) bem como artigos revisados encontrados na literatura disponível em bases de pesquisa com *download* livre. O mesmo cuidado ético foi utilizado na escolha das leituras complementares e sugeridas disponibilizadas no *Google Classroom*.

Como produto destes cuidados, a categoria mais bem avaliada na capacitação, de acordo com a avaliação dos participantes, foi a de conteúdo. A participante que mais fez considerações sobre o embasamento utilizado no curso foi P12. Para ela, as questões teóricas mais relevantes para sua prática foram o (1) modelo bioecológico do desenvolvimento humano aplicado à violência e o (2) conceito de rotas críticas.

A discussão acerca da violência pelo modelo bioecológico de Heise (1994) foi foco do segundo encontro (“Ana”). O conceito foi apresentado em conjunto a outras teorias explicativas da violência de gênero. Neste encontro foram destacadas a importância das redes sociais de apoio, do incentivo à criação de redes de relações saudáveis, além de serviços e profissionais qualificados com funcionamento acessível (discutidos em Garcia, Duarte, Freitas & Silva, 2016). Tal destaque dado em discutir o uso de redes pode explicar a maior relevância que a categoria temática recebeu como ação a ser adotada no pós-teste do VIRGINIA.

Uma das vantagens da utilização do modelo social é permitir a análise da violência como um modelo multidimensional. Rosa e Nascimento (2018) sugerem que o CREAS pode funcionar como um sistema, dado que propiciam estabelecimento de interações face a face, na medida que suas atividades estimulam as interações interpessoais. Estas autoras refletem sobre a teoria como aporte que favorece a “*compreensão das relações que se estabelecem*”, além de promover as interações entre usuários e profissionais da assistência e servir como locais em que as mulheres podem se tornar agentes de seu próprio desenvolvimento. Reflexão essa que se faz presente na fala de P12 sobre sentir que é a teoria pode ser ponto de partida para “*compreensão mais qualificada das situações que chegam ao CREAS, onde trabalho*”.

O segundo ponto trazido pela P12 foi evocado pelo conceito de rotas críticas. O termo foi desenvolvido no ano 2000 pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) para identificar o itinerário percorrido pelas mulheres desde a vivência da situação de violência em direção ao atendimento adequado em serviços que constituem a rede de proteção à mulher. A discussão acerca do tema tem importância visto que pode ser utilizada para rastrear lacunas e fragilidades da rede, além de identificar

potencialidades dos serviços e dos cuidados ofertados por eles (Arboit, Padoin & Paula, 2019).

Ademais, o conceito de rotas críticas aborda tanto os fatores que impulsionam quanto os que inibem as mulheres na busca por ajuda, delineando os passos delas desde antes da chegada aos centros de referenciamento (Baragatti et. al., 2018; Arboit, Padoin & Paula, 2019). Encontra-se na fala de P12 (Tabela 22) reflexões que expressam a compreensão do conceito de rotas críticas como fator impulsionador ou inibidor. Além disto, foi possível identificar na fala frustração diante da falta de controle sobre todos os percursos vivenciados pelas mulheres que acompanha.

Testes limitados de eficácia

O último tópico de avaliação da viabilidade dispõe sobre a verificação de critérios preliminares de eficácia e identificação de variáveis importantes. Importante ressaltar o caráter preliminar desta avaliação, visto que a avaliação da eficácia requereria um contexto totalmente controlado, ambiente este que não seria possível sem antes avaliar a viabilidade. Além disto, não foi possível utilizar medidas de tamanho ou manutenção do efeito em razão de limitações da amostra e ausência do teste de seguimento (*follow-up*).

Para esta análise inicial, serão utilizados os dezessete subcritérios apresentados em Durgante e Dell’Aglia (2018) para medida da avaliação da eficácia de pesquisas de intervenção. Segundo o primeiro critério, “*as diretrizes do programa devem ser baseadas em ampla e análise da literatura empírica relevante*”. Considera-se que o item foi atendido uma vez que todo o curso foi construído após revisão da literatura, incluindo textos conceituais e artigos de pesquisas revisadas por pares.

O item número dois relata a importância de “*haver pelo menos uma fonte de dados (medida) coletados por pessoa(s) diferente(s) de quem aplica ou entrega a intervenção*”. Este item sugere uma indicação de mudança para reaplicações futuras. Apesar dos encontros contarem com a participação de uma monitora como ouvinte, o papel dela foi apenas de auxiliar com os recursos audiovisuais e não de aplicação da intervenção ou coleta de dados.

O terceiro critério indica a necessidade de que os “*resultados devem ser analisados utilizando diferentes métodos e fontes convergentes de informação*”. Considera-se que este item foi atendido, uma vez que foram estabelecidas cinco

medidas avaliativas de delineamento misto cujos dados foram analisados e comparados ao longo de todo processo de descrição de dados.

O quarto critério dita que “*os resultados devem ser compatíveis com as metas/objetivos do programa*”. Pensa-se que o critério foi alcançado na medida em que todos os três componentes (desenvolver, aplicar e avaliar a viabilidade) que constavam no objetivo da capacitação foram cumpridos. Em quinto lugar está o critério que postula que “*é desejável considerar medidas de resultados proximais (variáveis moderadoras)*”. Pensa-se que o item foi atendido, tendo em vista que cuidados com contaminação por vieses e variáveis importantes foram detectadas na condução do estudo.

O sexto critério indica que “*o programa deve ter pelo menos uma condição de grupo controle que não receberá a intervenção testada, para comparar resultados*”. Este item não foi atendido pela intervenção, tendo formado um único grupo, embora conduzido em turnos distintos. Optou-se por essa estratégia para maximizar a participação dos profissionais.

O sétimo critério dita que “*é desejável medir a implementação/processo do programa*”. Considera-se que o item foi atendido em item anteriormente descrito na avaliação da viabilidade. Em oitavo lugar indica-se que “*os resultados da intervenção para comportamentos, ou saúde pública devem ser medidos*”. Como sinalizado, não foi possível a utilização de medidas de comportamento e de efeito nos dados desta pesquisa.

O nono critério aborda a realização de “*análises de subgrupos (gênero, etnia/raça, nível socioeconômico, religião etc.) e apontar para qual grupo o tratamento é melhor indicado*”. O item foi apenas parcialmente atendido, visto que, embora tenham sido coletadas informações sociodemográficas, a homogeneidade da amostra não permitiu que fossem extraídas análises mais precisas que coadunariam com o critério.

O décimo critério indica que “*diferenças pré-teste devem ser analisadas e corrigidas, quando possível*”. Avaliou-se o critério como atendido. O critério de número onze aborda que “*não deve haver graves efeitos negativos (iatrogênico) em variáveis importantes*”. Considerou-se que o item foi atendido.

O décimo segundo critério postula que “*é desejável medir os efeitos colaterais, ou iatrogênicos e satisfação dos participantes*”. O item também foi avaliado como atendido, tendo em vista as discussões apresentadas. O item treze recomenda que “*pelo menos uma replicação do programa deve ser feita por investigadores*

independentes”. Considerando que esta pesquisa trata da primeira aplicação do curso, o critério não pode ser atendido.

O décimo quarto critério postula que *“aceitação, adesão e envolvimento do público-alvo devem ser avaliados e relatados”*. Avalia-se que o item foi contemplado por esta pesquisa. O critério de número quinze aborda que *“é desejável relatar possíveis impactos na saúde pública”*. Considera-se que o item está incluso nesta pesquisa.

Em décimo sexto lugar está o critério que indica ser *“desejável ter informações sobre e custo-benefício do programa”*. Avalia-se que o critério também foi contemplado por esta pesquisa. O último critério aborda que quando possível é indicado *“apresentar as implicações/contribuições do programa para a saúde pública.”* Avalia-se que o critério foi atendido.

Em síntese, considerou-se que dez dos critérios preliminares para medida de eficácia foram contemplados por esta intervenção. Pensa-se que as análises indicam parecer favorável sobre a viabilidade da curso. Ademais, os dados coletados parecem ser suficientes para estruturar um futuro projeto de avaliação da eficácia da intervenção.

Pensa-se que a boa adesão dos participantes é um sinal de que apesar dos dados quantitativos não demonstrarem alterações significativas antes e após a intervenção, a força da intervenção esteve na estruturação dos encontros e na condução destes. Os dados qualitativos são os que mais indicam benefícios da intervenção com CASSIA. Os dois seguimentos de inovação apresentados por esta capacitação foram o uso de estudos de caso (Maria, Francisca, Antônia, Adriana e Juliana) e o encontro dedicado ao autocuidado, trazendo olhar para a saúde mental do profissional que atende mulheres vítimas de violência e não apenas para quais ações são esperadas deste profissional em sua atuação. As avaliações dos participantes foram positivas, porém ainda faltam elementos para descrever com exatidão de que forma os conteúdos inovadores trazidos em CASSIA estão correlacionados aos resultados positivos em adesão, condução e gerenciamento. Acredita-se que a retenção dos participantes e adesão às atividades de avaliação do conhecimento e dos encontros são resultados suficientes para recomendar uma nova aplicação da capacitação como parte de um estudo maior.

Considerações sobre variáveis intervenientes e Limitações da pesquisa

Aqui serão recapituladas as principais variáveis que interferiram na condução desta capacitação. Algumas já foram citadas de forma superficial e serão trazidas novamente para análises mais específicas. Em seguida, serão pontuadas as limitações do estudo. Por fim, serão feitas sugestões para uma possível replicação com teste de eficácia.

Ameaças à validade da pesquisa

Para aumentar a segurança de nossas análises são pontuadas aqui alguns vieses e variáveis que podem ter intervisto sobre o processo e que podem estar associadas a alguns dos resultados. Entende-se que, em pesquisas de intervenção como esta, é recomendável elencar o máximo possível de variáveis moderadoras a fim de minimizar os efeitos da falta de controle existente em ambiente natural.

A primeira ameaça a ser citada, e talvez uma das mais importantes, é a de contaminação. Tradicionalmente é considerado que houve contaminação dos dados quando existe comunicação sobre informações do experimento entre os participantes. Sabia-se da probabilidade de ocorrência deste efeito, tendo em vista que parte da amostra trabalhava nos mesmos locais ou residia na mesma cidade. Foram observados indícios de comunicação especialmente no encontro Francisca. Naquele encontro, a divisão em turnos fez com que a turma da tarde soubesse e se manifestasse sobre o que aconteceu na turma oposta antes de que a intervenção fosse aplicada com eles. Prova disso é o comentário *“a equipe da manhã já está manifestando seu incomodo”*. Esperava-se observar como um poderia afetar o outro através do item *“como foi o encontro de acordo com suas expectativas?”*. Imaginava-se que as expectativas do grupo vespertino fossem maiores ou menores em relação a sua contraparte. No entanto, a perda de sujeitos foi maior em um grupo do que no outro. De tal forma, com amostra reduzida, não foram identificadas relações significativas entre como o item se manifestou para diferentes turmas. Outro ponto que indica a contaminação foi o relato dos participantes de que assistiam juntos ao encontro na sala de trabalho. Indicou-se a eles que respondessem separadamente às fichas de avaliação.

A segunda variável a ser destacada é a de desajustabilidade social. Almiro (2017) define o conceito como um tipo de enviesamento de respostas definido pela tendência dos indivíduos de atribuírem a si valores ou comportamentos socialmente aceitáveis quando respondem a instrumentos. Isto implicaria que suas respostas poderiam dizer mais respeito ao que acreditam ser moralmente correto (de acordo com valores da

cultura) do que em função do seu próprio comportamento. Por se tratar de uma pesquisa que envolve colegas de trabalho, é possível que os participantes tenham moderado suas respostas ao longo dos encontros de acordo com o que imaginam ser esperado por pessoas na sua função ou que tenham omitido falas que acreditavam ser mais incômodas. Para minimizar estes efeitos, foram fornecidos diversos meios de comunicação e assegurado o sigilo das informações compartilhadas, seja nos instrumentos, nas falas em encontros síncronos e no momento da publicação dos resultados. Entende-se, todavia, a impossibilidade de evitar totalmente este efeito. Observou-se em alguns comentários como o de P8, que justificou não ter tido um desempenho que considerasse satisfatório em uma das atividades de revisão, traços desta deseabilidade. Apesar de considerar esta uma variável a ser evitada, avalia-se que a preocupação da participante em justificar para a pesquisadora não é de todo ruim, dado que pode sinalizar que ao colocar a mediadora do curso como alguém cuja validação é importante, evidenciou-se que foi estabelecido um bom *rapport*.

O terceiro ponto a ser considerado nesta análise é o desgaste dos sujeitos. Esta variável está relacionada aos elementos que podem levar ao abandono da intervenção por conta do elevado custo da resposta. Em outras palavras, se o experimento for considerado difícil ou exigir muito dos participantes. Para analisar este tópico serão consideradas as seguintes variáveis: (1) a emergência causada pela covid-19 que ainda estava no início durante o período da capacitação, (2) a extensão do curso que foi executado ao longo de cinco meses, (3) a utilização da modalidade *online*, com suas vantagens e desvantagens e (4) gerenciamento.

As sanções trazidas pela pandemia de SARS-CoV-2 afetaram a condução desta pesquisa desde o seu planejamento. As recomendações de isolamento social fizeram com que o curso planejado para ter início em abril de 2020 só pudessem começar em agosto de 2020 em formato *online*. Tendo em vista que o isolamento social é considerado como um fator associado ao risco de aumento da violência de gênero, era esperado que os serviços que atendem as mulheres vítimas recebessem maior quantidade de casos. Em um boletim realizado pelo Data Senado (2020), foi divulgado que as menções na rede social *Twitter* sobre relatos de episódios de violência contra a mulher saltaram de 559 em fevereiro para 2959 em abril, o que implica em aumento de 430%. O boletim também apresentou uma comparação da quantidade de homicídios de mulheres em residência no estado de São Paulo entre março e abril de 2019 (nove assassinatos) e o mesmo período em 2020 (dezesseis assassinatos). Neste contexto, era

esperado que os profissionais que compõe a rede socioassistencial sentissem ou temessem sobrecarga de trabalho. Na fase de levantamento desta pesquisa, identificou-se que nove dos dez respondentes relatavam sentir o efeito da pandemia em seus trabalhos. Além das modificações laborais que o contexto impôs, somam-se fatores estressores como o risco de ser infectado ou infectar alguém, o confinamento, a quantidade de informações conflitantes e incertas sobre a pandemia, dúvidas quanto ao enfrentamento desta e a sensação de incapacidade diante da crise (Fernandes, Braga e Silva, 2022). Diante da combinação destes fatores, era esperado no mínimo desgaste emocional dos profissionais que compuseram a amostra.

Durante o período de abril e agosto de 2020, e com a confirmação de que o cenário indicava que encontros presenciais não iriam voltar a ser recomendados por um longo período, o curso foi adaptado e modificado. Dentre as mudanças incluídas, optou-se pela criação de atividades (exercícios de revisão e trabalho final) para que se pudesse ter maior controle da participação e incentivar os participantes a interagirem mais apesar da distância física. Todavia, isso pode ter gerado maior carga para os participantes. O mínimo de estudos de caso entregues pelos participantes foram quatro, com exceção de P11 que não entregou nenhum. O trabalho final foi entregue por sete (53,3%) pessoas. Apesar da retenção satisfatória de participantes (76,5%), é possível notar uma redução na entrega das atividades no final do curso. Em razão do intervalo superior a quinze dias nos três últimos encontros, o curso teve duração de quase cinco meses. Além disso, o início em agosto fez com que o último encontro fosse realizado no final do ano, período atribulado para os profissionais participantes e para os estudantes que estavam ocupados com as últimas avaliações do semestre.

Com relação ao uso de ferramentas virtuais, observou-se tanto vantagens quanto desvantagens em sua aplicação. Citar a modalidade *online* como uma das variáveis que podem interferir na avaliação da pesquisa não é feito com intuito de menosprezar o uso deste tipo de tecnologia. Entende-se que a validade deste modo de pesquisa já era objeto de uso e da avaliação de eficácia e apenas foi mais difundida durante o período pandêmico. Na revisão de literatura feita no período de adaptação da pesquisa foram encontradas recomendações para aplicação *online* de grupos focais (Bordini & Sperb, 2013), para condução de entrevistas (Belei et.al., 2008), potencialidade para coleta de dados (Damasceno et.al., 2014), e outras revisões sobre o uso (Fragoso, Rucruero & Amaral, 2011; Calliveris et.al., 2015). Contudo, a dependência de estabilidade da conexão e ferramentas ainda incipientes trouxeram prejuízos e desgastes tanto para a

pesquisadora quanto para os participantes. Os problemas com velocidade reduzida da *internet* e o esquema de câmeras adotado pela plataforma *Google* inibiram a participação do grupo nas discussões, deixando com que a pesquisadora ficasse falando sozinha sem interrupções (ou sem visualizá-las) durante parte dos encontros. Como forma de minimizar este efeito, foram disponibilizadas as gravações, o que possibilitou aos participantes que pudessem ver ou reassistir o conteúdo do encontro em outro momento, ainda que isso significasse que não poderiam participar das discussões síncronas. Adicionalmente, questões decorrentes do esquema de câmeras podem ter contribuído para que na categoria “Participação” as respostas com mais índices “indiferente” tenham sido àquelas que se referiam a participação em discussões.

Por fim, é preciso citar falhas no gerenciamento e como estas contribuíram para o desgaste dos participantes. No tópico referente a viabilidade encontrou-se índices satisfatórios desta categoria, todavia, são feitas algumas ressalvas com finalidade de reduzir lacunas e erros em aplicações posteriores do curso. O principal equívoco ligado ao gerenciamento de CASSIA esteve na escolha de uma convidada sem considerar a relação que esta possuía com alguns dos participantes (o que poderia inclusive gerar maior contaminação de dados). Além disso, seria recomendável fornecer mais informações a convidada sobre a estrutura do curso. Indica-se também que os participantes sejam avisados com antecedência sobre participações especiais para evitar situações constrangedoras para os convidados (o que felizmente não ocorreu nesta intervenção). Ademais, citamos a otimização do tempo do encontro como fator a ser melhorado, para contemplar os objetivos programados dos encontros, e alterações no cronograma para evitar que haja excesso de informações sem a devida reflexão sobre a temática.

Limitações

Tratando-se de uma intervenção derivada de um projeto de pesquisa quase-experimental, são destacadas algumas condições que limitam os dados coletados. A amostra de profissionais participantes da pesquisa foi considerada homogênea. Dentre os participantes contou-se com a presença de apenas um homem e não foram utilizadas medidas para avaliar se o gênero dos participantes interferiu de alguma forma na adesão ou desempenho nas atividades. Além disso, contou-se com uma amostra pequena e majoritariamente branca. Pensa-se que poderiam ser promovidos mais momentos para

repensar questões interseccionais, branquitude, capacitismo e racismo ao longo dos encontros. O conceito de interseccionalidade foi introduzido no último encontro e a pesquisadora considera que talvez fosse necessário modificar a ordem em que este objetivo de ensino é apresentado, dada a importância que ele tem para a compreensão e análise da violência de gênero. Outra sugestão está em reavaliar o currículo de CASSIA de maneira a avaliar qual a melhor ordem didática para apresentação de cada temática.

No que se refere ao gerenciamento, devido a pesquisa ter sido planejada e conduzida pela mesma pessoa, tornou-se difícil medir os efeitos que a expectativa do pesquisador possa ter causado sobre os resultados. Além disso, sem diferenciação entre a pessoa que coleta os dados e a pessoa que os analisa, perdeu-se a chance de utilizar medidas de confiabilidade entre pares, o que teria aumentado também a confiabilidade da pesquisa.

Considera-se uma falha que não tenham sido pensados instrumentos para autoavaliação da pesquisadora/conduzida dos encontros. Além disso, a pesquisadora apesar de ter familiaridade com a temática de violência e atendimento de mulheres não possuía experiência com atuação em serviços socioassistenciais. Esta é uma característica cujo impacto na relação com os participantes poderia ser melhor investigada. Pensa-se que avaliar o grau de segurança e preparo da condutora/pesquisadora poderiam ajudar a contabilizar recursos importantes e descrever com mais precisão os custos de tempo, preparo e até mesmo prever quando seriam necessárias alterações no calendário para ajustes na condução dos encontros.

Não foram aplicadas fichas de avaliação com a monitora da graduação que acompanhava o curso como ouvinte. Espera-se que futuramente isto seja corrigido, para acrescentar mais medidas que possam atestar a qualidade e a eficácia do trabalho.

Em relação às condições necessárias para que a pesquisa avance nos testes de eficácia e possa ser classificada efetivamente como pesquisa quase-experimental, é necessário que seja criado um grupo controle. Nesta intervenção não foi possível comparar o efeito da intervenção com grupo de espera, impossibilitando que se estimasse e diferenciasse o efeito da passagem do tempo do efeito da intervenção.

Tendo em vista que o encontro “Adriana” foi considerado um dos diferenciais de CASSIA (junto ao uso de estudos de caso), avaliou-se como lacuna de pesquisa a ausência de medidas sobre o autocuidado dos participantes nos instrumentos do pré e pós-teste.

O uso de estudos de caso teve como objetivo promover a qualificação dos profissionais e simular situações reais frente a mulheres vítimas de violência. Todavia, a avaliação dos participantes sobre a utilidade deste material foi prejudicada porque somente no terceiro encontro notou-se que não foram coletadas avaliações dos participantes sobre a adequação das histórias às temáticas dos encontros. A partir do encontro Antônia acrescentou-se o item “*Em relação a história de Antônia, a adequação do caso dela ao tema foi*” que deveria ser avaliado em uma escala de dez pontos. A história de Antônia teve nota média 9,5 (DP=0,84), sendo a menor nota 8. Adriana recebeu nota 9,72 (DP=0,64), sendo a menor nota 8. O último encontro cuja história era a de Juliana recebeu em média 9,66 pontos (DP=0,5), menor nota 9. As notas altas poderiam sugerir avaliações favoráveis, entretanto, a ausência de dados sobre os encontros anteriores para formar uma linha de base tornam a avaliação do item inconclusiva.

Finalmente, observa-se que a amostra pequena pode ser uma limitação para extração de conclusões e recomenda-se a replicação da pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar sobre a temática da violência de gênero tem relevância significativa e deve ser incentivado considerando a abrangência do problema e os riscos (sociais, de saúde, ocupacionais, físicos, emocionais) não apenas para as mulheres, como também para seus filhos, famílias, grupos de que fazem parte, comunidade em que estão inseridas. A difusão deste tipo de violência no Brasil e no mundo traz à tona um problema latente de difícil combate e caracteriza emergências de saúde pública e social. Em 2020, o cenário que já era preocupante ganhou mais repercussão devido a explosão de uma nova emergência, esta sanitária e provocada por uma pandemia do vírus SARS-CoV-2. As principais agências de saúde passaram a recomendar o isolamento social e por conseguinte, aumentaram preocupações concernentes ao aumento de violências domésticas, especialmente às ligadas ao gênero. Para mulheres em situação de risco a casa nem sempre é o lugar mais seguro. Para os profissionais que atuavam nas redes socioassistenciais, a possibilidade de aumento de demanda (seja por aumento dos casos de violência ou pela insegurança econômica decorrente da diminuição de trabalhos) somada às preocupações com a própria saúde evidenciaram o quão desafiador e

essencial é estar nesta área de atuação. Foi neste contexto que foi criado e aplicado o CASSIA.

O curso foi composto por seis encontros executados ao longo de quase cinco meses com uso de estudos de caso e de publicações relevantes e atualizadas da literatura. Na ânsia de dar conta da complexidade da temática, foi colocada grande quantidade de temas de discussão por encontro, o que para alguns dos participantes repercutiu ora como algo interessante ora como algo que poderia ser revisto e tratado com mais calma. Equívocos, como o episódio ocorrido no encontro “Francisca”, e lacunas, tais como a ausência da avaliação das histórias das mulheres, não diminuem os ganhos em se investigar e discutir o acompanhamento de casos cujas histórias às vezes tão sofridas geram consequências até para saúde dos trabalhadores que entram em contato com elas.

Os benefícios parecem se sobrepôr às questões faltantes, estas cujas presenças devem ser e são pontuadas ao longo de todo este trabalho. O momento de criação e adaptação do curso levou em consideração dificuldades que poderiam surgir na sua execução e aquelas que não se conseguiu minimizar ou evitar são descritas aqui para referências futuras. Entende-se que uma pesquisa como esta, com intervenção em ambiente natural, sempre vai requerer atenção especial a fatores intervenientes.

No todo, os objetivos do curso parecem ter sido cumpridos de forma satisfatória e os resultados são vistos como animadores, apesar da reduzida amostra. Todos os indicadores previstos (expectativas, motivação, participação, qualidade, conteúdo e condução) receberam avaliações bem próximas às máximas permitidas. Os grandes destaques foram as avaliações dos conteúdos e condução dos encontros, cujas notas foram as mais altas dentre os indicadores e com os menores índices de discordância. Com relação aos encontros, “Ana” teve destaque por obter algumas das maiores médias sobre qualidade geral, conteúdo e condução. Especula-se que este desempenho esteja ligado ao maior domínio do assunto pela pesquisadora/mediadora em relação aos outros encontros.

A força deste trabalho parece ser melhor demonstrada através das medidas qualitativas de avaliação. Outro caráter avaliado como positivo é a inovação proposta com uso de estudos de casos (as histórias de mulheres criadas especialmente para cada encontro) e em um encontro com intervenção especialmente pensada para o autocuidado dos profissionais que atendem mulheres vítimas de violência de gênero em seus relacionamentos.

Quanto ao objetivo de avaliar a viabilidade do curso, pensa-se que este foi cumprido e que os dados são favoráveis para classificá-lo como viável com recomendação para novas aplicações. As avaliações de aceitabilidade demonstraram alto engajamento dos participantes. Exemplos disso, são a alta retenção de participantes (76,5%) e os trabalhos finais desenvolvidos (ANEXO 4). Os recursos utilizados sinalizam que o formato utilizado tem menor custo financeiro para ser aplicado, além de trazer índices satisfatórios. O embasamento científico também foi considerado satisfatório. O gerenciamento apresentou bons marcadores, com ressalvas feitas sobre a necessidade de implementação de grupo controle e separação da condução do grupo da coleta de dados.

O método online provou-se tanto um benefício quanto um ponto a ser melhorado dentro do curso. Por um lado, identificou-se vantagens como economia de tempo e de custos, além de promover participação de pessoas que em outras situações não teriam como acessar o curso, seja por residir em diferentes localidades ou por falta de tempo para efetuar o deslocamento necessário. Por outro, surgiram dificuldades ligadas a questões técnicas (como velocidade reduzida da internet) ou com as ferramentas digitais utilizadas (cujo melhor exemplo é o Google Classroom que gerou dúvidas sobre o funcionamento). Com o tempo espera-se que estas ferramentas sejam melhoradas, especialmente com a relevância que ganharam durante o período pandêmico. Recomenda-se também pensar em formas de aumentar o engajamento dos participantes nesta modalidade, especialmente no que se refere a promoção de discussões entre os participantes.

Salienta-se que apesar do objetivo principal do CASSIA ser capacitar em termos de conhecimento técnico, o formato como o curso foi construído tentou ao máximo privilegiar e fomentar o diálogo entre profissionais e estudantes. Pensa-se que apenas conhecimento técnico não é suficiente para capacitar para o atendimento psicossocial, os profissionais devem também exercitar o trabalho em conjunto. Afinal, se o objetivo é trabalhar em rede, exercitar o pensamento junto a outros profissionais de diferentes áreas parece ser um exercício adequado e que deveria ser bastante incentivado.

Quanto à escolha dos instrumentos utilizados, antes e após a intervenção observa-se a dificuldade de avaliar a percepção de profissionais cuja proximidade com o tema pode favorecer que respondam de acordo com conhecimentos técnicos e não às suas convicções pessoais. Apesar dos instrumentos não terem rastreado mudanças significativas entre o pré e o pós-teste, considera-se que tenham produzido resultados

interessantes e podem ser mais bem discutidos em um estudo que tenha como objetivo principal a avaliação da percepção dos profissionais. A ECVC é uma escala considerada relevante para população portuguesa e a nova validação para a população brasileira também demonstra adequação dela para o objetivo que foi proposto. Além disso, a ECVC é uma das poucas escalas que rastreiam esse tipo de informação. O instrumento VIRGINIA, por sua vez, é novo e foi construído em paralelo ao desenvolvimento desta pesquisa. Os achados foram bastante promissores e espera-se que os resultados obtidos aqui sirvam também para delinear melhorias nos componentes avaliativos do instrumento. Recomenda-se avaliar futuramente se o uso em conjunto com o formato de CASSIA (que também envolve casos fictícios) não interferiram nos resultados de modo a induzir os participantes a escolher várias violências para a mesma situação (uma vez que as análises deveriam ser complexas em CASSIA, ao contrário de VIRGINIA que pedia análises mais gerais). Em relação à ficha de avaliação dos encontros, recomenda-se que os itens sejam avaliados quanto a precisão, para confirmar que estão adequados e medindo o que se propõe a medir, de forma a aumentar a confiabilidade da pesquisa. Considera-se que nesta avaliação pesou a ausência do teste de seguimento. É recomendável também que se aumente amostra, se possível com público mais heterogêneo.

Finalmente, é preciso reiterar a importância de desenvolver pesquisas de intervenção na temática a fim de proporcionar que não apenas se tenha material teórico científico relevante, mas que se possa apoiar as estratégias aplicadas nos serviços da rede de enfrentamento em programas eficazes e baseados em evidências. Importante também fortalecer o diálogo entre profissionais atuantes e qualificar os estudantes que futuramente ocuparão estes espaços. Considerando-se que as discussões sobre violência de gênero são recentes, tendo sido fortalecidas no contexto brasileiro apenas a partir da década de 1980, e com planos mais consistentes e projetos de lei após o ano 2000, muito ainda precisa ser estudado e feito. Espera-se que o curso aqui desenvolvido possa ser mais uma ferramenta relevante para estas futuras construções.

REFERÊNCIAS

Alagoas, Secretaria de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social. (n.d.). Centro de Referência da Assistência Social - CRAS — assistenciasocial. [online]

Assistenciasocial.al.gov.br. Available at:

<http://www.assistenciasocial.al.gov.br/programas-projetos/protecao-social-basica-1/cras-paif> [Accessed 6 Mar. 2020].

- Alexander, C. S., & Becker, H. J. (1978). The use of vignettes in survey research. *Public opinion quarterly*, 42(1), 93-104.
- Almiro, Pedro Armelino. (2017). Uma nota sobre a desejabilidade social e o enviesamento de respostas. *Avaliação Psicológica*, 16(3)<https://dx.doi.org/10.15689/ap.2017.1603.ed>
- Andrade, T. M. R., Szupzynski, K. P. D. R., Paganella, R. C. D. L., Oliveira, M. D. S., & Knapp, P. (2021). Intervenção em grupo na modalidade on-line: relato de experiência G10 on-line. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, 17(2), 142-152.
- Arboit, J., Padoin, S. M. D. M., & Paula, C. C. D. (2019). Rota crítica de mulheres em situação de violência: revisão integrativa da literatura. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 72, 321-332.7
- Bandeira, L. M. (2014). Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *Sociedade e Estado*, 29, 449-469.
- Baragatti, D. Y., Carlos, D. M., Leitão, M. N. D. C., Ferriani, M. D. G. C., & Silva, E. M. (2018). Rota crítica de mulheres em situação de violência por parceiro íntimo. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 26.
- Barbosa, J. P. M., Lima, R. de C. D., Santos, G. de B. M., Lanna, S. D., & Andrade, M. A. C.. (2021). Interseccionalidade e violência contra as mulheres em tempos de pandemia de covid-19: diálogos e possibilidades. *Saúde E Sociedade*, 30(2), e200367. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902021200367>
- Bardin, L. (2004). Análise de conteúdo Lisboa: Edições 70. *Rev. Int. Investig. Cienc. Soc.*
- Berger, S. M. D. (2011). Violência entre parceiros íntimos: desafios no ensino e atenção em saúde. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 35(4), 526-534
- Belei, R. A., Gimenez-Paschoal, S. R., Nascimento, E. N., & Matsumono, P. H. V. R. (2008). O uso de entrevista, observação e videogravação em pesquisa qualitativa. *Cadernos de educação*, (30).
- Blay, Eva Alterman. (2003). Violência contra a mulher e políticas públicas. *Estudos Avançados*, 17(49), 87-98. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300006>

- Bordini, G. S., & Sperb, T. M. (2013). Grupos focais online e pesquisa em psicologia: revisão de estudos empíricos entre 2001 e 2011. *Interação em Psicologia*, 17(2).
- BOLETIM-SENADO. Mulheres e seus Temas Emergentes. Violência doméstica em tempos de COVID-19, abr. 2020 Disponível em:
<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/pdfs/violencia-domestica-em-tempos-de-covid-19>.
- Brasil (2006) . Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006, (Lei Maria da Penha).
- Brasil (2011a). Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Coleção: Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Brasília.
- Brasil. (2011b) Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Brasília: SPM.
- Brasil, Presidência da República, & Secretaria de Políticas para as Mulheres. (2011). Rede de enfrentamento à violência contra as mulheres.
- Brasil (2006) . Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006, (Lei Maria da Penha).
- Bronfenbrenner, U. (Ed.). (2004). Making human beings human: Bioecological perspectives on human development. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Cabral, P. C., & Rodríguez-Díaz, F. J. (2017). Violência Conjugal: Crenças de Atuais e Futuros Profissionais, Implicados na sua Reposta e Prevenção–Direito, Saúde e Educação. *Saber & Educar*, (23), 152-167.
- Calliyeris, V., de Elua Roble, G. L., Costa, C., & da Silva Souza, W. (2015). Pesquisa via internet como técnica de coleta de dados: um balanço da literatura e os principais desafios para sua utilização. *ReMark-Revista Brasileira de Marketing*, 14(4), 479-491.
- Carvalho-Barreto, A., Bucher-Maluschke, J.S.F., Almeida, P.C., & DeSouza, E. (2009). Desenvolvimento humano e violência de gênero: uma integração bioecológica. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22(1), 86-92. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722009000100012>
- Carvalho & D'Affonseca, VIRGINIA: Vinhetas sobre Violência de Gênero, em elaboração.
- Casique, L. C., & Furegato, A. R. F. (2006). VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES: REFLEXÕES TEÓRICAS. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 14(6).
- Capaldi, D. M., Knoble, N. B., Shortt, J. W., & Kim, H. K. (2012). A systematic review of risk factors for intimate partner violence. *Partner abuse*, 3(2), 231-280.

- Cerqueira, D. R. D. C. C., Bueno, S. C., Alves, P. P., Lima, R. S. D., Silva, E. R. A. D., Ferreira, H. R. S. A., ... & Figueiredo, T. D. S. (2020). Atlas da violência 2020.
- Dahlberg, L. L., & Krug, E. G. (2006). Violência: um problema global de saúde pública. *Ciência & Saúde Coletiva*, *11*, 1163-1178.
- Damasio, J. (2015). *Violência contra a Mulher*. São Paulo: Saraiva.
- de Sá, M. C., & Cleone, M. (2019). O impacto do CREAS no combate a violência contra a mulher/The impact of CREAS on combating violence against women. *ID ON LINE REVISTA MULTIDISCIPLINAR E DE PSICOLOGIA*, *13(44)*, 917-929.
- de Alencar-Rodrigues, R., & Cantera, L. (2012). Violencia de género en la pareja: Una revisión teórica. *Psico*, *41(1)*, 116-126.
- de Vasconcelos, V. A. (2020). Coronavírus e violência de gênero contra a mulher no espaço doméstico: pandemias cruzadas. *Cadernos de Informação Jurídica (Cajur)*, *7(1)*, 62-84.
- Durgante, H. B., & Dell'Aglio, D. D. (2018). Critérios metodológicos para a avaliação de programas de intervenção em psicologia. *Avaliação psicológica. São Paulo. Vol. 17, n. 1 (jan./mar. 2018)*, p. 155-162.
- Echeverria, G. B. (2018). A violência psicológica contra a mulher: reconhecimento e visibilidade. *Cadernos de Gênero e diversidade*, *4(1)*, 131-145.
- Fernandes, B. L., Braga, A. C. G., & da Silva, L. C. (2022). A mulher em situação de violência doméstica no contexto da pandemia de Covid-19: revisão integrativa. *Research, Society and Development*, *11(6)*, e37911629233-e37911629233.
- Fragoso, S.; Recuero, R.; Amaral, A. (2011). Métodos de pesquisa para internet. Porto Alegre: Sulina. 239 p. *Galáxia*, (22), 286-291.
- Garcia, L. P., Freitas, L. R. S. D., Silva, G., & Höfelmann, D. A. (2013). Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil. *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*.
- Gesser, Marivete & Block, Pamela & Mello, Anahi. (2020). Estudos da deficiência: interseccionalidade, anticapacitismo e emancipação social.
- Giusto, R. (2011). *Agentes comunitários de saúde e sua concepção sobre família e violência intrafamiliar* (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil).
- Grossi, P. K., Gasparotto, G. P., Duarte, J. das F., Bittencourt, J. V., & Oliveira, T. de. (2015). O Atendimento Especializado às Mulheres em Situação de Violência no

âmbito da rede SUAS: uma demanda invisibilizada. *VII Jornada Internacional de Políticas Públicas- Para Além Da Crise Global: Experiências e Antecipações Concretas, Brasil*.

- Grossi, P. K., Coutinho, A. R. C., & Bitencourt, J. V. (2017). Desafios Do Atendimento À Mulher Em Situação de Violência no Âmbito dos CREAS.
- Hanada, H., D'Oliveira, A. F. P. L., & Schraiber, L. B. (2010). Os psicólogos na rede de assistência a mulheres em situação de violência. *Revista Estudos Feministas*, 18, 33-60.
- Heise, L. (1994). Gender-based abuse: the global epidemic. *Cadernos de Saúde Pública*, 10 (Supl. 1), S135-S145. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1994000500009>
- Instituto Maria da Penha. n.d. Tipos De Violência - Instituto Maria Da Penha.org [online] Available at: <<https://www.institutomariadapenha.org.br/lei-11340/tipos-de-violencia.html>>
- Machado, C., Matos, M. & Gonçalves, M. (2008). *Manual de escala de crenças sobre a violência conjugal (E.C.V.C.) e do inventário de violência conjugal (I.V.C.): escalas de avaliação e manual*. Braga: Editora Psiquilibrios.
- Ministério dos Direitos Humanos, MDH (2019). *MDH divulga dados sobre feminicídio*. [online] Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/agosto/ligue-180-recebe-e-encaminha-denuncias-de-violencia-contras-as-mulheres> [Accessed 12 fev. 2020].
- Moura, J. Q. D., Habigzang, L. F., Matos, M., & Gonçalves, M. (2022). Escala de Crenças Sobre Violência Conjugal (ECV): Versão Brasileira. *Psico-USF*, 26, 603-616.
- Rinaldi, A.A. (2007) Violência e gênero – A construção da mulher como vítima e seus reflexos no Poder Judiciário: a lei Maria da Penha como um caso exemplar. *Revista Direito Vivo*, Universidade Estácio de Sá.
- Rosa, N. F., & Nascimento, C. R. R. (2018). O CREAS PAEFI na perspectiva de mulheres vítimas de violência e profissionais: uma análise a partir da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano. *Psicologia em Revista*, 24(3), 661-685.
- Rolim, K. I., & Faleke, D. (2017). Violência conjugal, políticas públicas e rede de atendimento: percepção de psicólogos (as). *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37, 939-955.

- Santos, K. D. A., da Silva, J. P., & Espinosa, L. M. C. (2020). Autocuidado das Profissionais da Assistência a Mulheres Vítimas de Violência. *Revista de Psicologia da IMED*, 12(2), 22-37.
- Silveira, R. da S., & Nardi, H. C.. (2014). Interseccionalidade gênero, raça e etnia e a lei Maria da Penha. *Psicologia & Sociedade*, 26(spe), 14–24.
<https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000500003>
- Schmidt, B., Palazzi, A., & Piccinini, C. A. (2020). Entrevistas online: potencialidades e desafios para coleta de dados no contexto da pandemia de COVID-19. *Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social*, 8(4), 960-966.

APÊNDICE

APENDICE 1 - TCLE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA / PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(Resolução 466/2012 do CNS)

CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA REDE SOCIOASSISTENCIAL PARA ATENDIMENTO DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA NA CIDADE DE SÃO CARLOS-SP

O (a) Senhor (a) está sendo convidado (a) para participar da pesquisa “Capacitação de profissionais da rede socioassistencial para atendimento de mulheres vítimas de violência na cidade de São Carlos-SP”. O programa é coordenado pela pesquisadora Maiana Pereira dos Santos, mestranda do Programa de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos (USFCar) e vinculada ao Laboratório de Prevenção à Violência (LAPREV) desta universidade.

O objetivo deste estudo é desenvolver e aplicar uma capacitação para profissionais da rede socioassistencial de São Carlos-SP sobre violência de gênero. O (a) senhor (a) foi selecionado (a) por (a) ser maior de 18 anos; (b) ser profissional atuante na rede de proteção do município; e (c) ter disponibilidade para participar dos encontros e realizar as atividades propostas ao longo da capacitação. A sua recusa não trará nenhum prejuízo na sua relação com a pesquisadora ou com a instituição que forneceu os dados. O(a) senhor(a) tem o direito garantido a solicitar o registro do consentimento a qualquer momento da pesquisa.

A coleta de dados será composta por atividades presenciais e online distribuídas em encontros quinzenais e coordenadas pela pesquisadora responsável e tendo como auxiliares estudantes de graduação do curso de Psicologia da UFSCar. A duração do programa é de seis semanas, podendo se estender até oito semanas. Os encontros terão duração de 1h30. Inicialmente, serão coletadas informações para sua identificação. Em seguida, você será encaminhado para a primeira parte da coleta de dados e deverá responder a duas atividades propostas. Posteriormente, você será alocado em um grupo e deverá aguardar o início das atividades presenciais.

Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial. Ou seja, em nenhum momento será divulgado seu nome em qualquer fase do estudo. Quando for necessário exemplificar determinada situação, sua privacidade será assegurada. Os dados coletados poderão ter seus resultados divulgados em eventos, revistas e/ou trabalhos científicos.

O preenchimento destes questionários não oferece risco imediato ao (a) senhor (a), porém considera-se a possibilidade de um risco subjetivo, pois algumas perguntas podem remeter à algum desconforto, evocar sentimentos ou lembranças desagradáveis ou levar à um leve cansaço após responder os questionários. Caso algumas dessas possibilidades ocorram, o senhor (a) poderá optar pela suspensão imediata do programa. Caso o(a) senhor(a) relate desconforto durante ou após aplicação dos instrumentos, a pesquisadora e a equipe do LAPREV estarão preparadas para acolhimento e breve intervenção a fim de garantir que não haverá maiores danos.

O senhor (a) não terá nenhum custo ou compensação financeira ao participar do estudo. Entretanto, todas as despesas com o transporte e a alimentação decorrentes da sua participação na pesquisa, quando for o caso, serão ressarcidas no dia da coleta. Você terá direito a indenização por qualquer tipo de dano resultante da sua participação na pesquisa.

Este trabalho poderá contribuir de forma indireta na ampliação do conhecimento sobre o atendimento a mulheres vítimas de violência.

O (a) senhor (a) receberá uma via deste termo, rubricada em todas as páginas por você e pelo pesquisador, onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal. Você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação agora ou a qualquer momento. A pesquisadora compromete-se a compartilhar com o(a) senhor(a) os resultados da pesquisa após a finalização do programa, da análise de dados e da redação destes resultados obtidos.

O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) em Seres Humanos da UFSCar que funciona na Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos - SP – Brasil. Fone (16) 3351-8028. Endereço eletrônico: cephumanos@ufscar.br.

O CEP é um colegiado interdisciplinar e independentes, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. É dever deste comitê cuidar dos aspectos éticos das pesquisas envolvendo seres humanos, tendo como referenciais básicos da bioética: autonomia, não maleficência, beneficência e justiça, entre outros.

Endereço para contato (24 horas por dia e sete dias por semana):

Pesquisador Responsável: Maiana Pereira dos Santos

Endereço: LAPREV, UFSCar, Rodovia Washington Luiz, Km 235, São Carlos-SP.

Contato telefônico: (16) 98254-2459 ou (77) 99194-0588

e-mail: maianapds@gmail.com

() Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

APÊNDICE 2 – Estudos de caso apresentados na Capacitação

MARIA

Maria é uma mulher de 43 anos que trabalha como executiva em uma grande empresa farmacêutica. Foi nessa empresa que ela conheceu seu namorado, Rodrigo, que tem um emprego similar e tão estressante quanto o de Maria. As coisas no relacionamento pareciam estar indo bem até que eles foram morar juntos. Só quando passam a conviver que Maria percebe como Rodrigo é exigente e como ele fica furioso e depreciativo quando eles discutem. Após a última discussão, Rodrigo quebrou um vaso de cristal que era uma herança da avó de Maria. Maria está cada vez mais deprimida. Ela gostaria de fazer as coisas funcionarem, mas teme que esses comportamentos não possam ser mudados.

ANA

Ana é uma mulher de 25 anos que está grávida de 5 meses do segundo filho e cuja filha mais velha, fruto de um relacionamento anterior, tem 8 anos. Ela trabalha como vendedora em uma loja de roupas e é casada há pouco mais de um ano com Fabio: 31 anos e balconista em uma farmácia. Além disso, Ana cursava administração em uma faculdade particular, mas trancou o curso porque sua mãe teve problemas de saúde e não pode mais ajudar a cuidar da neta. Ela sentiu que seu relacionamento com Fabio começou a mudar depois que voltou a estudar. O marido começou a questioná-la sobre o horário em que chegava em casa e sobre as pessoas com quem ela estava. Fabio também começou a relatar estar mais estressado com o trabalho e tem bebido mais que o comum; o que provocou mais brigas entre eles. Em uma delas, Fabio chegou a empurrar Ana em cima de um móvel que se quebrou. Ana e o bebê ficaram bem e Fabio pediu desculpas por ter se excedido. Ele propôs a Ana que deixasse o emprego e a faculdade para que ela possa cuidar do bebê e ele proveria o necessário financeiramente. Ana tem se sentido angustiada e deprimida com a situação e não sabe o que fazer.

FRANSCISCA

Francisca é uma mulher de 39 anos que já trabalhou em diversos empregos e atualmente encontra-se desempregada. Ela mora com o companheiro Jorge, 44 anos, este operário em construção civil. Os dois moram na zona rural de uma cidade de médio porte com uma filha de 16 anos e dois filhos, estes com 11 e 5 anos, sendo o mais novo portador de paralisia cerebral. A família estendida mais próxima é a de Jorge, pois, Francisca rompeu com a família de origem e mudou de cidade ao não receber apoio dos familiares acerca do relacionamento. O casal briga com certa constância e os motivos das brigas variam entre assuntos financeiros, filhos e ciúmes tanto de Francisca (que acredita ter sido traída diversas vezes pelo marido nos momentos de ausência dele; coisa que ele nega) quanto de Jorge (que não vê motivos para que ela queira “sair tanto de casa já que está desempregada”). Em algumas das brigas Jorge chegou a agredir Francisca fisicamente, inclusive durante a gravidez do filho caçula, o que fez com que ela se sentisse responsável pelo quadro de saúde do filho. Francisca tem se sentido desamparada e por vezes gostaria de sair deste relacionamento, mas teme que os filhos sofram com a situação. Ela sente que a situação afetou sua vontade de cuidar da própria saúde e aparência (questão que Jorge por vezes reclama). Em alguns momentos de raiva ameaçou deixar o companheiro, mas recebeu de volta algumas ameaças que a fizeram temer pela própria vida. Ela não tem para onde ir, não tem perspectiva de nenhum recurso financeiro para se manter caso deixe Jorge e teme não dar conta dos cuidados que o filho mais novo necessita caso não esteja mais com o pai dele. Francisca também teme que algo aconteça com ela em um local isolado como o que residem e não sabe como procurar por ajuda.

ANTÔNIA

Antônia, 35 anos, trabalha como empregada doméstica. Ela separou-se há três meses de Saulo, 36, que trabalha como auxiliar em um açougue. Junto a Saulo teve dois filhos, um menino de 5 anos e outro de 1 ano e meio. Além dos filhos com Saulo, Antônia também possui uma filha de 12 anos que ajuda a cuidar dos irmãos mais novos quando a mãe precisa. Antônia não tem contato com o pai da filha mais velha e nunca o procurou pois segundo ela: “*ele não era uma boa pessoa*” e “*já deve ter morrido*”. Antônia e os filhos atualmente moram em um “puxadinho” anexo a casa de uma tia idosa e adoentada. O relacionamento com Saulo começou como um conto de fadas e nos últimos anos teve vários altos e baixos, com ameaças de separação e voltas. Esta foi a primeira separação em que Antônia de fato chegou a sair de casa, o que gerou tanto surpresa quanto revolta em Saulo. Vários foram os conflitos vividos pelo casal: a personalidade “mais agressiva” de Antônia (relatada por Saulo e confirmada por Antônia), os ciúmes de Saulo, os problemas financeiros, a falta de libido de Antônia, as divergências sobre a maneira de criar as crianças e os limites que deveriam ser impostos a elas, as humilhações constantes que Antônia sofreu pelo companheiro. A “gota d’água” para Antônia foi uma surra que tomou de Saulo e os olhares que percebeu que ele direcionava para sua filha agora que ela estava se tornando “mocinha”. Saulo começou a seguir Antônia na saída do trabalho e ameaçá-la. A patroa de Antônia sugeriu que ela fizesse uma denúncia na delegacia contra o ex-companheiro. Antônia está se sentindo cansada e confusa. Ela admite que tem medo de que as ameaças dele não sejam vazias, mas considera que apesar de tudo ele é um bom pai para os filhos menores (coisa que ela nunca teve) e não gostaria que ele fosse preso.

ADRIANA

Adriana, 40 anos, é assistente social e atua na rede pública de uma cidade de pequeno porte. Sua vida nunca foi fácil e hoje ela olha com orgulho o lugar em que chegou: pagando a casa própria, em um emprego estável onde tem boa relação com os colegas de trabalho, e, com o diploma que lutou para conseguir depois de trabalhar durante o dia para poder pagar o estudo a noite. Adriana não possui namorado ou companheiro e evita relações devido a experiências passadas traumatizantes. Filha de pai opressor (e alcoólatra) e mãe submissa, ambos trabalhadores rurais, passou a infância presenciando os abusos do pai: surras na mãe, nela e nos irmãos quando ele estava com raiva; xingamentos constantes; necessidades que deviam ser atendidas de imediato para evitar que ele ficasse ainda mais alterado. Adriana casou-se aos 17 para poder sair de casa e somente depois de muito tempo (e do curso de Serviço Social) entendeu que aquela relação que viveu era abusiva. Adriana gostaria de ter aprendido sobre as consequências de relações mais cedo porque acredita que isso poderia ter salvado a vida de sua mãe (que faleceu pouco depois dela sair de casa). Gostaria de ter sabido identificar antes que violência em relacionamentos era mais do que as surras que sua mãe tomava e que as pressões que sofria do ex-companheiro sobre aparência, dinheiro, sexo e gravidez também eram violência. Adriana já se identificou muitas vezes nos relatos das mulheres e crianças que atende. Em seu tempo livre faz cursos, estuda e pensa sobre o trabalho e por conta disso mal consegue fazer outras atividades de lazer. Recentemente um caso mexeu bastante com ela: uma mulher que atendia foi assassinada pelo companheiro. Adriana tem se sentido culpada por não ter percebido que a acompanhada estava sob risco. Isso tem tido efeito sobre sua saúde (perdeu peso, não consegue dormir direito) e sobre seu trabalho (teve algumas crises de ansiedade antes de atendimentos). Os colegas de equipe perceberam que Adriana tem estado mal e sinalizaram à coordenadora que gostariam de conversar sobre isso em reunião. Adriana está com vergonha e não gostaria de ter que discutir sobre isso com os colegas porque não quer que a achem incapaz de executar bem o seu trabalho.

JULIANA

Juliana, 30 anos, é operadora de teleatendimento. Atualmente está internada em um hospital geral para tratamento dos ferimentos provocados por seu ex-companheiro. Miguel, também 30 anos, motoboy, foi até o trabalho de Juliana e deu quatro tiros nela antes de fugir. Juliana ainda lembra do momento da dor e da certeza que iria morrer. Três balas a atingiram, apenas uma de raspão. Foram vários dias na UTI até que fosse descartado o risco de morte. A relação de ambos foi marcada por alguns conflitos, mas Juliana não esperava que chegasse a esse ponto; ela inclusive considerava que já tinha vivido relações bem mais violentas. A primeira relação sexual de Juliana foi forçada e ocorreu quando ainda era adolescente. O rapaz de quem ela gostava não parou quando ela solicitou e repetia que ela tinha sorte de ele a querer “mesmo com essa cadeira de rodas” e “aproveita que pode ser só essa vez na vida”. Juliana chegou em casa com a ajuda de uma amiga e nunca contou a mãe e nem as irmãs o que aconteceu. A família de Juliana era rígida. Eles não queriam que ela namorasse e diziam temer que outros se aproveitassem da condição dela ou piorassem a sua “saúde delicada”. Juliana diz que Miguel tinha sido diferente no início por decidir assumir um namoro sério com ela e porque até sentia ciúmes dela com outros rapazes. Mas, ela se cansou de ouvir constantemente desculpas para que ele não a levasse nos lugares por “atrapalhar” ou por ser “difícil”. Cansou-se do jeito grosseiro que ele a tratava na frente de alguns amigos dele e do fato de ele rir das piadas de mau gosto (sobre ela) que alguns deles faziam. Ela nunca levou a sério as ameaças de que “ela não seria de

mais ninguém” até o dia que ele tentou a matar. Agora está angustiada com e medo de que tirem a autonomia que ela tanto gosta e lutou para conseguir. Além disso, está descontente com o jeito preconceituoso que a trataram no hospital e já imagina que terá que lidar com muita gente com ações parecidas nos outros serviços que irão a encaminhar.

APÊNDICE 3 – FICHAS DE AVALIAÇÃO DOS ENCONTROS

Avaliação de Encontro: _____ 00/00/2020

*Obrigatório

1.Nome* _____

2. Turma*

() Manhã

() Tarde

Chegamos ao fim do encontro X:
MARIA/ANA/FRANCISCA/ANTÔNIA/ADRIANA/JULIAN
Nesse momento gostaríamos da sua avaliação do encontro.

Conteúdo

1. O tema foi abordado de forma interessante*

() Discordo totalmente – () Discordo parcialmente - () Indiferente – () Concordo parcialmente – () Concordo totalmente

2. Os conteúdos abordados são relevantes e atualizados*.

() Discordo totalmente – () Discordo parcialmente - () Indiferente – () Concordo parcialmente – () Concordo totalmente

3. Minha expectativa em relação ao tema foi satisfeita.*

() Discordo totalmente – () Discordo parcialmente - () Indiferente – () Concordo parcialmente – () Concordo totalmente

4. A relação entre a bibliografia e os respectivo tema de aula foi satisfatória.*

() Discordo totalmente – () Discordo parcialmente - () Indiferente – () Concordo parcialmente – () Concordo totalmente

5. O material utilizado neste encontro é claro e preciso*

() Discordo totalmente – () Discordo parcialmente - () Indiferente – () Concordo parcialmente – () Concordo totalmente

6. O material utilizado pode ser útil para minha atuação profissional.*

() Discordo totalmente – () Discordo parcialmente - () Indiferente – () Concordo parcialmente – () Concordo totalmente

7. A conferência de vídeo foi adequada para este encontro.*

() Discordo totalmente – () Discordo parcialmente - () Indiferente – () Concordo parcialmente – () Concordo totalmente

8. Os materiais utilizados na apresentação foram adequados. (slides, vídeos ou imagens).*

() Discordo totalmente – () Discordo parcialmente - () Indiferente – () Concordo parcialmente – () Concordo totalmente

9. O material utilizado foi ilustrativo.*

() Discordo totalmente – () Discordo parcialmente - () Indiferente – () Concordo parcialmente – () Concordo totalmente

Com relação à qualidade do programa do encontro, de modo geral, ela foi:

1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 ()

Em relação às minhas expectativas o encontro foi:

1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 ()

Participação nas discussões

1. O grupo me deixou confortável para participar das discussões.

() Discordo totalmente – () Discordo parcialmente - () Indiferente – () Concordo parcialmente – () Concordo totalmente

2. Os outros participantes pareciam se sentir confortáveis em participar das discussões.

() Discordo totalmente – () Discordo parcialmente - () Indiferente – () Concordo parcialmente – () Concordo totalmente

3. As discussões sobre o tema foram interessantes.

() Discordo totalmente – () Discordo parcialmente - () Indiferente – () Concordo parcialmente – () Concordo totalmente

4. As discussões sobre o tema foram relevantes.

() Discordo totalmente – () Discordo parcialmente - () Indiferente – () Concordo parcialmente – () Concordo totalmente

5. Os assuntos discutidos atenderam minhas expectativas.

() Discordo totalmente – () Discordo parcialmente - () Indiferente – () Concordo parcialmente – () Concordo totalmente

6. As discussões em grupo podem ajudar na minha prática profissional.

() Discordo totalmente – () Discordo parcialmente - () Indiferente – () Concordo parcialmente – () Concordo totalmente

Minha motivação para aprendizado foi:

1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 ()

Condução do grupo

1. A mediadora demonstrou domínio sobre o tema.

() Discordo totalmente – () Discordo parcialmente - () Indiferente – () Concordo parcialmente – () Concordo totalmente

2. A sequência de apresentação foi clara e facilitou o entendimento.

() Discordo totalmente – () Discordo parcialmente - () Indiferente – () Concordo parcialmente – () Concordo totalmente

3. Foram feitas intervenções nas discussões nos momentos necessários.

() Discordo totalmente – () Discordo parcialmente - () Indiferente – () Concordo parcialmente – () Concordo totalmente

4. Os conceitos principais foram retomados quando necessários.

() Discordo totalmente – () Discordo parcialmente - () Indiferente – () Concordo parcialmente – () Concordo totalmente

Use esse espaço para comentários adicionais e sugestões:

APÊNDICE 4 – Notícias Publicadas em Canais de Comunicação Sobre o Curso

UFSCar realiza curso sobre atendimento psicossocial de mulheres

Objetivo é capacitar os participantes para o atendimento de mulheres em situação de violação de direitos. Oportunidade é gratuita e de forma remota

ACidade ON - São Carlos | ACidadeON/São Carlos
5/8/2020 13:39



Foto: Pixabay

A Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) está com inscrições abertas para o curso gratuito de Capacitação para Atendimento Psicossocial de Mulheres (Cassia), que visa capacitar os participantes para o atendimento de mulheres em situação de violação de direitos. Encontros serão virtuais e começam em 26 de agosto.

A iniciativa é parte de um projeto de pesquisa e intervenção desenvolvido por Maiana Pereira dos Santos, aluna de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPs) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), sob orientação de Sabrina Mazo DAffonseca, docente do Departamento de Psicologia (DPsi) e pesquisadora do Laboratório de Análise e Prevenção da Violência (LAPREV) da Instituição.

O curso surgiu a partir de uma demanda social, que mostra que a violência incidida sobre mulheres independe de classes sociais, origens, escolaridade ou raça e se apresenta de diversas formas: física, moral, psicológica, patrimonial e sexual. Além disso, esse fenômeno evidencia desigualdades - muitas vezes naturalizadas - entre gêneros.

O estudo do tema ganha destaque a partir de lutas de movimentos feministas e promoveu mudanças nos paradigmas jurídicos e de políticas públicas. Dentre os mecanismos de enfrentamento e prevenção a esse tipo de violência está a capacitação de profissionais das redes de atenção especializada e não especializada à mulher, o que se configura como o objetivo do curso.

Podem participar profissionais que atuam nas redes socioassistenciais do Centro de Referência de Assistência Social (Cras) ou do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), da cidade de São Carlos.

O curso tem início previsto para o dia 26 de agosto, com a realização de seis encontros virtuais a cada 15 dias. As atividades incluem discussões online síncronas, exercícios de estudo e produção de trabalho final, contabilizando 30 horas de dedicação. Ao final, os participantes receberão certificado emitido pela Pró-Reitoria de Extensão (ProEx) da UFSCar.

Profissionais interessados devem preencher formulário online, até 12 de agosto. Após esse período, a pesquisadora entrará em contato com os inscritos para mais informações. Dúvidas podem ser esclarecidas pelo e-mail maianapds@gmail.com.



Curso da UFSCar sobre atendimento psicossocial de mulheres recebe inscrições até 12 de agosto

Escrito por Ivan Lucas | Ago 05, 2020 | tamanho da fonte



Objetivo é capacitar os participantes para o atendimento de mulheres em situação de violação de direitos

Publicado em
Educação

Marcado sob
UFSCar mulheres
inscrições São Carlos

Avalie este item



SÃO CARLOS/SP - Estão abertas, até o dia 12 de agosto, as inscrições para o Curso de Capacitação para Atendimento Psicossocial de Mulheres (Cassia), que é gratuito e visa capacitar os participantes para o atendimento de mulheres em situação de violação de direitos. A iniciativa é parte de um projeto de pesquisa e intervenção desenvolvido por Maiana Pereira dos Santos, aluna de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPs) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), sob orientação de Sabrina Mazo D'Afonseca, docente do Departamento de Psicologia (DPsi) e pesquisadora do Laboratório de Análise e Prevenção da Violência (LAPREV) da Instituição. O curso surgiu a partir de uma demanda social, que mostra que a violência incidida sobre mulheres independe de classes sociais, origens, escolaridade ou raça e se apresenta de diversas formas: física, moral, psicológica, patrimonial e sexual. Além disso, esse fenômeno evidencia desigualdades - muitas vezes naturalizadas - entre gêneros. O estudo do tema ganha destaque a partir de lutas de movimentos feministas e promoveu mudanças nos paradigmas jurídicos e de políticas públicas. Dentre os mecanismos de enfrentamento e prevenção a esse tipo de violência está a capacitação de profissionais das redes de atenção especializada e não especializada à mulher, o que se configura como o objetivo do curso.

Podem participar profissionais que atuam nas redes socioassistenciais do Centro de Referência de Assistência Social (Cras) ou do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), da cidade de São Carlos. O curso tem início previsto para o dia 26 de agosto, com a realização de seis encontros virtuais a cada 15 dias. As atividades incluem discussões online síncronas, exercícios de estudo e produção de trabalho final, contabilizando 30 horas de dedicação. Ao final, os participantes receberão certificado emitido pela Pró-Reitoria de Extensão (ProEx) da UFSCar.

Profissionais interessados devem preencher este formulário online (<https://bit.ly/31cXkVq>), até 12 de agosto. Após esse período, a pesquisadora entrará em contato com os inscritos para mais informações. Dúvidas podem ser esclarecidas pelo e-mail maianapds@gmail.com.

ANEXOS

ANEXO 1 – VIRGINIA

VIRGINIA - Vinhetas sobre Violência de Gênero

(Sophia Da Rosa Carvalho & Sabrina Mazo D’Affonseca)

As questões a seguir objetivam conhecer um pouco mais a respeito de você e da sua formação profissional.

1. Qual é sua idade? _____ anos
2. Qual é seu gênero? () Masculino () Feminino () Não binário
3. Qual a sua situação conjugal?
() Solteiro
() Namorando, mas não morando junto
() Morando com namorado(a)
() Casado(a)/união estável
() Separado/divorciado
() Viúvo
4. Qual é a sua escolaridade?
() Ensino fundamental incompleto
() Ensino fundamental completo
() Ensino médio incompleto
() Ensino médio completo
() Escola técnica completa
() Ensino superior incompleto
() Ensino superior completo
() Pós graduação
5. Qual é a sua área de formação? _____
6. Atualmente qual é a sua área de atuação? _____
7. Qual é o cargo que você ocupa? _____
8. Há quanto tempo você está nesse cargo? _____
9. No local de seu trabalho, você atende mulheres?
() Sim () Não
10. No seu trabalho, você já teve/acompanhou algum caso de violência contra a mulher?
() Sim () Não () Não sei

A seguir serão apresentadas algumas questões específicas sobre sua experiência e formação com mulheres vítimas de violência.

11. Ao longo da sua formação profissional, você teve alguma disciplina sobre violência de gênero?
() Sim () Não
12. Você já fez algum curso sobre violência de gênero?
() Sim () Não
13. Caso você tenha feito algum curso sobre o tema, descreva-o brevemente.

14. De que maneira você costuma obter informações sobre violência de gênero?
- Posts em redes sociais
 - Reportagens de jornais/revistas
 - Notícias em telejornais
 - Publicações de relatórios
 - Artigos científicos
 - Livros
 - Conversa com outros profissionais
 - Outros. Quais? _____
15. Que tipo de informações você considera que seria importante para sua atuação profissional com mulheres vítimas de violência?
16. Quais as dificuldades pessoais/profissionais você tem para conduzir esses casos?
17. Quais os pontos positivos em lidar com esse público?
18. Se você pudesse indicar melhorias/soluções para prevenção da violência de gênero, o que você sugeriria?

A seguir você vai ler 6 histórias sobre supostos casos que chegaram para você durante sua prática profissional. Para cada história, existem dois personagens principais e você será solicitado a responder algumas questões discursivas sobre o caso que leu, de acordo com sua opinião e conduta profissional sobre o assunto.

Vera e Carlos

Vera, 62 anos, chegou ao serviço abalada e chorando. No atendimento contou que é casada há 30 anos com Carlos, 63 anos, com quem tem 3 filhos. Ela relata que desde o início do casamento, o marido tinha o costume de sair para beber com os amigos do trabalho após um dia estressante. Com o passar do tempo, o costume se tornou mais rotineiro e Carlos abusava da bebida no final do expediente. Vera diz que sempre se incomodou com a questão, mas nunca expressou seu descontentamento, acreditando que por ela não trabalhar e ele “botar comida dentro de casa” ela não teria o direito de reclamar. O casal estava vivendo um período tenso já que a fábrica que Carlos trabalha indicou que iria despedir alguns dos seus funcionários e Carlos estava muito apreensivo com a possibilidade de ser demitido. Na última semana, ao chegar em casa à noite depois do bar, Carlos não encontrou a esposa que estava com uma amiga. Quando retornou para casa, foi recebida aos gritos pelo marido, que estava muito alterado e bravo por sua ausência. Vera conta, em meio ao choro, que durante a discussão Carlos a empurrou e ela caiu no chão, fraturando o braço. Na manhã seguinte, o marido se mostrou muito arrependido pela situação, pedindo perdão à esposa. Vera diz que não sabe o que fazer, pois tem medo de prestar queixas, Carlos ser afastado e ela acabar passando necessidades, pois não possui renda própria e os filhos moram em outra cidade.

Você considera que houve algum tipo de violência na situação apresentada? Não Sim.
Qual(is)? _____

Carlos foi totalmente responsável								Fabiana foi totalmente responsável
--	--	--	--	--	--	--	--	---

- c) Imagine que o caso chegue até você, o que você faria nesta situação?
- d) Tendo em vista sua atuação profissional, você julga necessário o encaminhamento?
- e) Se sim, para quem?

Luiza e Rafael

Luiza, 33 anos, chegou abatida ao serviço contando que vive uma união estável, mas não formal com Rafael, 40 anos, com quem mora junto. Divide um apartamento com Rafael e com o filho de Luiza, Davi, de 7 anos, fruto de outro relacionamento. Ela afirma que no início do namoro Rafael era prestativo e enchia Luiza e Davi de carinho e presentes. Depois de alguns meses morando todos juntos, ela conta que Rafael começou a se distanciar dela e ter algumas condutas com Davi que Luiza não concordava. Em uma das brigas com Luiza, Rafael afirmou que foi a presença de Davi a causa do distanciamento do casal. Logo em seguida, fez uma ligação para o pai de Davi, e em tom de denúncia, disparou que Luiza não cuidava bem de Davi, deixando-o sozinho em casa para sair com as amigas, e que ela gritava e batia no filho. Muito assustada, Luiza afirma que as denúncias de Rafael não são verdadeiras e que ela teme que o pai de Davi acredite e consiga a guarda da criança.

- a) Você considera que houve algum tipo de violência na situação apresentada? () Não () Sim. Qual(is)? _____
- b) Indique quem foi responsável pelo acontecimento na sua opinião.

Rafael foi totalmente responsável								Luiza foi totalmente responsável
--	--	--	--	--	--	--	--	---

- c) Imagine que o caso chegue até você, o que você faria nesta situação?
- d) Tendo em vista sua atuação profissional, você julga necessário o encaminhamento?
- e) Se sim, para quem?

Gabriel e Juliana

Juliana, 37 anos, chegou ao serviço bastante abatida. Quando perguntada sobre sua demanda, começou explicando que estava noiva de Gabriel, 33 anos, com o casamento já marcado e a cerimônia sendo planejada. Ela relata que desde que os preparativos começaram a ser

realizados, Gabriel aparentou estar muito ansioso e inseguro. Juliana acabou descobrindo, por uma conversa com sua cunhada, que o noivo cogitava o adiamento do casamento. Bastante descontente, conta que resolveu questioná-lo e em uma discussão calorosa, em que ambos trocaram acusações, Juliana o criticou por não ter sido verdadeiro, enquanto Gabriel tentou se justificar dizendo que ainda não estava certo sobre seu desejo de adiar a cerimônia e por esse motivo não havia falado nada para a noiva. Após a conversa exaltada, ambos resolveram por cancelar o casamento. Juliana afirma que está se sentindo muito desamparada, sem forças para ir trabalhar ou fazer qualquer outra coisa e com dificuldades para dormir.

a) Você considera que houve algum tipo de violência na situação apresentada? ()
 Não () Sim. Qual(is)? _____

b) Indique quem foi responsável pelo acontecimento na sua opinião.

**Gabriel foi
totalmente
responsável**

--	--	--	--	--	--	--

**Juliana foi
totalmente
responsável**

- c) Imagine que o caso chegue até você, o que você faria nesta situação?
 d) Tendo em vista sua atuação profissional, você julga necessário o encaminhamento?
 e) Se sim, para quem?

ANEXO 2 –ESCALA DE CRENÇAS DA VIOLÊNCIA CONJUGAL

Escala de Crenças da Violência Conjugal

Vai encontrar de seguida um conjunto de afirmações em relação às situações de maus tratos e conflito dentro do casamento (ou relações maritais). Pede-se que **leia atentamente** essas frases e exprima a sua opinião em relação a cada uma delas. Não existem respostas certas ou erradas. A **sua opinião** é o mais importante. Por favor, tente responder de acordo com a sua forma de pensar e sentir e **não como acha que deveria ser**.

Avalie cada afirmação, colocando um **(X)** na opção que melhor traduza o seu modo de pensar. Assegure-se de que respondeu a todas as questões, devendo optar **apenas por uma das hipóteses** apresentadas.

As respostas a este questionário são confidenciais e anónimas

E. C. V. C. – 2¹

- 1 - **O problema dos maus tratos dentro do casamento afecta uma pequena percentagem da população.**
- | | | | | |
|--------------------------|--------------------------|------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| Discordo Totalmente | Discordo | Não Concordo
Nem Discordo | Concordo | Concordo Totalmente |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
- 2 - **Os maus tratos ocorrem apenas em famílias de baixo nível educacional e económico.**
- | | | | | |
|--------------------------|--------------------------|------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| Discordo Totalmente | Discordo | Não Concordo
Nem Discordo | Concordo | Concordo Totalmente |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
- 3 - **Os maus tratos só ocorrem quando há outros problemas dentro da família (p. ex., desemprego, consumo de drogas, problemas de dinheiro).**
- | | | | | |
|--------------------------|--------------------------|------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| Discordo Totalmente | Discordo | Não Concordo
Nem Discordo | Concordo | Concordo Totalmente |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
- 4 - **O mais importante para as crianças é que a família permaneça unida, mesmo quando há violência no casal.**
- | | | | | |
|--------------------------|--------------------------|------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| Discordo Totalmente | Discordo | Não Concordo
Nem Discordo | Concordo | Concordo Totalmente |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

¹ Versão para investigação de M. Matos, C. Machado e M. Gonçalves (2001)

- 5 - **É a ideia de as mulheres quererem ter tantos direitos como os homens que causa problemas entre o casal.**
- | | | | | |
|--------------------------|--------------------------|------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| Discordo Totalmente | Discordo | Não Concordo
Nem Discordo | Concordo | Concordo Totalmente |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
- 6 - **A causa da violência é o abuso de álcool.**
- | | | | | |
|--------------------------|--------------------------|------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| Discordo Totalmente | Discordo | Não Concordo
Nem Discordo | Concordo | Concordo Totalmente |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
- 7 - **A preocupação com a situação das mulheres que são maltratadas no casamento só serve para separar as famílias.**
- | | | | | |
|--------------------------|--------------------------|------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| Discordo Totalmente | Discordo | Não Concordo
Nem Discordo | Concordo | Concordo Totalmente |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
- 8 - **Os homens batem nas mulheres apenas quando “estão de cabeça perdida”, por algum problema nas suas vidas ou por alguma coisa que elas fizeram.**
- | | | | | |
|--------------------------|--------------------------|------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| Discordo Totalmente | Discordo | Não Concordo
Nem Discordo | Concordo | Concordo Totalmente |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
- 9 - **Se as mulheres se portarem como boas esposas não serão maltratadas.**
- | | | | | |
|--------------------------|--------------------------|------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| Discordo Totalmente | Discordo | Não Concordo
Nem Discordo | Concordo | Concordo Totalmente |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
- 10 - **Os homens passam a agredir as mulheres porque se envolvem em relações extra-conjugais.**
- | | | | | |
|--------------------------|--------------------------|------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| Discordo Totalmente | Discordo | Não Concordo
Nem Discordo | Concordo | Concordo Totalmente |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
- 11 - **Uma parceira infiel merece ser maltratada.**
- | | | | | |
|--------------------------|--------------------------|------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| Discordo Totalmente | Discordo | Não Concordo
Nem Discordo | Concordo | Concordo Totalmente |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

- 12 - **Se a minha parceira me insulta, tenho razões para a agredir.**
- | | | | | |
|--------------------------|--------------------------|------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| Discordo Totalmente | Discordo | Não Concordo
Nem Discordo | Concordo | Concordo Totalmente |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
- 13 - **Algumas mulheres merecem que lhes batam.**
- | | | | | |
|--------------------------|--------------------------|------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| Discordo Totalmente | Discordo | Não Concordo
Nem Discordo | Concordo | Concordo Totalmente |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
- 14 - **Um homem tem o direito de castigar a mulher se ela faltar ao cumprimento dos seus deveres conjugais.**
- | | | | | |
|--------------------------|--------------------------|------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| Discordo Totalmente | Discordo | Não Concordo
Nem Discordo | Concordo | Concordo Totalmente |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
- 15 - **Em casos de violência conjugal, a polícia deve apenas tentar acalmar os ânimos e reconciliar o casal.**
- | | | | | |
|--------------------------|--------------------------|------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| Discordo Totalmente | Discordo | Não Concordo
Nem Discordo | Concordo | Concordo Totalmente |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
- 16 - **Dar uma bofetada à parceira quanto se está aborrecido ou irritado é normal; é uma coisa sem gravidade.**
- | | | | | |
|--------------------------|--------------------------|------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| Discordo Totalmente | Discordo | Não Concordo
Nem Discordo | Concordo | Concordo Totalmente |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
- 17 - **A violência conjugal é um assunto privado. Deve ser resolvido em casa.**
- | | | | | |
|--------------------------|--------------------------|------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| Discordo Totalmente | Discordo | Não Concordo
Nem Discordo | Concordo | Concordo Totalmente |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
- 18 - **Os insultos são normais entre um casal.**
- | | | | | |
|--------------------------|--------------------------|------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| Discordo Totalmente | Discordo | Não Concordo
Nem Discordo | Concordo | Concordo Totalmente |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

- 19 - **Uma mulher deve retirar a queixa de maus tratos contra o marido sempre que este lhe peça desculpa pelo que fez.**
- | | | | | |
|--------------------------|--------------------------|------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| Discordo Totalmente | Discordo | Não Concordo
Nem Discordo | Concordo | Concordo Totalmente |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
- 20 - **Se as pessoas permanecem numa relação violenta, é porque merecem a situação em que vivem.**
- | | | | | |
|--------------------------|--------------------------|------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| Discordo Totalmente | Discordo | Não Concordo
Nem Discordo | Concordo | Concordo Totalmente |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
- 21 - **Entre marido e mulher ninguém deve “meter a colher”.**
- | | | | | |
|--------------------------|--------------------------|------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| Discordo Totalmente | Discordo | Não Concordo
Nem Discordo | Concordo | Concordo Totalmente |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
- 22 - **Uma bofetada não magoa ninguém.**
- | | | | | |
|--------------------------|--------------------------|------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| Discordo Totalmente | Discordo | Não Concordo
Nem Discordo | Concordo | Concordo Totalmente |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
- 23 - **Algumas mulheres fazem os homens “perder a cabeça” e, por isso, é natural que eles lhes batam.**
- | | | | | |
|--------------------------|--------------------------|------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| Discordo Totalmente | Discordo | Não Concordo
Nem Discordo | Concordo | Concordo Totalmente |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
- 24 - **Maridos e mulheres sempre se bateram. É natural e não tem nada de mal.**
- | | | | | |
|--------------------------|--------------------------|------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| Discordo Totalmente | Discordo | Não Concordo
Nem Discordo | Concordo | Concordo Totalmente |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
- 25 - **É mais aceitável um homem bater na mulher do que ao contrário.**
- | | | | | |
|--------------------------|--------------------------|------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| Discordo Totalmente | Discordo | Não Concordo
Nem Discordo | Concordo | Concordo Totalmente |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

Participante 1

Bruna é uma mulher de 28 anos, tem uma filha de 02 anos, fruto do seu relacionamento atual. Atualmente ela está desempregada, e é casada há 06 anos com João: 40 anos e mecânico em uma oficina. Bruna morava em outro município, cujo era seu local de nascimento e onde toda a sua família reside. O casal mudou de cidade a fim de tentarem melhorar a situação financeira. Bruna notou que o seu relacionamento mudou depois que mudaram de cidade, visto que João começou a ficar agressivo, e passou a agredi-la a mais de 2 anos, e sua filha sempre presenciou as agressões. Bruna sempre foi privada de trabalhar, afinal, era uma maneira de se tornar totalmente dependente financeiramente do marido. João sempre deixou evidente, que caso Bruna se separasse dele, ela morreria de fome, pois não tem fontes de renda para sobreviver. Há meses, Bruna vem se sentindo triste, às vezes com ideias suicidas, e chegou a desencadear transtorno bipolar, tomando medicações controladas. Na última discussão, por não ter feito o almoço no horário em que João gostaria, ele desferiu socos, empurrões e puxões de cabelo na Bruna, que ocasionou a perda de alguns dentes e lesões na perna esquerda. Em seguida, João expulsou Bruna e a filha de casa, onde passaram a noite na rua. No dia seguinte, Bruna tomou a decisão de procurar ajuda e se separar de João.

Redes de apoio: Neste caso, seria necessário encaminhar Bruna para realizar um Boletim de Ocorrência na Delegacia da Mulher, posteriormente, acionar o CRAM - Centro de Referência em Atendimento a Mulher, para que ela receba as devidas orientações e ajudas. Consequentemente, acionar a Unidade Básica de Saúde para averiguar as medicações que a Bruna utiliza. E visto o risco que a Bruna sofre por estar na rua, tentar verificar uma casa de acolhimento para que a referida e sua filha passem a noite. Por fim, acionar a Secretaria de Assistência Social, a fim de solicitar passagens para que Bruna retorne a sua cidade de origem, onde estão os seus familiares.

Fatores de risco: Por estar sem medicações há alguns dias, ela corre o risco de entrar em um surto psicótico, e colocar em risco a sua filha, que depende dela. E um dos maiores riscos, seria o encontro com João, sem saber qual seria a reação dele quando as encontrasse.

Participante 2

Jessica é uma mulher de 45 anos, mãe de três filhos, que atualmente está se separando do companheiro Eduardo. Namoraram desde a juventude, noivaram e casaram-se, após 5 anos de namoro. Depois do casamento, os conflitos apareceram de forma intensa, Eduardo apresentava ciúme excessivo de Jessica, não permitia que ela tivesse contato próximo com os amigos. Eduardo fazia uso intensivo de álcool, bebia diariamente, iniciando brigas com a esposa, acreditando que ela o estava traindo. Ambos decidiram que iriam se separar, e, sendo assim, partilharam alguns bens. Após um período afastados, houve um reencontro, do qual resultou a gestação da primeira filha do casal. Concordaram em reatar o relacionamento, porém os conflitos permaneceram. Eduardo passou a humilhar publicamente Juliana, a ofendê-la de diversas formas e eventualmente, a agredia. Certa vez, colocou Juliana no carro e dirigiu perigosamente pela rodovia, ameaçando sua vida e a do bebê. A família foi crescendo, Jessica teve outros 2 filhos com Eduardo, nesta dinâmica de violência moral, psicológica e física.

Jéssica se sente deprimida, tem chorado frequentemente e está sem esperanças de que possa modificar algo em sua relação. Ela tem feito bicos como revendedora de produtos de beleza, gostaria de alcançar uma ocupação em sua área de atuação, é formada em biologia. Eduardo trabalha em uma oficina mecânica, tem se esforçado para manter os clientes em período de crise da economia. Por terem uma certa renda, não são público para percepção de benefícios socioassistenciais, entretanto as despesas tem aumentado, e o rendimento familiar não está sendo suficiente, gerando endividamento. Jéssica busca manter um padrão de vida em sua casa com custo elevado, o que deixa Eduardo muito nervoso. Ele passou a dar cada vez menos dinheiro para ela, a ponto dela estar com o nome sujo nos cadastros de consumidores e ter de pedir apoio de seus pais para saldar algumas dívidas. Eduardo, buscando evitar maiores conflitos passou a dormir na casa de sua mãe alguns dias da semana, o que trouxe inseguranças para Jéssica quanto ao relacionamento e ao futuro dos filhos. Desejaria separar-se de vez do companheiro, entretanto, sente-se dependente emocionalmente dele, teme que seria prejudicada caso entrasse na justiça pedindo a guarda dos filhos e pensão. Expressa sentimentos de baixa auto-estima, com vontade de “sumir” de tudo e todos. Juliana faz tratamento medicamentoso e psicológico, vem buscando orientações de advogados para exercer seus direitos e o dos filhos.

Neste caso podemos identificar violência Psicológica, física e moral. Os fatores de risco apresentados envolvem: pouca rede de apoio de Jéssica, endividamento, dependência emocional do companheiro, saúde mental da mulher fragilizada. Jéssica tem buscado orientações com advogados para pensar na efetivação da separação, seria também de grande valia a inserção da mulher em grupos de apoio em saúde mental e, dentro da assistência social, nos CRAS/CREAS visto que houve violações de direitos, e é necessária uma reflexão da mulher em torno de tais situações, com objetivo de fortalece-la no exercício de sua cidadania, buscando qualidade de vida para sua família.

Participante 3

Gabriela, 26 anos, está desempregada e ocupa a maior parte de seu tempo como dona de casa. Suas experiências anteriores no mercado de trabalho foram poucas, trabalhou como vendedora em uma loja de roupas e como empregada doméstica, mas parou de trabalhar quando se casou com Antenor, 57 anos, quando completou 19 anos. Vinda de uma família, pobre, filha mais nova de 7 irmãos, viu em Antenor uma esperança de mudar de cidade e constituir família, sonho antigo de Gabriela. Antenor é um empresário bem sucedido no ramo da agroindústria, eles se conheceram em uma balada, namoraram por 6 meses e se casaram logo em seguida, o único pedido de Antenor era que Gabriela fosse morar em São Paulo-SP com ele. Gabriela conta que os dois primeiros anos do casamento foram maravilhosos, Antenor a respeitava e eles eram felizes, embora ela não conhecesse ninguém e não tivesse amigos (além dos de Antenor) na cidade. Entretanto após a ocorrência de alguns abortos espontâneos, a relação mudou drasticamente. Antenor passou a consumir mais álcool do que o costume, demorava a chegar em casa e outros comportamentos agressivos, como controlar todo o dinheiro da casa. Um dia Antenor trouxe duas mulheres para casa com ele, os três muito embriagados, Gabriela estava em casa e quando reclamou foi trancada dentro do quarto, obrigada a ouvir tudo o que acontecia na sala, inclusive as relações sexuais. No dia seguinte Gabriela ameaçou sair de casa e voltar para a

casa dos pais, como resposta Antenor queimou todos os seus documentos e roupas, e passou a trancar Gabriela dentro de casa o tempo todo em que ele está trabalhando, e perdeu todo o contato com sua família.. Gabriela passou cinco anos em regime de cárcere dentro de sua própria casa. Por conta de uma grave infecção urinária, Antenor permitiu que Gabriela fosse ao médico, nesse ambiente ela relatou parte de sua história e pediu ajuda, em seu relato conta que precisa fazer sexo todo os dias, ou então ele traz mulheres estranhas para casa e comete a traição. Quando solicitado que ela recorra a delegacia da mulher e peça uma medida protetiva, ela nega e diz que Antenor nunca bateu nela. A melhor saída para esse caso poderia ser a continuação de um tratamento que manteria o contato da equipe de saúde com Gabriela, de modo a criar um vínculo para buscar em diálogo possibilidades para tirar ela dessa casa, afinal Gabriela já demonstrou essa demanda.

Participante 4

Ester é uma mulher de 46 anos, dona de casa e mãe de 4 filhos que estão entre a fase adolescente e adulta. Ela é casada com João, que tem 56 anos e é policial aposentado. Ester nasceu em uma família muito religiosa e conservadora. Quando tinha 14 anos, Ester se envolveu com João, que era da mesma igreja que ela e a família frequentava. Quando ela fez 15 anos, seu pai a fez parar os estudos para casar-se.

João nunca permitiu que Ester terminasse os estudos e tampouco trabalhasse fora, pois ele sempre foi muito controlador e ciumento em relação à ela. Certa vez, ele a humilhou e rasgou duas saias que ela possuía, pois, segundo suas palavras, não estavam “compridas o suficientes” e “mulher dele não sairia na rua vestida como uma puta”. Ele nunca a agrediu fisicamente, mas já ameaçou agredi-la em algumas discussões e sempre a humilhava quando as coisas não saiam do jeito que ele esperava; isso gerava muito medo em Ester. Ele sempre dizia que ela era burra, não prestava para nada e era uma péssima mãe e mulher. Inclusive, dizia isso na frente de familiares ou amigos que se omitiam perante tais falas. Era comum tais humilhações acontecerem perante situações cotidianas como, por exemplo, quando ela esquecia de levar a toalha para ele quando ele ia tomar banho, quando os filhos não se “comportavam bem”, quando ele não gostava do que ela tinha preparado para o almoço e etc.

Ester nunca questionou a forma como era tratada pelo marido, afinal, o pai sempre tratou a mãe dela da mesma forma e ela sempre ouviu da família e das pessoas de sua igreja que a mulher deve ser submissa ao marido e que ele é “a cabeça da casa”. Porém, todos esses anos lhe geraram algumas consequências físicas e psicológicas: Ester deixou de ser uma menina sorridente e extrovertida para ser uma mulher séria e contida, que quase nunca sorria e que nunca se sentia a vontade para se expressar; sentia constantes dores de cabeça que nunca foram diagnosticadas com uma causa; sofria de insônia e recentemente chegou a ter crises onde sentia falta de ar, palpitações, dor no peito, como se tivesse tendo um ataque cardíaco; ultimamente também era comum ela estar se sentindo deprimida e sem energia para fazer as coisas de casa. Tais fatores faziam João se irritar com ela com ainda mais frequência, a chamando de louca ou preguiçosa.

A filha mais nova e única filha mulher de Ester, Ana, sempre questionou e discordou da forma como o pai tratava ela e a mãe e atualmente está tentando buscar ajuda psicológica para a mãe.

Violências presentes no caso: psicológica, patrimonial e moral.

Fatores de risco/fatores que agravam a situação: dependência financeira do agressor (falta de estudo e impedimento de trabalhar); agravos na saúde mental (possíveis transtornos); escassas

redes de apoio (apenas a filha se coloca contra as agressões); crenças religiosas que perpetuam o machismo e a violência contra a mulher; histórico de violência na família.

Sugestão de encaminhamentos e intervenções:

Ester precisa, antes de tudo, de um encaminhamento à rede de saúde, especificamente a rede de saúde mental, pois necessita de acompanhamento psicológico antes que sua situação se agrave. Ela precisa também de: intervenções psicossociais para compreender que vivenciou e está vivenciando violência e para fortalecer suas redes de apoio e se fortalecer; medidas socioassistenciais que promovam sua independência financeira. Tais medidas podem ser oferecidas pela rede de assistência social, por meio de serviços como o CRAS e CREAS. Além disso, ela deve ser orientada a procurar os serviços da segurança pública (como a Delegacia da Mulher) e da Justiça (como a Defensoria Pública e Promotoras Legais Populares) para receber orientações e exercer os seus direitos. Por fim, podem ser feitas ações de conscientização dentro de sua comunidade, nas escolas, igrejas e etc.

Participante 5

Luiza é uma mulher de 32 anos e mãe de 3 filhos sendo a primogênita filha de seu primeiro relacionamento quando tinha 15 anos e que foi fruto de uma noite com um homem que era casado e ela não tinha conhecimento sobre o comprometimento dele. Sua gravidez interrompeu seus estudos e ela teve que largar o colegial, pois não tinha o apoio da família para estudar. Seu pai firmava que a partir do momento em que engravidou deveria se dedicar completamente ao bebê uma vez que o papel da mulher era ser mãe na concepção dele. Por não ter tido muito o apoio dos pais nos estudos e não ter vida social ativa ela passou a ser uma pessoa reclusa, sem muitos amigos e nos poucos dias que saía ia para a igreja encontrar conforto na fé. Quando sua filha completou 3 anos Luiza conseguiu um emprego em uma padaria e isso fez com que se animasse porque tinha renda própria e podia manter ela e sua filha. Foi na padaria que Luiza conheceu Paulo e que hoje é seu marido, um homem que carinhoso e romântico que a tirou da casa de seus pais e lhe deu uma nova perspectiva de vida. Ele a elogiava e a incentivava fazer supletivo e ela assim o fez. Quando tiveram o primeiro filho juntos ele fez questão que ela abandonasse o trabalho e cuidasse dos filhos para que ela se dedicasse aos trabalhos de casa e a educação das crianças enquanto ele seria o provedor da casa. A princípio ela não gostou da ideia porque moravam de aluguel, mas mesmo assim aceitou, pois Paulo era um homem muito bom pra ela. Após a morte de sua avó se mudaram para a casa dela uma vez que havia deixado como herança a casa para Luiza. Nos 5 primeiros anos de casamento tiveram os 2 filhos e o marido se mostrava ser um pai presente e cuidadoso. Após ser rebaixado de cargo e ter seu salário reduzido o relacionamento do casal começou a mudar, ele ficou mais agressivo e estressado além de utilizar a violência para com os filhos nos momentos em que se irritava com eles. Ela, à princípio buscava desculpas alegando que ele estava assim por conta do trabalho. Contudo, ele começou a beber em bar e chegar em casa tarde da noite. Quando chegava ficava agressivo a chamava de puta e exigia ter relações sexuais com Luiza e as tinha contra sua vontade e de forma violenta. Ela, cansada da violência física e sexual sofrida e das alegações infundadas sobre seu caráter disse que se separaria dele. Contudo, ele a ameaçava ficar com a guarda dos seus filhos e dizia que a expulsaria de casa e ela ficar uma vez que acreditava que ela era infiel, pois sua primeira filha foi fruto de um relacionamento com um homem casado. Além disso, alegava que não abriria dos bens e que se ela quisesse teria que sair de casa sem nada. Luíza busca apoio na igreja a qual frequenta o padre a orienta buscar ajuda no CRAS e se apoiar em sua família. A partir do momento em que é inserida da rede de apoio o CRAS fornece subsídios

para que Luíza maneje a situação e fornece atendimento psicológico a ela. Além disso, a partir do apoio de seus pais ela toma coragem e realiza uma denúncia na delegacia contra seu marido e eles estabelecem uma medida protetiva para ela a fim de assegurar sua segurança e a de seus filhos.

Participante 6

Ester é uma mulher de 46 anos, dona de casa e mãe de 4 filhos que estão entre a fase adolescente e adulta. Ela é casada com João, que tem 56 anos e é policial aposentado. Ester nasceu em uma família muito religiosa e conservadora. Quando tinha 14 anos, Ester se envolveu com João, que era da mesma igreja que ela e a família frequentava. Quando ela fez 15 anos, seu pai a fez parar os estudos para casar-se.

João nunca permitiu que Ester terminasse os estudos e tampouco trabalhasse fora, pois ele sempre foi muito controlador e ciumento em relação à ela. Certa vez, ele a humilhou e rasgou duas saias que ela possuía, pois, segundo suas palavras, não estavam “compridas o suficientes” e “mulher dele não sairia na rua vestida como uma puta”. Ele nunca a agrediu fisicamente, mas já ameaçou agredi-la em algumas discussões e sempre a humilhava quando as coisas não saiam do jeito que ele esperava; isso gerava muito medo em Ester. Ele sempre dizia que ela era burra, não prestava para nada e era uma péssima mãe e mulher. Inclusive, dizia isso na frente de familiares ou amigos que se omitiam perante tais falas. Era comum tais humilhações acontecerem perante situações cotidianas como, por exemplo, quando ela esquecia de levar a toalha para ele quando ele ia tomar banho, quando os filhos não se “comportavam bem”, quando ele não gostava do que ela tinha preparado para o almoço e etc.

Ester nunca questionou a forma como era tratada pelo marido, afinal, o pai sempre tratou a mãe dela da mesma forma e ela sempre ouviu da família e das pessoas de sua igreja que a mulher deve ser submissa ao marido e que ele é “a cabeça da casa”. Porém, todos esses anos lhe geraram algumas consequências físicas e psicológicas: Ester deixou de ser uma menina sorridente e extrovertida para ser uma mulher séria e contida, que quase nunca sorria e que nunca se sentia a vontade para se expressar; sentia constantes dores de cabeça que nunca foram diagnosticadas com uma causa; sofria de insônia e recentemente chegou a ter crises onde sentia falta de ar, palpitações, dor no peito, como se tivesse tendo um ataque cardíaco; ultimamente também era comum ela estar se sentindo deprimida e sem energia para fazer as coisas de casa. Tais fatores faziam João se irritar com ela com ainda mais frequência, a chamando de louca ou preguiçosa.

A filha mais nova e única filha mulher de Ester, Ana, sempre questionou e discordou da forma como o pai tratava ela e a mãe e atualmente está tentando buscar ajuda psicológica para a mãe.

Violências presentes no caso: psicológica, patrimonial e moral.

Fatores de risco/fatores que agravam a situação: dependência financeira do agressor (falta de estudo e impedimento de trabalhar); agravos na saúde mental (possíveis transtornos); escassas redes de apoio (apenas a filha se coloca contra as agressões); crenças religiosas que perpetuam o machismo e a violência contra a mulher; histórico de violência na família.

Sugestão de encaminhamentos e intervenções:

Ester precisa, antes de tudo, de um encaminhamento à rede de saúde, especificamente a rede de saúde mental, pois necessita de acompanhamento psicológico antes que sua situação se agrave. Ela precisa também de: intervenções psicossociais para compreender que vivenciou e está vivenciando violência e para fortalecer suas redes de apoio e se fortalecer; medidas socioassistenciais que promovam sua independência financeira. Tais medidas podem ser oferecidas pela rede de assistência social, por meio de serviços como o CRAS e CREAS. Além disso, ela deve ser orientada a procurar os serviços da segurança pública (como a Delegacia da Mulher) e da Justiça (como a Defensoria Pública e Promotoras Legais Populares) para receber orientações e exercer os seus direitos. Por fim, podem ser feitas ações de conscientização dentro de sua comunidade, nas escolas, igrejas e etc.

Participante 9

Fátima é uma mulher de 50 anos casada há 4 anos com José, 54 anos, torneiro mecânico, tem duas filhas de outro casamento Helena e Camila, ambas casadas. Fátima trabalhava no ramo de vendas, mas logo após o casamento deixou o trabalho e atualmente está desempregada. Conheceu José e após 10 meses de namoro se casaram, durante o namoro José era carinhoso e atencioso após um mês de casados José a agrediu com socos e tapas. José faz uso de álcool diariamente o que faz com que fique ainda mais agressivo, as ameaças e agressões verbais são constantes, o mesmo ainda é muito controlador não permitindo que Fátima volte a trabalhar. José não tem um bom relacionamento com as filhas de Fátima o que gerou um certo afastamento destas com a mãe. Fátima se mostra muito fragilizada com a situação vivenciada, apresenta um quadro depressivo, por vezes demonstra querer sair desta relação, mas teme por sua segurança e também por sua condição econômica.

Violências identificadas: Física, psicológica

Fatores de risco: uso de álcool, não possui uma rede de apoio afastamento dos familiares, desemprego, emocional fragilizado (depressão).

Sugestão de intervenções/encaminhamentos: Registro do boletim de ocorrência e solicitação de uma medida protetiva, buscar fortalecer os vínculos familiares, buscar por atendimento especializado em saúde (psiquiatria/psicologia), inclusão no mercado de trabalho buscando a autonomia financeira e pessoal.